



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE TECNOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA SANITÁRIA**

**Renata Godeiro Carlos Câmara**

**GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS: CASO DA BACIA DO RIO  
PITIMBU**

**Natal - RN**  
**2016**

Renata Godeiro Carlos Câmara

**GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS: CASO DA BACIA DO RIO  
PITIMBU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *strictu sensu* em Engenharia Sanitária, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Engenharia Sanitária.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Flávio Ferreira Moreira

Natal - RN

2016

Catálogo da Publicação na Fonte.  
UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede. Divisão de Serviços Técnicos

Câmara, Renata Godeiro Carlos.

Governança dos Recursos Hídricos: caso da Bacia do Rio Pitimbu/  
Renata Godeiro Carlos Câmara. – Natal, RN, 2016.  
120 p. : il.

Orientador : Prof. Dr. Lúcio Flávio Ferreira Moreira

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em  
Engenharia Sanitária.

1. Governança – Dissertação 2. Gestão de Recursos Hídricos –  
Dissertação 3. Análise qualitativa – Dissertação 4. Comitê de bacia –  
Dissertação 5. Rio Pitimbu – Dissertação I. Moreira, Lucio Flavio  
Ferreira. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BCZM

RENATA GODEIRO CARLOS CÂMARA

**GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS: CASO DA BACIA DO RIO  
PITIMBU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *strictu sensu* em Engenharia Sanitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Engenharia Sanitária.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Lúcio Flávio Ferreira Moreira – Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Dr<sup>a</sup>. Joana Darc Freire de Medeiros – Examinador UFRN  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Dr. Jaildo Santos Pereira – Examinador Externo UFRB  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Natal, 31 de maio de 2016.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, em primeiro lugar, pois foi minha força para alcançar novos horizontes.

À minha família que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e sendo o combustível para essa conquista, em especial meu filho, meus pais e avós.

Ao meu orientador, que foi fonte inesgotável de conhecimento e de estímulo para obtenção do mesmo, me ensinando novos rumos da Gestão de Recursos Hídricos, sendo exemplo de respeito, paciência e muita dedicação.

Aos meus amigos e demais familiares que sempre ajudaram a manter o ânimo em todos os âmbitos da minha vida.

## **GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS: CASO DA BACIA DO RIO PITIMBU**

**RESUMO:** No Brasil, a criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, instituída pela Política Nacional de Recursos Hídricos, representou um importante avanço legal na gestão dos recursos hídricos. Os Comitês de Bacia representam um avanço na legitimidade, pois abre espaço para a participação social na gestão. No entanto, a efetividade da gestão exige um arranjo institucional capaz de assegurar participação social. A bacia hidrográfica do Rio Pitimbu (BHRP) está situada na região metropolitana de Natal e abrange parte dos municípios de Macaíba, Parnamirim e Natal. Apesar da importância estratégica como manancial de abastecimento, o rio Pitimbu tem sofrido os efeitos da urbanização, com impactos no sistema fluvial e recursos hídricos. Nesse contexto, este estudo pretende analisar a capacidade do modelo institucional em prover mecanismos de participação social na gestão sustentável da água e do uso do solo na bacia. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto a onze membros do Comitê de Bacia. Os dados das entrevistas foram submetidos à análise qualitativa mediante a utilização do software MAXQDA®. Os resultados obtidos revelaram que o arranjo institucional vigente não é capaz de reconhecer o Comitê de Bacia como elemento chave na gestão dos recursos hídricos, tal como preconizado na Lei 9433/97. O estudo revelou algumas características do Comitê que podem comprometer a sua eficácia como fórum participativo: a) baixa participação da sociedade civil no Comitê; b) alta participação do setor público; c) inexistência de um Plano de Bacia atualizado; d) maior parte das reuniões destina-se a discutir assuntos internos e burocráticos; e) a inexistência de uma Agência de Bacia explica a ausência de recursos financeiros; f) ao Comitê não é atribuído poder político para influenciar no processo decisório. Além disso, a pouca articulação entre esferas de governo explica o estado de desorganização na gestão dos recursos hídricos. Finalmente, observou-se a necessidade de uma ampla reforma do arranjo institucional que permita implementar os instrumentos de gestão da água e do uso do solo na bacia. A descentralização do poder, com a criação de mecanismos de participação social e modernização do Estado representam desafios a serem alcançados.

**Palavras chave:** Governança. Gestão de recursos hídricos. Análise qualitativa. Comitê de bacia. Rio Pitimbu.

## **WATER RESOURCES GOVERNANCE: THE PITIMBU RIVER WATER BASIN CASE STUDY**

**ABSTRACT:** The creation of the River Basin Councils (RBC) in Brazil, as established in the Brazilian Water Resources National Policy, represented a relevant legal advance in water resources management. RBC point to an advance towards legitimacy, because they may open a relevant space to social participation in water resources management. However, water management efficacy implies the existence of an institutional arrangement that promotes social participation. The Pitimbu River Basin is located at the Natal urban region, and comprises partly the municipalities of Macaíba, Parnamirim and Natal. Despite of its strategic importance as potable water supply, Pitimbu River has been adversely impacted by urbanization, which affects fluvial system and water resources. In this context, this study is aimed at analyzing current institutional capacity in providing social participation mechanisms that can promote a sustainable water and land use management. For this purpose, semi-structured interviews were applied to eleven members of the RBC. Obtained data was analyzed qualitatively using the MAXQDA® software. Obtained results revealed that current institutional arrangement fails in recognizing RBC as a key element in water resources management, as established in the 9433/97 Act. It was observed some relevant RBC characteristics: a) poor civil society participation in the RBC; b) public sector participation in the RBC is predominant; c) an updated River Basin Water Plan is lacking; d) most of the RBC meetings prioritize internal and bureaucratic issues; e) the inexistence of a Basin Agency justifies the lack of funding; f) RBC political power in decision making process is lacking. Furthermore, articulation between government levels is poor and explains a condition of disorganization in water resources management. It was observed the need of a broad institutional reform that stimulates the implementation of management instruments. Finally, political power decentralization, social participation mechanisms, and State modernization still represent challenges to be attained.

**Palavras chave:** Governance. Water Resource Management. Qualitative analysis. River Basin Committee. Pitimbu river.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Sub-bacia hidrográfica do Rio Pitimbu, localizado na Região Metropolitana de Natal, Rio Grande do Norte. ....	32
Figura 2 - Exemplo de Reunião realizada pelo CBH do rio Pitimbu no auditório da SEMARH.....	34
Figura 3 - Mapa com a delimitação da BHRP e da faixa de proteção estabelecida em lei estadual específica, demarcação a ZPA 3 do município de Natal e destaque de quatro pontos de degradação.....	39
Figura 4 - Pontos de degradação da BHRP, P1 e P2, no trecho da BR -101, entre os municípios de Natal e Parnamirim. O P1 está em Natal, inserido na ZPA 03 e P2 em Parnamirim.....	43
Figura 5 - Ponto de degradação P3 em 2011, antes da implantação do sistema de drenagem e em 2015 após seu funcionamento. ....	44
Figura 6 - Cadeia Pública correspondente a P4 em 2005, à época em que foi notificado o fato de lançamento de esgotos e em 2015 após notável ampliação da área construída. ....	44
Figura 7 - Matriz Institucional do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e instituições relacionadas, com foco no estado do Rio Grande do Norte.....	45
Figura 8 - Gráfico representativo da Composição na gestão biênio 2013-2015 do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu.....	60
Figura 9 - Gráfico da classificação das deliberações do CBHRP de 2009 a 2015. ....	66
Figura 10 - Layout do <i>software</i> utilizado na codificação e análise. ....	69
Figura 11 - Gráfico com os códigos mais mencionados considerando todas as entrevistas.....	72
Figura 12 - Gráfico com os códigos mais mencionados considerando as entrevistas do Poder Público. ....	74
Figura 13 - Gráfico com os códigos mais mencionados considerando as entrevistas da Sociedade Civil.....	75
Figura 14 - Listagem dos Códigos mais mencionados considerando as entrevistas dos Usuários. ....	76
Figura 15 - Classificação do tempo de participação de membros no Comitê .....	82

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Legislação referente à proteção dos recursos hídricos e ao controle do uso e ocupação do solo na BHRP, nos âmbitos federal, estadual e municipal, em maio de 2015. ....	35
Tabela 2 - Legislação relacionada à proteção das nascentes e seus critérios de delimitação da área de proteção. ....	38
Tabela 3 - Legislação relacionada à proteção das margens e seus critérios de delimitação da área de proteção. ....	38
Tabela 4 - Comparação da quantidade de membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu Gestão 2013-2015 com as vagas previstas no Regimento Interno...58	
Tabela 5 - Composição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu Gestão 2013-2015. ....	59
Tabela 6 - Composição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu conforme prevê o regimento interno e a resolução n.º 5/ 2000 do CNRH. ....	59
Tabela 7 - Comparativo entre o número de representante do colegiado que deveriam ocupar suas vagas segundo a resolução do CNRH, o regimento interno e o atual número. ....	60
Tabela 8 - Comparação entre a estrutura etária da população do Rio Grande do Norte segundo dados do IBGE (2010) e a estrutura etária dos participantes entrevistados do CBHRP.....	62
Tabela 9 - Comparação entre a escolaridade da população com mais de 25 anos do Rio Grande do Norte segundo dados do IBGE (2010) e a escolaridade dos participantes entrevistados do CBHRP.....	63
Tabela 10 - Classificação das deliberações e discussões .....	64
Tabela 11 - Total de deliberações aprovadas por assunto a cada ano analisado.....	65

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	OBJETIVOS.....	13
	2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
	2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	14
	3.1 GOVERNANÇA .....	14
	3.1.1 A origem do termo “governança” .....	14
	3.1.2 Governança dos Recursos Hídricos .....	14
	3.1.3 Principais Impasses da Governança dos Recursos Hídricos no Brasil .....	16
	3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL .....	17
	3.2.1 Breve Histórico da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil .....	17
	3.2.2 Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos .....	19
	3.2.3 Política de Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Norte .....	21
	3.3 ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS COM USO DE SOFTWARE DE ANÁLISE QUALITATIVA .....	22
	3.3.1 Preparação e realização das entrevistas .....	23
	3.3.2 Transcrição das entrevistas.....	24
	3.3.3 Codificação .....	25
	3.3.4 Análise dos dados .....	26
4	METODOLOGIA.....	27
	4.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	27
	4.2. PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	29
	4.3. TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	30
	4.4. CODIFICAÇÃO .....	30
	4.5. ANÁLISE DOS DADOS.....	31
5	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO .....	32
	5.1 A SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PITIMBU.....	32
	5.1.1 Características Físicas.....	32
	5.1.2 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu – CBHRP .....	33
	5.1.3 Legislação Relacionada à Proteção dos Recursos Hídricos aplicável à BHRP.....	35

5.2 MATRIZ INSTITUCIONAL DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E INSTITUIÇÕES RELACIONADAS, COM FOCO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. ....	45
5.2.1 Instituições integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos .....	46
5.1.2 Instituições integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do RN – SINGREH/RN.....	47
5.1.3 Instituições integrantes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos cuja unidade de gestão é a Bacia Hidrográfica .....	48
5.1.4 Demais Instituições relacionadas ao Meio Ambiente e ao Planejamento Urbano nas três esferas governamentais .....	50
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	56
6.1 Composição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu - CBHRP.....	57
6.2 Classificação das atas das Reuniões do CBHRP.....	64
6.3 Análise das entrevistas com os membros do Comitê .....	69
7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	127
APÊNDICES .....	133

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil detém aproximadamente 12% da água doce superficial da Terra, o que pode induzir a pensar que não é necessário planejar seu uso, incluir as discussões da sua gestão na agenda política ou repensar as ações potencialmente poluidoras (FRANCA; CARDOSO NETO, 2006). De acordo com a OECD (2015, p.91), “essa armadilha de abundância abre espaço para muitas decisões de curto prazo, em detrimento de um planejamento participativo e transparente de longo prazo, fundamental para uma boa Governança dos Recursos Hídricos”.

Todavia, o País apresenta distribuição desuniforme das águas (fator quantitativo) e a contaminação dos recursos hídricos (fator qualitativo) decorrente, principalmente, do crescimento econômico, mudanças climáticas e do uso e ocupação do solo incompatíveis com a preservação dos mananciais. Em países de grandes dimensões como o Brasil, não é incomum essa distribuição desigual, mas representa um desafio constante para a gestão de recursos hídricos (OECD, 2015).

Um conceito mais usado atualmente é o de governança, que no setor ambiental envolve não apenas o governo, mas também o segundo (empresariado) e terceiro setores (a sociedade civil - ONGs, associações de moradores, outros profissionais, etc.) na busca do melhor desempenho das políticas (COSTA, 2015). O fortalecimento do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, depende primordialmente de uma boa governança. Assim, de acordo a *Global Water Partnership* (organização internacional cuja missão é ajudar países na gestão sustentável de suas fontes hídricas), não se trata de colapso hídrico global, e sim de governança global (WWF, 2014).

No Brasil, a consolidação do modelo de gerenciamento dos recursos hídricos ainda representa um grande desafio. Segundo Campos e Fracalanza (2010, p. 366), que fizeram uma análise do modelo brasileiro: “embora vigore uma política pública de gestão das águas descentralizada e participativa, é difícil superar a herança de um estado interventor e paternalista, tal como as relações que este estabeleceu com os grupos dominantes”.

Um breve histórico da gestão hídrica no Brasil apresentado nesse trabalho, permite uma melhor compreensão do nosso ponto de partida, uma gestão focada no setor elétrico, com adoção de um modelo tecnocrático, centralizado e fragmentado até o modelo atual, baseado no tripé: descentralização, integração e participação.

Estes princípios foram consolidados em nível nacional pela Lei n.º 9.433 de 1997, que criou e instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) integram esse sistema (BRASIL, 1997). Os Comitês de Bacia são formas de participação sociedade civil, usuários de água e poder público, com atribuição legal para deliberar sobre a gestão da água de forma compartilhada com o poder público (ANA, 2011).

A gestão dos recursos hídricos passou a ser vista num contexto de ação política, envolvendo os três setores em processos consultivos, normativos e decisórios através da criação dos órgãos colegiados. De fato, isso representou um avanço no arcabouço legal da regulamentação dos recursos hídricos no País. Há de se considerar, ainda, que com essa mudança, o processo se torna mais complexo, evadindo do aspecto puramente técnico e englobando aspectos sócio técnicos e políticos para o gerenciamento de conflitos nas bacias hidrográficas (JACOBI; BARBI, 2007).

Tem-se que é de grande importância a participação efetiva da população, com capacidade de articulação e mobilização social na proposta de soluções maduras às questões debatidas pelo CBHs (ANA, 2011). Contudo, as características desses organismos são muito heterogêneas, reproduzindo em parte a desigualdade federativa e as distintas capacidades técnicas, com isso, são várias as formas que eles foram criados, atuam e são constituídos (ABERS; KECK, 2003). Nota-se nesse sentido, que o órgão federal responsável pela implementação da política nacional de recursos hídricos e coordenação do SINGREH, a Agência Nacional de Águas (ANA), criada através da Lei nº 9.984 de 17 de julho de 2000, tem estimulado e apoiado a criação de Comitês de Bacia. Críticas acerca desse processo de institucionalização dos CBHs existem no sentido que ele ainda é lento e burocrático (MACHADO, 2003; LIMA et al., 2014).

No estado do rio Grande do Norte, a instalação dos Comitês de Bacia Hidrográfico vem sendo instalados com importante apoio da ANA. O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Pitimbu (CBHRP) é o mais antigo do estado do Rio Grande do Norte. Ele foi criado após ser verificada a situação crítica dos recursos hídricos da bacia, tendo como objetivo deliberar a política de gestão da água na bacia, e é a

instância central quando se trata do arranjo político-institucional em torno da BHRP (MOREIRA et al., 2014).

Nesse contexto, este trabalho pretende estudar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu e abordar as seguintes questões: Como o CBH exerce a sua capacidade deliberativa e consultiva? Como essa capacidade pode ser avaliada e quais são os entraves para o seu aperfeiçoamento? O Comitê exerce algum tipo de influência nas ações do estado e municípios? De que forma podemos avaliar a legitimidade política na gestão dos recursos hídricos na bacia? O arranjo institucional existente atende as demandas na gestão da bacia? Como aperfeiçoá-lo? Existe alguma relação entre o arranjo institucional e a contaminação dos recursos hídricos?

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a governança do processo de tomada de decisões envolvendo a gestão dos recursos hídricos e do uso do solo na bacia, com ênfase no CBH do rio Pitimbu.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar a participação do CBHRP na gestão de Recursos Hídricos na bacia do Rio Pitimbu, seu grau de efetividade, influência e legitimidade política;
- Explorar a percepção individual dos representantes do CBH como atores políticos nesse processo: seu papel, participação, posição política, análise crítica do processo decisório, expectativas diante dos desafios e necessidade de reforma;
- Melhorar o entendimento sobre a participação dos atores na política de gestão dos Recursos Hídricos na BHRP;

- Analisar a capacidade deliberativa e consultiva do CBHRP, buscando compreender os entraves para o seu aperfeiçoamento;
- Estudar o contexto legal e institucional da governança dos recursos hídricos no CBHRP.

## **3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **3.1 GOVERNANÇA**

#### **3.1.1 A origem do termo “governança”**

O termo “governança” teve sua origem associada ao debate sobre as organizações, especificamente empresas analisadas sob a ótica da governança corporativa, bem como também relacionada à reforma do Estado, e sua mudança em relação à sociedade e mercado. A governança diz respeito tanto à gestão administrativa do Estado como a capacidade de articular e manter mobilizados os atores estatais e sociais com o intuito de resolver os impasses de ação coletiva (LIMA; 2014 apud ABRUCIO E OLIVEIRA; 2013).

Ainda, segundo Lima apud Abrucio e Oliveira (2014, p.16),

“em resumo, a governança pública é hoje uma corrente da teoria da administração pública que procura compatibilizar os critérios de democratização com os de busca de melhor desempenho das políticas, acreditando que o Estado tem um papel de liderar o processo de resolução dos problemas coletivos, mas deve fazê-lo a partir da interação com a sociedade”.

#### **3.1.2 Governança dos Recursos Hídricos**

O termo “governança” na gestão hídrica representa, atualmente, um enfoque conceitual de proposição de caminhos que façam uma real ligação entre as demandas sociais e sua evidenciação em nível governamental. Com isso, governança dos recursos hídricos implica formas de gestão compartilhadas, baseadas na negociação colaborativa, comunicação e confiança, em que atores públicos, comunitários e

privados de várias escalas cooperam para alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento, buscando o bem da coletividade. Nesse sentido, para que a governança e ação política em torno da água se viabilize, é fundamental a existência de um ambiente institucional adequado, com efetiva mobilização social, capacidade de assimilação do Estado de decisões externas a ele e instrumentos jurídicos que assegurem a legítima participação social no processo decisório (RIBEIRO, 2009).

Governança, no âmbito ambiental envolve não apenas o governo, mas também o segundo (empresariado) e terceiro setores (a sociedade civil- ONGs, associações de moradores, outros profissionais, etc.) articulados e mobilizados em formas alternativas e não concorrentes de modos de governar os recursos naturais de acesso comum em busca do melhor desempenho das políticas (COSTA, 2015).

Um conceito bastante relevante é a governança multinível, cuja definição da OCDE é: o compartilhamento, explícito ou implícito, da responsabilidade pela atribuição de formular e implementar as políticas de recursos hídricos pelos diferentes níveis administrativos e territoriais (OECD, 2015).

O aperfeiçoamento da gestão nos diferentes níveis administrativos está condicionado à compreensão de que existem situações diversas e sem soluções prontas, o que representa um desafio para efetivar uma governança das águas (RIBEIRO, 2009).

Para encarar esses desafios, o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos brasileiro, em suma, tem uma proposta de gestão pública colegiada dos recursos hídricos, com negociação sociotécnica através dos CBHs, fóruns que buscam traduzir os preceitos na nova política, de descentralização, participação e integração. Os principais instrumentos para esta gestão são: planos de recursos hídricos (elaborados por bacia hidrográfica), outorga do direito do uso da água, cobrança pela água, enquadramento dos corpos d'água em classes de uso e o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos (RIBEIRO, 2009).

Fortalecer o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, fator que depende primordialmente de uma boa governança, vem sendo consolidado como ação precípua para que a degradação dos recursos hídricos não se torne insustentável para as atuais e futuras gerações.

### 3.1.3 Principais Impasses da Governança dos Recursos Hídricos no Brasil

No Brasil, a implementação de um modelo de gerenciamento dos recursos hídricos ainda representa um grande desafio. Tal implementação carece de consolidação de sua governança para avançar no rumo a que se propõe.

Os principais impasses para se alcançar uma maior e melhor governança de recursos hídricos no Brasil, de acordo com Ribeiro (2009, p. 130) são: a superação do modelo dos CBHs que reflete a estrutura de poder dos governos estaduais e municipais, apesar desses organismos propiciarem contatos em diversos segmentos sociais; em relação à gestão águas subterrâneas, “encontra-se um quadro jurídico (...) que não consegue definir a relação do Estado com as reservas subterrâneas nem reconhece a presença dos usuários da água nos raros foros decisórios”; Em relação às águas costeiras, a implementação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro restringe bastante a sinergia entre caiçaras, pescadores e o sistema portuário”.

As lacunas de governança multinível examinadas com base no Arcabouço de Governança Multinível da OCDE também dificultam a implementação efetiva da gestão dos recursos hídricos no Brasil (OECD, 2015).

Há de se citar, ainda, a lacuna administrativa, que está relacionada à incompatibilidade entre os limites administrativos e as fronteiras das bacias que são as unidades de gestão. A lacuna de política refere-se às abordagens isoladas em relação à água entre os ministérios e órgãos públicos em nível nacional e entre autoridades locais e regionais do nível subnacional. A lacuna de financiamento diz respeito à arrecadação de receitas e a alocação em investimentos prioritários, que têm um papel crítico para os comitês de bacias hidrográficas, mas a disposição de cobrar permanece baixa, esse tipo de receita é considerado um recurso público e têm que ser usadas segundo procedimentos legais bastante rigorosos. A lacuna de capacitação se dá pela falta de especialização técnica e científica e de infraestrutura suficientes para formular e implementar políticas de recursos hídricos. Lacuna de objetivo se refere ao prejuízo aos objetivos de longo prazo da política integrada de recursos hídricos, em decorrência de objetivos divergentes ou contraditórios entre os níveis de governo, ministérios e órgãos públicos. A lacuna de responsabilidade tem relação com a falta de transparência e abrangência na elaboração das políticas de recursos hídricos, bem como com a falta de consciência da sociedade ao ignorar os

riscos e custos da água no Brasil. Por fim, tem-se a lacuna de informação, trata-se da insuficiência ou ausência de disponibilidade de dados e informações necessários ao planejamento (OECD, 2015).

## 3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

### 3.2.1 Breve Histórico da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil

Todos os seres humanos têm a água doce como necessidade básica, como princípio para a vida, cada cultura atende essa necessidade básica de uma forma. O atendimento dessa necessidade (dessedentação, irrigação, higiene, etc.) é feito, desde as populações tradicionais brasileiras, através de instituições criadas para esse fim: organização social para o controle no uso das águas, divisão sexual para busca e transporte da água. Com o surgimento das populações urbano-industriais, o uso da água em larga escala, em usos diversos, não somente os domésticos, aumentou-se muito a pressão sobre os recursos hídricos, e a necessidade de planejar e administrar seu uso (RIBEIRO, 2009).

Dada a abundância de recursos hídricos que tem o Brasil, tem-se a falsa impressão que não é necessário planejar seu uso. De acordo a OECD (2015, p.91), “essa armadilha de abundância abre espaço para muitas decisões de curto prazo, em detrimento de um planejamento participativo e transparente de longo prazo, fundamental para uma boa Governança dos Recursos Hídricos”. Todavia, tem-se a distribuição desuniforme das águas (fator quantitativo) e a contaminação dos recursos hídricos (fator qualitativo) decorrente, principalmente, do crescimento econômico, mudanças climáticas e do uso e ocupação do solo incompatíveis com a preservação dos mananciais. Em países de grandes dimensões como o Brasil, não é incomum essa distribuição desigual, mas representa um desafio constante para a gestão de recursos hídricos (OECD, 2015).

Tem-se que a gestão é necessária para garantir os usos múltiplos da água, e que a alocação da água tem ganhado impulso com a escassez. Interesses conflitantes e a concorrência entre diferentes usuários (por exemplo, agricultura, indústria e

domicílios) demandam mecanismos adequados para o gerenciamento de soluções de conflitos (*trade-offs*), especialmente porque a energia hidrelétrica é a principal fonte de energia no Brasil (87.1% da geração de eletricidade vem de fontes renováveis) (OECD, 2015).

Não há como negar que Brasil tem alcançado progressos notáveis na gestão dos recursos hídricos desde a adoção da Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos em 1997 e criação da ANA, em 2000, notadamente em relação à inclusão da participação da sociedade. Ainda assim, os avanços dos novos princípios implantados no setor de recursos hídricos enfrentam desafios de serem colocados em prática e ainda não alcançaram plenamente os benefícios econômicos, sociais e ambientais esperados, garantindo o acesso à água de qualidade a toda população brasileira (OECD, 2015; RIBEIRO, 2009).

Pode-se dizer que esses desafios são herança de um histórico de gestão hídrica no Brasil que priorizou o setor elétrico, com a adoção de um modelo tecnocrático, centralizado e fragmentado. Assim, foi somente na década de 1980 que técnicos e especialistas brasileiros, em consonância com as tendências mundiais, discutiram intensamente a necessidade de se criar um sistema integrado, democrático e descentralizado de gestão (ABERS; JORGE, 2005). A Constituição Federal, promulgada em 1988 (BRASIL, 1988), criou arranjos que pretendiam promover a democracia participativa e a proteção do meio ambiente, e ainda, estabeleceu que os recursos hídricos são bens públicos, cuja dominialidade pode ser estadual ou federal. De fato, o Brasil é um dos poucos países cuja Carta Magna determina, em seu artigo 21, inciso XIX, a criação de um sistema específico para o gerenciamento dos recursos hídricos (JACOBI, BARBI, 2007; RAUBER, CRUZ, 2013).

Com a promulgação da Constituição, alguns estados brasileiros se anteciparam à legislação federal, criando políticas estaduais de recursos hídricos com base nos seguintes princípios: gestão descentralizada, integrada e participativa da água; bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gestão; água como um bem público e com valor econômico; instrumentos de planejamento e regulação por bacia e instrumentos econômicos para a gestão da água como a cobrança pelo seu uso (ANA, 2011).

Estes princípios foram consolidados em nível nacional pela lei n.º 9.433/97, que criou e instituiu o sistema A criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), e a instituição de uma Política Nacional de Recursos

Hídricos, regulamentou a criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH), Lei nº 9.433 de 1997 (BRASIL, 1997). O sistema baseado na tríade descentralização, participação e integração, de fato, representou um avanço no arcabouço legal da regulamentação dos recursos hídricos no País, que mudou de uma legislação institucionalmente fragmentada para integrada e descentralizada. Notadamente, influenciado pelo modelo francês, que prevê a participação da sociedade na gestão das águas desde 1964 com agregação de alguns elementos da experiência norte-americana (RIBEIRO, 2009).

A gestão de bacias hidrográficas vem se tornando cada vez mais importante no Brasil ao passo que a degradação ambiental tem afetado a disponibilidade dos recursos hídricos (RIBEIRO, 2009). Os principais fatores que vêm gerando esse impacto são de crescimento econômico, mudanças no uso do solo e mudanças demográficas e climáticas. Com isso, os riscos associados à água (inundações, escassez e poluição) podem aumentar, e já têm aumentado, de forma considerável (OECD, 2015).

A disputa pelo acesso à água pode comprometer o desenvolvimento. Se a água não for bem gerenciada e regulamentada, problemas com a sua disponibilidade causarão, cada vez mais impactos sobre a saúde das pessoas, o meio ambiente e o crescimento econômico. Um agravante para a atenção em relação a ganhos de eficiência e conservação no Brasil é o fato de que segurança energética do país está intimamente ligada à energia hidrelétrica. Os benefícios de uma abordagem estratégica para a gestão dos recursos hídricos com a gestão coordenada do solo e recursos relacionados traduzem-se em maximização do bem-estar econômico e social de forma equitativa, sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas (OECD, 2015).

### **3.2.2 Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**

O projeto inicial do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da Política Nacional de Recurso Hídricos teve a participação de representantes de órgãos públicos com atuação na área de recursos hídricos e membros de Comitês de

Bacias Hidrográficas, formados por representantes públicos e privados dos municípios, além de uma secretaria executiva composta pela Coordenação Geral de Recursos Hídricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica (SCANTIMBURGO, 2013).

São instrumentos definidos na Política Nacional de Recursos Hídricos: os Planos de Recursos hídricos; o enquadramento dos corpos d'água em classes, segundo os usos preponderantes das águas, a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos, o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Segundo a PNRH, a água deve ser reconhecida como bem público, e, em contrapartida, também é um recurso natural limitado e dotado de valor econômico. A gestão integrada da PNRH sustenta-se: na integração, tanto no sentido vertical, em que se articulam os governos federal, estado e municípios, bem como horizontal, entre os vários usos da água, os vários segmentos da sociedade, o segmento dos recursos hídricos e do meio ambiente; na descentralização, a unidade de gestão passa a ser a bacia hidrográfica; e na participação, através da criação de canais de participação da sociedade civil, que pode participar das decisões acerca dos recursos naturais daquela bacia juntamente com os usuários e o poder público (SCANTIMBURGO, 2013).

A implantação dos instrumentos desta política, bem como a colocação em prática de seus princípios ainda não estão consolidados, nesse sentido, destaca-se o “Pacto Nacional pela Gestão das Águas”, que foi idealizado pela ANA como um instrumento para que se aumentasse a capacidade das instituições estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, fortalecendo a gestão de recursos hídricos de forma integrada e os propósitos da PNRH (OECD, 2015). Ele também tem a intenção de promover a convergência entre o SIGREH e os sistemas estaduais de gestão para o exercício de suas competências de forma harmônica, a partir de uma visão de futuro comum e também de reduzir as disparidades regionais entre os estados (ANA, 2013; OECD, 2015).

Todos os estados aderiram ao programa e assinaram contratos de implementação entre a ANA, governos estaduais e conselhos estaduais de gestão de recursos hídricos. Isso implica o comprometimento dos estados em alcançar os objetivos, traduzidos em metas de cooperação federativas (definidas pela ANA e comuns para todos os estados, a serem concluídas a cada ano) e metas estaduais (definidas pelos estados, com apoio técnico da ANA). Elas dizem respeito ao

desenvolvimento da parte institucional do SINGREH e à implantação de instrumentos de apoio à gestão de recursos hídricos. Serão repassados recursos aos estados que cumprirem o pactuado (OECD, 2015).

Será um grande desafio a anuência dos Chefes do Poder Executivo Nacional e dos estados, sem a qual se tornarão praticamente inócuos os esforços na promoção dessa cooperação e no sentido de uma maior inserção da temática dos recursos hídricos na agenda de desenvolvimento do país e na definição dos orçamentos públicos e setoriais (ANA, 2013).

### **3.2.3 Política de Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Norte**

O estado do Rio Grande do Norte, onde está inserida a bacia hidrográfica do Rio Pitimbu (BHRP), estabeleceu a Política Estadual de Recursos Hídricos e instituiu o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos em 1º de julho de 1996, através da Lei Estadual nº 6.908, antes mesmo da Política Nacional. Segundo a referida lei, art 1º., os objetivos da política estadual consistem em: I - planejar, desenvolver e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, o uso múltiplo, controle, conservação, proteção e preservação dos recursos hídricos; II - assegurar que a água possa ser controlada e utilizada em padrões de quantidade e qualidade satisfatórios por seus usuários atuais e pelas gerações futuras.

Parte desta lei foi alterada pela Lei complementar n.º 481 de janeiro de 2013, as importantes alterações foram estabelecidas, como: a inclusão de mais instrumentos de gestão (no Art. 4.º); a garantia de recursos financeiros e mecanismos institucionais para garantir também a realização de estudos e alternativas para a utilização de águas de reuso e seus efeitos sobre a disponibilidade hídrica (Art. 5.º); altera as passagens que falam da Secretaria de Recursos Hídricos e Projetos Especiais para a denominação Secretaria de Meio ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH); inclui o Instituto de Gestão das Águas do RN na estrutura organizacional do SIGERH (Art. 19); redefine as competências do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

As instituições que compõem o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos serão detalhadas quando for feita a caracterização das áreas em estudo,

mais a frente. Conceitos previstos na Política Estadual também serão mencionados ao longo dos resultados e discussões.

### 3.3 ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS COM USO DE SOFTWARE DE ANÁLISE QUALITATIVA

Considerando as peculiaridades da temática da pesquisa e o tamanho da amostra, utilizou-se a pesquisa qualitativa no presente estudo. A pesquisa qualitativa está pautada em algumas características, que se aplicam a análise da governança dos recursos hídricos. Cabe destaque às seguintes:

- Os pesquisadores qualitativos estão interessados em ter acesso a experiências, interações e documentos em seu contexto natural, e de forma que se dê espaço às suas particularidades e aos materiais nos quais são estudados.
- A pesquisa qualitativa se abstém de estabelecer um conceito bem definido daquilo que se estuda e de formular hipóteses no início para depois testá-las. Em vez disso, os conceitos (ou as hipóteses, se forem usadas) são desenvolvidos e refinados no processo de pesquisa.
- A pesquisa qualitativa parte da ideia de que os métodos e a teoria devem ser adequados àquilo que se estuda. Se os métodos existentes não se ajustam a uma determinada questão ou a um campo concreto, eles serão adaptados ou novos métodos e nova abordagens serão desenvolvidos.
- Os pesquisadores, em si, são uma parte importante do processo de pesquisa, seja em termos de sua própria presença pessoal na condição de pesquisadores, seja em termos de suas experiências no campo e com a capacidade de reflexão que trazem ao todo, como membros do campo que se está estudando.
- A pesquisa qualitativa leva a sério o contexto e os casos para entender uma questão em estudo. Uma grande quantidade de pesquisa qualitativa se baseia em estudos de caso ou em séries desses estudos, e, com frequência, o caso (sua história e complexidade) é importante para entender o que está sendo estudado.
- Uma parte importante da pesquisa qualitativa está baseada em texto e na escrita, desde notas de campo e transcrições até descrições e interpretações, e, finalmente, à interpretação dos resultados e da pesquisa como um todo.
- Não há separação entre conjunto de dados e análise de dados, a análise pode e deve começar em campo, trata-se de uma boa prática. A análise dos primeiros dados serve como forma de levantar novas questões e perguntas para a pesquisa, nesse sentido a pesquisa qualitativa é flexível, as perguntas de pesquisa podem ser decididas mais tarde no estudo. (GIBBS, 2009, p.67)

A entrevista é considerada uma técnica de investigação social por excelência, bastante adequada para a obtenção de informação a partir das declarações das pessoas. Graças à sua flexibilidade, ela tem sido adotada como técnica fundamental

de investigação em diversos campos. Muitas vantagens justificam a adoção da entrevista como técnica de investigação, dentre elas vale citar sua flexibilidade, a possibilidade de obtenção de dados sobre diversos aspectos da vida social que não seria possível através da pesquisa bibliográfica, a observação em profundidade, e a possibilidade de classificar e quantificar os dados obtidos (OLIVEIRA, 2013 apud GIL, 2007).

### **3.3.1 Preparação e realização das entrevistas**

A realização de entrevistas abertas, normalmente supõe a ocorrência de um contato pessoal do entrevistador com o entrevistado, algo mais do que o simples preenchimento de um questionário. Dessa forma, o acesso ao campo tem mais importância na pesquisa qualitativa, o que requer certa preparação para que se obtenham os resultados esperados. As dificuldades enfrentadas estão relacionadas com a garantia de que as informações prestadas são verdadeiras. Algumas perguntas refletem esse risco: a) como o pesquisador pode garantir que a colaboração de seus participantes potenciais no estudo é verdadeira? Como conseguir não apenas que estas pessoas demonstrem boa vontade, mas que isso também leve a entrevistas concretas? Aperfeiçoar essas questões constituem os principais desafios nessa fase de preparação (FLICK, 2009).

A formulação das entrevistas deve ocorrer da forma mais clara e precisa possível, permitindo uma boa compreensão por parte dos entrevistados (FLICK, 2009). Neste estudo, as entrevistas foram formuladas com base nos objetivos do estudo. Uma vez formuladas, as perguntas foram analisadas juntamente com o orientador, que sugeriu algumas modificações para torná-las mais objetivas. No decorrer do projeto de pesquisa, as questões foram ficando mais concretas e enfocadas, sendo também reduzidas e revisadas. Vale ressaltar a importância de manter a objetividade e o foco na formulação das perguntas, para que não se tornem muito amplas, não oferecendo a devida informação, nem muito restritas, impedindo novas descobertas. Nesse sentido, diferenciam-se dois tipos de questões: as que são focadas nas distinções (generalização) e aquelas que são focadas na descrição dos processos (particularização) (FLICK, 2009).

Na realização das entrevistas, o acesso aos entrevistados é fundamental. Flick apud Lau e Wolff (1983, p.419) delineiam o modo como deve ser feito o contato com o entrevistado. O pesquisador deve fazer sua solicitação à instituição pesquisada em termos formais, essa solicitação, suas implicações (questão de pesquisa, métodos, tempo necessário) e geralmente passam por um “exame oficial”. Com isso, ele será encaminhado por autoridades da instituição. Tal fato, se por um lado pode gerar desconfiança entre as pessoas entrevistadas (por que a autoridade estaria a favor da pesquisa? Trata-se de alguma forma de controle?), por outro, ser endossado por outras pessoas pode facilitar o acesso aos membros da instituição a serem entrevistados.

### **3.3.2 Transcrição das entrevistas**

De acordo com Gibbs (2009, p.28), as transcrições produzem cópias digitais claras dos dados das entrevistas, elas demandam muito tempo e esforço, e a transcrição por si só já constitui um processo interpretativo. Para Flick (2009, p. 270), a transcrição é uma etapa necessária no caminho para interpretação dos dados registrados com a utilização da tecnologia. O registro e documentação da informação não é apenas uma etapa técnica do processo da pesquisa. Antes, pelo contrário, o registro da informação influencia a qualidade dos dados que são usados nas fases posteriores da pesquisa.

Vale citar o uso de uma tecnologia recente, baseada no reconhecimento de voz. Seu uso, no entanto, exige uma boa qualidade do áudio. Isso justifica a dificuldade de uso diretamente na gravação do entrevistado. Todavia, alguns pesquisadores engenhosos utilizam um gravador com fones de ouvido para poderem ouvir a gravação e pausar enquanto ditam o conteúdo ao programa de reconhecimento de voz, como se fossem um tradutor consecutivo (GIBBS, 2009).

### 3.3.3 Codificação

Essa etapa antecede e integra a análise dos dados qualitativos. Ela tem objetivo de categorizar e/ou desenvolver a teoria (FLICK, 2009). A codificação envolve as operações de fragmentação, conceituação e reintegração da informação (FLICK apud STRAUSS; CORBIN, 2009). Além disso, envolve a identificação e registro sequencial de partes do texto, como elementos de um contexto geral que se relaciona à concepção teórica e descritiva (GIBBS, 2009).

Na codificação, atribui-se um nome (Código) a cada tema identificado nas partes do texto identificadas na etapa anterior. O código permite indexar ou categorizar as diversas partes do texto com o objetivo de estabelecer uma estrutura de ideias temáticas (GIBBS, 2009).

De acordo com Gibbs (2009, p. 60-61), a codificação possibilita duas formas de análise.

1. Você pode acessar todo o texto codificado com o mesmo nome para **combinar passagens** que sejam exemplos do mesmo fenômeno, ideia, explicação ou atividade. Essa forma de acesso é uma maneira bastante útil de **administrar ou organizar dados** e permite que o pesquisador examine os dados **de forma estruturada**.
2. Você pode usar essa lista de códigos especialmente quando elaborados em uma hierarquia, para **examinar outros tipos de questões analíticas**, como **relações entre os códigos** (e o texto que codificam) e **comparações caso a caso**. (grifou-se)

Com relação às etapas da codificação, a etapa inicial foi a codificação linha a linha. Consistiu na atribuição de códigos às passagens do texto transcrito, mesmo que as linhas não forneçam sentenças completas. Sua vantagem é forçar a atenção do pesquisador para o que o entrevistado está realmente afirmando, minimizando possíveis interferências na análise. Nessa tarefa, é importante que o pesquisador abra mão dos seus valores pessoais, visão de mundo e pressuposições teóricas (GIBBS, 2009).

Na etapa seguinte, refinam-se os códigos atribuídos na codificação linha a linha para reorganizá-los em uma ordem hierárquica. Nessa etapa é feita uma revisão para verificar se a codificação do texto pode ser melhorada, seja com passagens mais longas, se novos códigos serão necessários, ou mesmo se os códigos podem ser mais analíticos. Ressalta-se a importância de garantir que a codificação seja a mais analítica e teórica possível, abandonando assim códigos que sejam puramente descritivos (GIBBS, 2009).

De acordo com Gibbs (2009, p.98-100), uma vez realizado o agrupamento dos códigos, a organização deles numa hierarquia de codificação é apenas um pequeno passo, que envolve pensar sobre que tipo de coisas estão sendo codificadas e quais questões estão sendo respondidas. Assim, os códigos que fazem referência ao mesmo assunto devem ser reunidos sob o mesmo ramo de hierarquia, que trata de uma temática mais abrangente. A hierarquização dos códigos apresenta as seguintes vantagens: a) mantém a organização da codificação, fundamental para a análise e para que a relação entre códigos seja tratada com clareza, pois uma lista de códigos extensa complica a análise; b) integra a própria análise dos dados, pois a categorização das respostas permite captar e compreender a visão de mundo dos entrevistados; c) inibe a repetição de códigos; d) permite estabelecer relações entre códigos e formular questões analíticas.

### **3.3.4 Análise dos dados**

A análise e interpretação de dados obtidos numa pesquisa a investigativa mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas é uma atividade complexa. As respostas dos entrevistados não obedecem a um padrão estabelecido; contudo, permitem realizar uma análise com maior profundidade (DE BRITTO JÚNIOR; JÚNIOR, 2012). A análise qualitativa, diferentemente da quantitativa, não busca reduzir ou condensar os dados, em resumos ou estatísticas. Em geral, ela exige o tratamento de um grande volume de informação (transcrições, gravações, notas, etc.). Dessa forma, a análise qualitativa geralmente busca melhorar a qualidade dos dados e aumentar seu volume, sua densidade e sua complexidade. A maioria das técnicas de análise usadas atualmente buscam formas de manipular esse grande volume de dados; é o caso, por exemplo, da codificação, que procura organizar e controlar os dados qualitativos (GIBBS, 2009).

Em consonância com a evolução das técnicas de análise qualitativa, o uso da tecnologia tem aumentado a eficiência na análise dos dados, muito embora ela não possa substituir a capacidade analítica do pesquisador. Este trabalho utilizou o software de análise de dados qualitativos (SADQ) como ferramenta auxiliar de análise das entrevistas. Os SADQ são programas que possibilitam uma extensão na forma

com que textos podem ser analisados, permitindo administrar e estruturar a análise qualitativa (GIBBS, 2009).

Desse modo, torna-se possível um exame mais minucioso, preciso e confiável, pois os softwares de análise de dados qualitativos (SADQ) permitem visualizar as relações entre conjuntos de dados. Além disso, a rapidez na capacidade analítica possibilita ao pesquisador acessar os resultados facilmente, pois as informações das análises são automaticamente registradas. Contudo, as ideias analíticas propriamente ditas devem ser fornecidas pelo pesquisador (GIBBS, 2009).

No que se refere às técnicas utilizadas na análise qualitativa, estes softwares incluem funcionalidades específicas para os processos de codificação e categorização, através da criação e manutenção da hierarquia de códigos e associação destes a aspectos específicos no material analisado, além de ferramentas de busca otimizadas para estes processos (SAILLARD, 2011).

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo desenvolveu uma análise qualitativa baseada em entrevistas individuais sob a forma de narrativas semiestruturadas. Este procedimento tem sido amplamente utilizado em diferentes estudos. Vale citar a metodologia adotada no Projeto Marca D'Água, um estudo com abrangência nacional visando a produção de informações sobre a gestão de águas no Brasil, analisando, através da aplicação de questionários, o processo de criação, instalação e funcionamento de Comitês de Bacias em diferentes regiões do País (ABERS, KECK; 2003).

Conforme já descrito na revisão bibliográfica, considerando a temática da pesquisa e o tamanho da amostra, utilizou-se a pesquisa qualitativa, e os métodos de pesquisa descritiva, exploratória e analítica.

As análises formuladas neste estudo têm como base as informações obtidas nos discursos dos atores entrevistados individualmente pela pesquisadora. As entrevistas foram elaboradas de modo a permitir que os informantes, a partir de uma

pergunta geral pudessem trazer informações novas. Assim, os entrevistados integravam naquele momento instituições envolvidas no Gerenciamento de Recursos Hídricos na BHRP.

As entrevistas foram divididas por pauta e abrangeram os seguintes blocos de questões: I- Classificação da atuação do membro no Comitê; II – Visão em relação ao Comitê e III- Contexto ambiental, social, econômico e político. As entrevistas foram gravadas, conforme consentimento dos membros. Além disso, foram feitas anotações. Numa fase posterior os discursos e informações foram submetidos à análise. O objetivo era traduzir a realidade do modo mais fiel possível. As questões éticas influenciam a pesquisa qualitativa como em qualquer outra pesquisa, mas afetam mais as etapas de planejamento e coleta de dados. O princípio do consentimento totalmente informado significa que os participantes de pesquisas têm o direito de saber o que está em foco, o que lhes acontecerá durante a pesquisa e qual será o destino dos dados que fornecem depois de concluída a pesquisa, bem com ter a opção de desistir a qualquer momento (GIBBS, 2009).

As entrevistas foram realizadas no período entre Novembro/2014 e Julho/2015, abrangendo assim o período de transição entre duas gestões estaduais. Este estudo entrevistou 11 (onze) membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu, algumas dificuldades foram encontradas no acesso aos membros para a realização das entrevistas, conforme exposto no tópico seguinte.

Foram entrevistados representantes dos diversos setores: poder público, usuários e sociedade civil, pessoas envolvidas com a mobilização e criação de organismos de gestão de recursos hídricos e de uso e ocupação na bacia do Rio Pitimbu. Os entrevistados foram selecionados em função da sua atuação junto às instituições de gestão dos recursos hídricos, do uso e ocupação do solo e de atividades econômicas desenvolvidas na região da BHRP.

As informações obtidas nas entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo qualitativo. Para isso, os discursos foram transcritos analisados mediante o uso do software MAXQDA®, objetivando a análise qualitativa, conforme detalhado a frente.

Também, foram analisadas a composição e atas das reuniões do CBHRP. Com relação às atas das reuniões, foram analisadas todas, as atas existentes no período entre 2009 e 2014, totalizando 21 atas. As atas relativas aos anos anteriores a 2009 estavam indisponíveis na Secretaria Executiva do Comitê, devido a

dificuldades com a administração anterior, de acordo com informação dos entrevistados. Nas atas, foram observadas as seguintes informações: quantidade de reuniões do CBHP; local de ocorrência dessas reuniões; quem eram os participantes; ocorrência de conflitos; quais eram os assuntos tratados nas reuniões.

Por se tratar de temática incomum a área de conhecimento da engenharia, os tópicos seguintes trazem, de forma detalhada, cada etapa da realização desta pesquisa qualitativa.

#### 4.2. PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

O CBHRP é um organismo colegiado, onde os membros possuem autonomia para manifestar posições e responder entrevistas. Assim, inicialmente foi encaminhado ofício à SEMARH para a obtenção dos dados. Em seguida, foi enviada aos membros do Comitê por E-mail solicitação formal. Além disso, foram realizados contatos telefônicos com alguns membros para reforçar o convite.

Alguns membros não ofereceram resistência à realização da entrevista, antes, aportaram importante colaboração. O contato com outros membros ocorreu somente após várias solicitações. Apesar disso, os resultados das suas entrevistas foram uma excelente fonte de informação. Cabe citar que alguns membros não demonstraram nenhum interesse na realização da entrevista, sequer compareceram nos horários pré-agendados, ou responderam e deram importância a qualquer tentativa de contato. Além disso, foi observado que alguns membros, apesar da disposição e interesse, estavam muito ocupados com muitas outras atividades, não havendo espaço na agenda para a entrevista. Por fim, algumas instituições contatadas informaram que o membro não participava mais do Comitê e que não havia substituto, apesar de constarem na lista oficial de participantes.

A sistemática da realização das entrevistas ocorreu da forma mais conveniente para o entrevistado, ou seja, no local e horário de sua preferência. Ao iniciar a entrevista, era apresentado ao entrevistado o seu significado e objetivo. Em seguida, eram lidas para o entrevistado as seguintes instruções:

Esta entrevista será gravada e é completamente voluntária, será utilizada para fins acadêmicos. Por favor, diga se houver alguma questão que o Sr.(a) não queira responder, e eu passarei para a questão seguinte. Suas respostas são sigilosas e o seu nome não será associado a elas.

A exposição acerca do modo e objetivo da coleta dos dados, a preservação do anonimato e, ainda, da opção de limitar sua participação selecionando as questões que não gostaria de responder, buscava manter um clima de confiança com o entrevistado. O objetivo era oferecer um ambiente favorável à coleta efetiva de dados, minimizando a inibição e mantendo os princípios éticos desse tipo de pesquisa.

Ao final da entrevista os pesquisados eram requeridos a preencher uma ficha de documentação, anexa ao questionário, também de forma voluntária. Segundo Flick (2009, p.269), é produtiva a utilização de fichas para documentar características dos entrevistados. O conteúdo dessas fichas é determinado pelas questões da pesquisa, considerando-se quais dados dos entrevistados podem ser relevantes na sua categorização, como: idade, sexo, renda, instituição que representam, escolaridade, etc.

#### 4.3. TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Nesta pesquisa a transcrição foi feita com auxílio de um programa Windows Media Player®, que permite pausar o áudio das entrevistas, utilizando fone de ouvido. O texto uma vez ouvido é ditado em voz alta no computador. O programa de reconhecimento de voz, o Super Voice Note II®, aplicativo do Google Chrome®, reconhece áudio de boa qualidade e em seguida gera o texto. Com o objetivo de obter maior precisão no texto, uma vez concluída a transcrição, se fazia uma conferência com a execução do áudio, realizando as correções. Esse processo de transcrição das entrevistas prepara os dados para a etapa seguinte do estudo qualitativo, a codificação.

#### 4.4. CODIFICAÇÃO

O processo de codificação foi realizado mediante o uso do software de análise de dados qualitativos MAXQDA®. Trata-se de uma ferramenta tecnológica amplamente utilizada nesses tipos de análise.

Indo ao encontro da sequência de procedimentos indicados para realizar a codificação, primeiramente as entrevistas foram codificadas linha a linha, em seguida, procedeu-se com a hierarquização dos códigos e revisão dos mesmos. Com o intuito de torná-los mais analíticos.

#### 4.5. ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos através dos discursos narrados nas entrevistas foram complementados com informações documentais, textos legais, atas de reuniões, além da análise de imagens de satélite obtidas no aplicativo GoogleEarth®. Considerando que as entrevistas foram gravadas, a análise qualitativa permite certa flexibilidade e a interpretação das narrativas dos entrevistados foi realizada em diferentes momentos, à medida que novas informações eram coletadas, que abrangeram o período entre a entrevista até a fase de transcrição e codificação. O objetivo foi buscar o aprofundamento da análise e procurar respostas para as perguntas levantadas no estudo através de reiteradas reflexões.

Neste trabalho, a análise dos dados foi realizada mediante o uso do software MAXQDA®, versão 12. Segundo Gibbs (2009, p. 138), MAXQDA® é um dos softwares mais usados por pesquisadores no momento da escrita, além de ser o mais fácil de aprender e tem interface mais acessível.

O software MAXQDA® foi lançado em 1989, e permite organizar, avaliar e interpretar os dados coletados, facilitando assim a geração de relatórios que podem ser compartilhados. Entre os dados que podem ser importados estão os resultados das entrevistas, de grupos focais, de questionários online, além de páginas da internet, imagens e arquivos de áudio e vídeo. A sua versão mais recente (nº 12) disponibiliza várias funcionalidades que permitem levar a pesquisa qualitativa a um novo nível, como análise de semelhança dos dados em nível aprofundado, possibilita trabalhar com vários documentos simultaneamente, além de apresentar uma grade de resumo temática, etc. (MAXQDA, 2016).

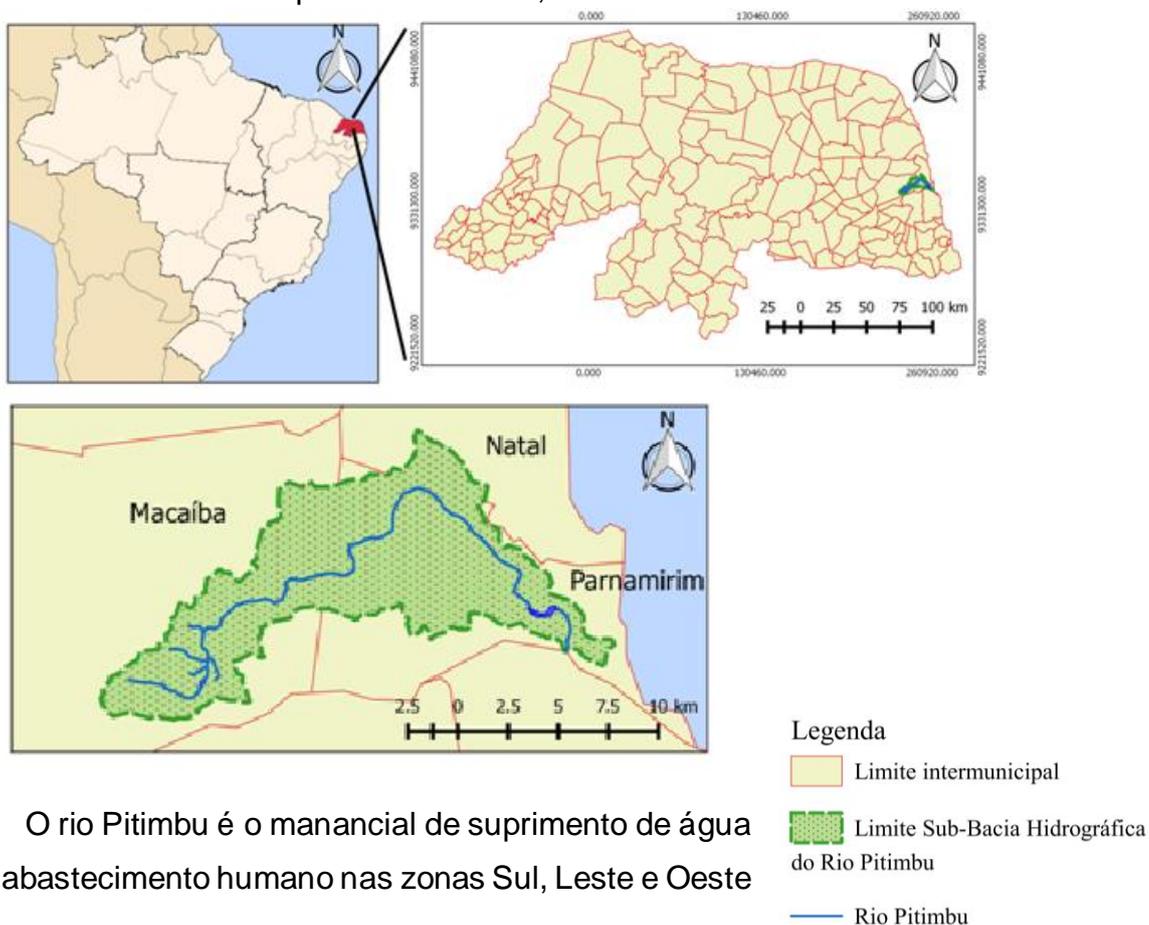
## 5 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

### 5.1 A SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PITIMBU

#### 5.1.1 Características Físicas

Localizada na região metropolitana da cidade de Natal, a Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu (BHRP) é uma sub-bacia da bacia hidrográfica Pirangi. Abrange parte dos municípios de Natal (10%), Parnamirim (43%) e Macaíba (47%), conforme apresentado na Figura 2. A área de bacia é 107,24 Km<sup>2</sup>, estando situada entre as coordenadas 5° 50'00" e 5° 57'53" Latitude sul; 35° 11'08" e 35° 23'19" Longitude oeste (OLIVEIRA, 2012).

Figura 1 - Localização da Sub-bacia hidrográfica do Rio Pitimbu, localizado na Região Metropolitana de Natal, Rio Grande do Norte.



O rio Pitimbu é o manancial de suprimento de água para abastecimento humano nas zonas Sul, Leste e Oeste

Fonte: elaborado pela autora (2015).

de Natal (MOREIRA et al., 2014). O abastecimento destas zonas compõe-se em aproximadamente 30% do volume de água bruta captada na lagoa do Jiqui. A água da lagoa também é utilizada para promover a redução dos teores de Nitrato presentes nas águas subterrâneas (poços tubulares), estas responsáveis por 70% do abastecimento das referidas zonas. (CAERN, 2015).

Estudos anteriores associam a degradação do sistema fluvial ao uso e ocupação do solo na bacia (BORGES, 2002; BARBOSA, 2006; SANTOS et al., 2002; KOBAYASHI et al., 2010; FERREIRA, SILVA, 2009; OLIVEIRA, 2012; MOREIRA et al., 2014). Esse problema parece estar relacionado com a política de gestão do uso e ocupação do solo.

### **5.1.2 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu – CBHRP**

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu foi criado mediante Decreto governamental 17.789, de 14/09/2004. A sua criação ocorreu como resultado da pressão dos movimentos socioambientais da época junto aos órgãos executivos do Estado. O objetivo era promover um debate público envolvendo órgãos ambientais, Universidades e organizações não-governamentais para discutir os problemas e construir alternativas mitigadoras, dada a degradação do rio. Naquela época, as relações político-institucionais eram centralizadoras (MELO et al., 2006). No debate, participaram representantes do poder público federal, estadual, dos municípios de Natal, Parnamirim e Macaíba, dos usuários e da sociedade civil (SILVA JÚNIOR, 2009).

Apesar da mobilização e debate, o CBHRP só foi instalado em janeiro de 2006 (CBH RIO PITIMBU, 2015), após a elaboração do Plano de Gestão Integrada da Bacia do Rio Pitimbu (IGARN, 2005). O Plano estabeleceu que o comitê gestor da bacia seria presidido pela SERHID (órgão executivo de recursos hídricos do estado na época) e teria como agência operativa o IGARN. Naquela época, o Comitê recém-instalado não possuía receita que justificasse a instalação de uma agência de bacia (entidade executiva e de apoio técnico e administrativo do Comitê de Bacia Hidrográfica) ou o pagamento de uma-secretaria executiva (estrutura responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e operacional ao comitê). Passados mais de 10

anos da sua instalação, o apoio técnico e operacional do Comitê e a sede da sua Secretaria Executiva permanecem sendo na SEMARH, e as reuniões são realizadas no seu auditório (Figura 2).

O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Pitimbu (CBHRP) é o mais antigo do estado e foi criado com o objetivo de gerenciar as águas na bacia onde atua (CBH RIO PITIMBU, 2015). As suas competências já foram abordadas de forma exaustiva no tópico 2.1.2.5. Outros aspectos relevantes dizem respeito a sua forma de organização, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, com última versão de 2007, o plenário é composto de 33 (trinta e três) membros, a cada dois anos, convoca-se uma eleição para nova diretoria e a cada quatro renovam-se os membros, devem ser realizadas, no mínimo quatro reuniões ordinárias anuais, sendo duas por semestre. A composição, a sistemática de funcionamento do Comitê, bem como a percepção dos membros em relação a aspectos da gestão de recursos hídricos na BHRP foram analisadas de forma detalhada com o desenvolvimento do trabalho.

Figura 2 - Exemplo de Reunião realizada pelo CBH do rio Pitimbu no auditório da SEMARH.



Fonte: CBH RIO PITIMBU: <http://cbhriopitimbu.blogspot.com.br/> (2015).

### 5.1.3 Legislação Relacionada à Proteção dos Recursos Hídricos aplicável à BHRP

Após analisar a legislação referente à proteção dos recursos hídricos e ao controle do uso e ocupação do solo na BHRP, foram identificadas as normas consideradas mais relevantes, apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Legislação referente à proteção dos recursos hídricos e ao controle do uso e ocupação do solo na BHRP, nos âmbitos federal, estadual e municipal, em maio de 2015.

<b>Legislação Federal</b>	
<b>Norma</b>	<b>Caracterização</b>
Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. – <b>Código das Águas</b>	Decreta o Código de Águas
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – <b>Código Florestal</b>	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.
Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012.	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.
<b>Legislação Estadual</b>	
<b>Norma</b>	<b>Caracterização</b>
Lei nº 7.871, de 20 de julho de 2000	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte e dá outras providências.
Lei nº 8.426, de 14 de novembro de 2003	Dispõe sobre a Faixa de Proteção Ambiental do Rio Pitimbu, e dá outras providências.
<b>Legislação Municipal - Macaíba</b>	
<b>Norma</b>	<b>Caracterização</b>
Lei complementar nº 01, de 19 de dezembro de 2008	Institui o Plano Diretor de Macaíba- RN e dá outras providências.
<b>Legislação Municipal - Natal</b>	
<b>Norma</b>	<b>Caracterização</b>
Lei nº 5.273, de 20 de junho de 2001	Dispõe sobre o uso do solo, limites, denominações e prescrições urbanísticas da ZPA 03 – do Rio Pitimbu do município de Natal – RN.
Lei Complementar nº 082, de 21 de junho de 2007	Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal –RN.
<b>Legislação Municipal -Parnamirim</b>	
<b>Norma</b>	<b>Caracterização</b>
Lei Complementar nº 063, de 08 de março de 2013	Dispõe sobre o Plano Diretor de Parnamirim – RN e dá outras providências.

Fonte: elaborado pela autora (2015).

No Brasil, existem várias leis e decretos que tratam da ordenação de uso e exploração de recursos naturais brasileiros. No âmbito Federal tem-se, desde 1934, o Código de Águas, que vigora até os dias de hoje. Esse Código em seu art. 14 e 31, se refere às margens como “terrenos reservados”, que não são passíveis de

parcelamento e edificação numa faixa de 15m a partir do “ponto médio das enchentes ordinárias”, todavia, sabe-se que esse critério não está mais em vigor, uma vez que houve atualização da lei nesse sentido.

A Constituição Federal de 1988, por sua vez, trata das competências do arranjo institucional relacionado ao uso e ocupação do solo e aos recursos hídricos. Destacam-se as competências mais relevantes: é competência comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer das suas formas” (art.23, VI), “preservar as florestas, a fauna e a flora” (art. 23,VII), e ainda, legislar concorrentemente sobre “florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição” (art. 24, VI); compete à União legislar sobre as águas (art. 22, IV) e são bens da União os “lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais” (art. 20, III); incluem-se como bens dos estados “as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União” (art. 26, I); compete aos municípios “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” (art. 30, VIII);

Uma análise da legislação permite ainda observar uma sobreposição de competências envolvendo a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecida pela Constituição (art. 23 e 24). Se por um lado, serve para reforçar a relevância da proteção ao meio ambiente, dá margem a diferentes interpretações que não contribuem para a efetividade da gestão ambiental.

O Código Florestal (Lei nº 12.561/2012), em seu art. 3º trata das definições de APP (Áreas de Proteção Permanente - inciso II), de nascentes (inciso XVII), de olho d’água (inciso XVIII), de leito regular (inciso XIX) e da vegetação considerada de Preservação Permanente, estabelecendo limites espaciais ao longo dos corpos d’água, procurando assim assegurar as suas funções ambientais. As larguras das APPs, regulamentadas pela Lei nº 12.727 e 12.561 de 2012, art. 4º, compreendem “as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene ou intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular”. As faixas marginais podem variar sua extensão nas margens de 30 a 500m, dependendo da largura do

rio. O conceito de leito regular não está bem regulamentado e é subjetivo, pois sua definição não está associada um período de retorno. De fato, o uso do período de retorno seria mais preciso e exigiria a realização de um estudo estatístico utilizando a série histórica de vazões.

No caso da BHRP, a proteção das faixas marginais compreende uma largura de 30 m para cada margem, a partir do leito regular, nos trechos em que o leito menor do rio é inferior a 10 m, e 50m para um leito com largura compreendida entre 10 m e 50 m. Considerando a lagoa do Jiqui da BHRP, de onde é captada a água para abastecimento, o inciso II, b) ainda do art. 4º, define uma largura mínima para APP de 30m no entorno da lagoa, situada em área urbana. Quanto às nascentes, são considerados no inciso IV os olhos d'água perenes para a APP compreendendo um raio mínimo de 50m em torno dos mesmos.

A vigência do novo Código Florestal que revogou o anterior gerou discussão pois reduziu as áreas de preservação permanentes (LIMA et al., 2014). A consequência foi a retirada de vegetação nativa para uso agricultável, reduzindo a faixa de proteção.

Na esfera estadual, a lei nº 7.871/2000 regulamenta as áreas de preservação (art. 9º, inciso I), incluindo as unidades ambientais que integram este estudo: matas ciliares, nascentes, corpos d'água superficiais, lagoas e outros tipos de mananciais. Esta lei estabelece, no artigo supracitado (parágrafo 1º) uma faixa mínima de 50 m destinada à preservação da mata ciliar a partir do leito maior sazonal do corpo d'água. Define-se leito maior sazonal como aquele ocupado pelas cheias, que podem ser classificadas como regulares ou excepcionais, podendo atingir diferentes níveis d'água (CHISTOFOLETTI, 1980).

As tabelas 2 e 3 expõem os diferentes critérios legais.

Tabela 2 - Legislação relacionada à proteção das nascentes e seus critérios de delimitação da área de proteção.

Âmbito	Proteção das nascentes (BHRP)	
FEDERAL	Código Florestal	50 m em torno das nascentes perenes
ESTADUAL	Faixa de proteção ambiental do Rio Pitimbu, a Lei nº 8.426 de 2003	100 m em torno das nascentes
MUNICIPAL	Plano Diretor de Natal	50 m em torno das nascentes, mesmo que intermitentes

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

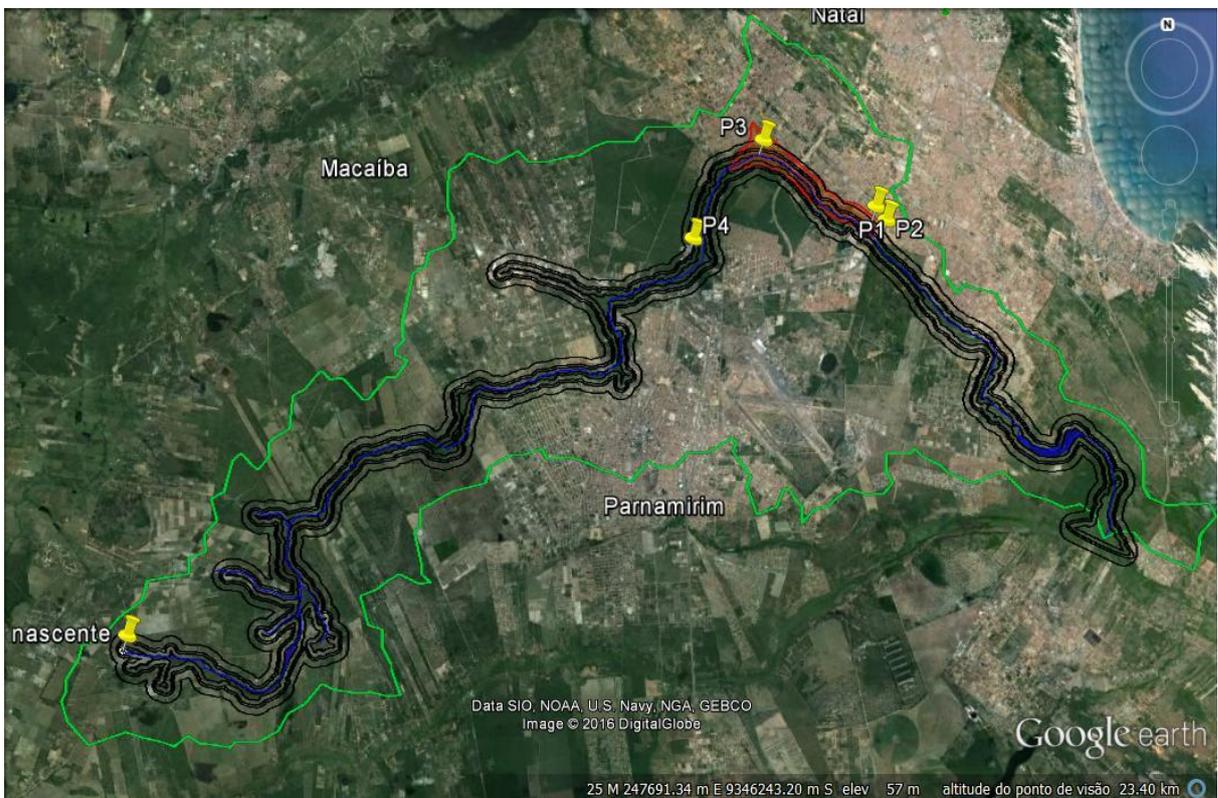
Tabela 3 - Legislação relacionada à proteção das margens e seus critérios de delimitação da área de proteção.

Âmbito	Proteção das margens (BHRP)	
FEDERAL	Código Florestal	30 m a 50m “desde a borda da calha do leito regular”
ESTADUAL	Zoneamento Ecológico-Econômico do Rio Grande do Norte	50m a partir do leito maior sazonal do corpo d’água
	Faixa de proteção ambiental do Rio Pitimbu, a Lei nº 8.426 de 2003.	100m a partir do leito sazonal do rio
MUNICIPAL	Plano Diretor de Natal	30m a partir do leito maior
	Plano Diretor de Parnamirim	120m a partir do canal fluvial

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Seguindo na esfera estadual, uma legislação específica estabelece diretrizes para a faixa de proteção ambiental no Rio Pitimbu, a Lei nº 8.426/2003. Nesta lei, o artigo 3º define uma Faixa de Proteção Ambiental de 300 m para as margens no rio Pitimbu. O art. 4º §1º estabelece as APPs no Rio Pitimbu. As APPs são as seguintes: a) faixa de até 100 metros de cada margem do rio a partir do seu leito sazonal; b) afluentes e entorno das nascentes, áreas inundáveis situadas nas margens; c) remanescentes de Mata Atlântica, dunas e demais unidades ambientais. Além disso, a lei estabeleceu a exigência do licenciamento ambiental como condição para instalar qualquer empreendimento em áreas passíveis de uso e ocupação do solo (art. 4º, §2º). A Figura 3 apresenta a faixa de proteção ambiental estabelecida pela lei 8.426/2003 para a ZPA 03 do município de Natal-RN. No entanto, é possível observar a ocorrência de ocupação dentro das APP.

Figura 3 - Mapa com a delimitação da BHRP e da faixa de proteção estabelecida em lei estadual específica, demarcação a ZPA 3 do município de Natal e destaque de quatro pontos de degradação.



- |   |                 |   |   |
|---|-----------------|---|---|
|  | Rio Pitimbu     |  | Faixa de proteção – Lei Estadual n.º 8.426/2003 - RN      |
|  | Limites da BHRP |  | ZPA 3– Leis municipais n.º 5.273/2001 e 082/2007–Natal/RN |

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Google Earth® 2016; IDEMA, 2015; Plano Diretor de Natal-RN.

Nesse contexto, observa-se que a efetividade no cumprimento da legislação estadual de proteção ambiental no Rio Pitimbu é quase inexistente. Não se reflete no seu atendimento como instrumento de regulação. De fato, a lei estabelece um nível de proteção mais abrangente do que o Código Florestal. Apesar disso, observa-se nos municípios que integram a BHRP a ocorrência de ocupação irregular da faixa de proteção. Tal fato reflete a ausência de efetividade no controle da ocupação, com a liberação de licenciamentos sem cumprir os critérios estabelecidos na lei. Reflete também falha na fiscalização de empreendimentos de diversos tipos: imobiliários, obras públicas, industriais, agropecuários e cemitérios. Não se pode deixar de mencionar a ausência de mecanismos de participação social, o que reflete centralização de poder político e econômico no processo decisório.

Na esfera municipal, o ordenamento territorial é estabelecido através do Plano Diretor Municipal, em atendimento às disposições do art. 182 da CF e do Capítulo III da Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade. O município de Macaíba, cujo Plano Diretor foi regulamentado em 2008, estabelece o uso e ocupação do solo com base no macrozoneamento. Para isso, o território foi dividido nas seguintes macro-zonas: Macro-zona I - zona urbana; Macro-zona II - zona de expansão urbana; Macro-zona III - zona rural; e Macro-zona IV - zona de proteção ambiental. No entanto, o Plano Diretor não delimita as ZPAs no referido Plano (mapa 01 - macrozoneamento, anexo II). Diante disso, pode-se observar que as ZPAs não existem do ponto de vista legal, o que também pode significar uma ausência de regulamentação. Além disso, o fato de este Plano Diretor não fazer referência a qualquer unidade hidrográfica da região parece refletir a ausência de critérios hidrológicos necessários para uma regulamentação ambientalmente criteriosa.

No município de Parnamirim, o Plano Diretor Municipal foi regulamentado pela Lei complementar 63/2013. Ao longo do seu texto, no capítulo I, art. 2º e 3º, incisos I, VIII e XII evidenciam a importância da preservação do meio ambiente e necessidade da integração do Município à RMN, ao estado do Rio Grande do Norte e à União. Do ponto de vista do macrozoneamento ambiental o município divide-se em três zonas (art. 28): Zona I- Zona Urbana, Zona II- Zona de Expansão Urbana e Zona III- Zona de Proteção Ambiental. O art. 31 estabelece que a ZPA-I está situada às margens dos rios e seus afluentes numa faixa de 120 m a partir do eixo do canal fluvial. A ZPA-II compreende a região das lagoas numa faixa de 30m a partir da margem (incisos II e

III). Observou-se que no antigo Plano diretor, (Lei Municipal 1058/2000) não havia menção sobre a BHRP. Nesse sentido, a atualização do Plano foi positiva, uma vez que introduziu o art. 31, parágrafo único: Numa faixa de 300 m (trezentos metros) a partir do eixo do rio Pitimbu, deverão ser observados os critérios dispostos na Lei Estadual 8426/2003.

O município de Natal, através do seu Plano Diretor Municipal (Lei Complementar 82/2007), estabelece, no macrozoneamento, as seguintes zonas: Zona I-Adensamento básico; Zona II-Adensável e Zona III-Proteção Ambiental (art. 8º). O art. 19 define as subzonas de preservação (ZPA) como a vegetação presente nas margens dos rios numa faixa de 30 m a partir do leito maior e num raio mínimo de 50 m a partir das nascentes, mesmo que intermitentes. Estabelece ainda a subzona de conservação e a de uso restrito, dentro da ZPA. Em complementação ao artigo 8º, o Plano Diretor caracteriza e estabelece a ZPA 03 (Figura 4), regulamentando uma área que está inserida na BHRP, particularmente na área entre o Rio Pitimbu e a Avenida dos Caiapós (Cidade Satélite), regulamentada pela Lei Municipal 5.273/2001.

A análise da legislação relacionada à BHRP demonstra a existência de um rico arcabouço jurídico de amparo à proteção do manancial. Tão importante é a sua importância, que há uma lei estadual específica para a sua proteção que deve, portanto, ser seguida pelos municípios.

Contudo, há critérios distintos estabelecidos para consideração da área de proteção permanente nos diversos dispositivos legais, conforme exposto nas tabelas 2 e 3, que podem gerar diversas interpretações quando do licenciamento de empreendimentos, outorgas, etc. nas margens do rio. Há que se destacar, ainda, a necessidade de atualização da legislação da ZPA-3 do Município de Natal-RN, que absurdamente permite um potencial construtivo dentro da Zona de Proteção Ambiental maior do que o das demais zonas de Adensamento básico do Município, conforme detalhado a seguir.

A Figura 4 apresenta empreendimento imobiliário que foi licenciado e construído nos últimos dois anos (ponto P1, ZPA 03). Trata-se de um condomínio vertical composto de seis torres, conforme se pode observar. Este projeto imobiliário adotou um coeficiente de aproveitamento (índice que estabelece a área construída máxima possível e que se reflete em potencial construtivo) igual a 1,8. De fato, o coeficiente de adensamento básico na cidade Natal em 2001 era 1,8. No entanto, em 2007 a atualização do Plano Diretor Municipal alterou o coeficiente para 1,2. Assim,

observa-se que o valor adotado não obedece à regulamentação da ZPA 03 conferida pela lei 5.273/2001 (IBAM, 2010). Logo, isso evidencia a ocorrência de grave irregularidade no licenciamento: o coeficiente de aproveitamento adotado para um empreendimento na ZPA 03 representa um potencial construtivo superior a qualquer outra zona, inclusive aquelas que não exigem proteção ambiental. Isso constitui na prática uma ocupação com alto índice de adensamento numa região situada a alguns metros das margens do rio. Tal adensamento está sujeito a aumentar, amparado na legislação vigente.

Vale citar outra situação de descumprimento da legislação ambiental, situada na mesma região da que foi citada anteriormente. De acordo com a Figura 4, a área correspondente ao ponto “P2” configura um loteamento destinado à construção de residências. Neste caso em particular, o empreendimento foi licenciado e implementado. No entanto, um evento chuvoso de grande magnitude ocorrido em 2009 provocou um processo erosivo de grande magnitude, com uma transferência de massa capaz de produzir o barramento das águas do Rio Pitimbu. Esse evento gerou grande comoção e exposição na mídia televisiva local, o que levou às autoridades judiciais (Ministério Público Estadual) a embargar a obra. O embargo permanece até hoje sob o argumento de descumprimento da legislação ambiental e ocorrência de danos ambientais. O Código Florestal veta a implantação de empreendimento em terreno de duna, como é o caso em questão.

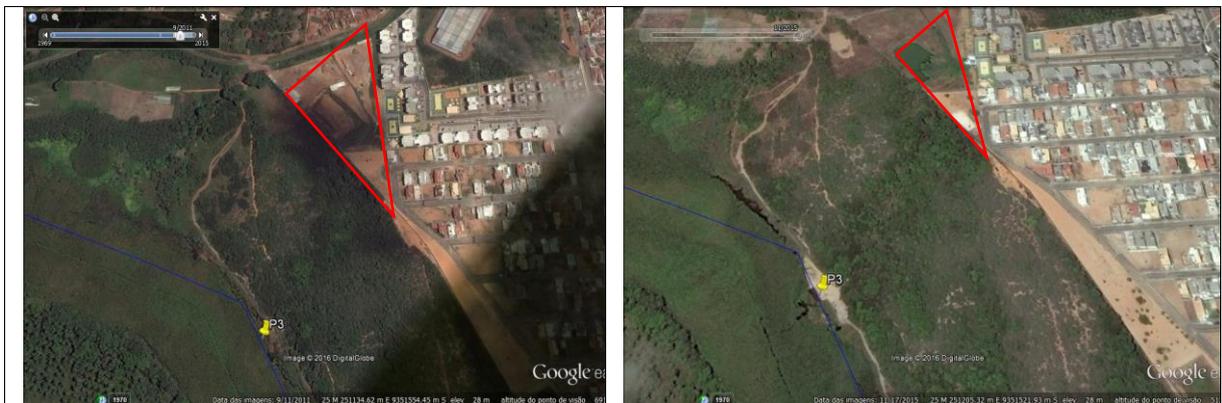
Figura 4 - Pontos de degradação da BHRP, P1 e P2, no trecho da BR -101, entre os municípios de Natal e Parnamirim. O P1 está em Natal, inserido na ZPA 03 e P2 em Parnamirim.



Fonte: Google Earth® (2015).

Ainda se tratando de exemplos de impacto ambiental ao rio, o ponto “P3” (Figura 5) consiste em região em que foi implantado o sistema de drenagem do bairro do Planalto, em que as águas servidas são lançadas no rio. Com a intensidade da vazão, ocorre no ponto próximo ao lançamento um forte assoreamento do rio, portanto, outro exemplo de degradação por obra de saneamento ambiental implantada pelo poder público danosa ao rio.

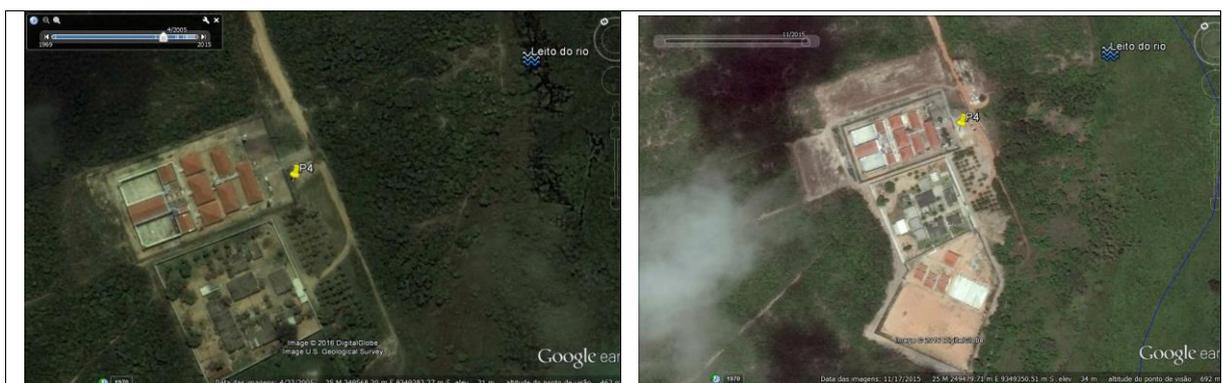
Figura 5 - Ponto de degradação P3 em 2011, antes da implantação do sistema de drenagem e em 2015 após seu funcionamento.



Fonte: Google Earth® (2011 e 2015).

Por fim, mas não esgotando os exemplos de agressões à BHRP ao longo do rio, o ponto “P4” trata-se de um presídio (Figura 6). Essa edificação pública foi denunciada, pois o esgoto estava sendo clandestinamente desviado e lançado *in natura* na calha do Rio Pitimbu, com vazão medida em torno de 5,5 L/s, à época de denúncia por pesquisadores à associações de recursos hídricos e à mídia local, no ano de 2005, portanto um exemplo de que o próprio poder público degrada o rio.

Figura 6 - Cadeia Pública correspondente a P4 em 2005, à época em que foi notificado o fato de lançamento de esgotos e em 2015 após notável ampliação da área construída.



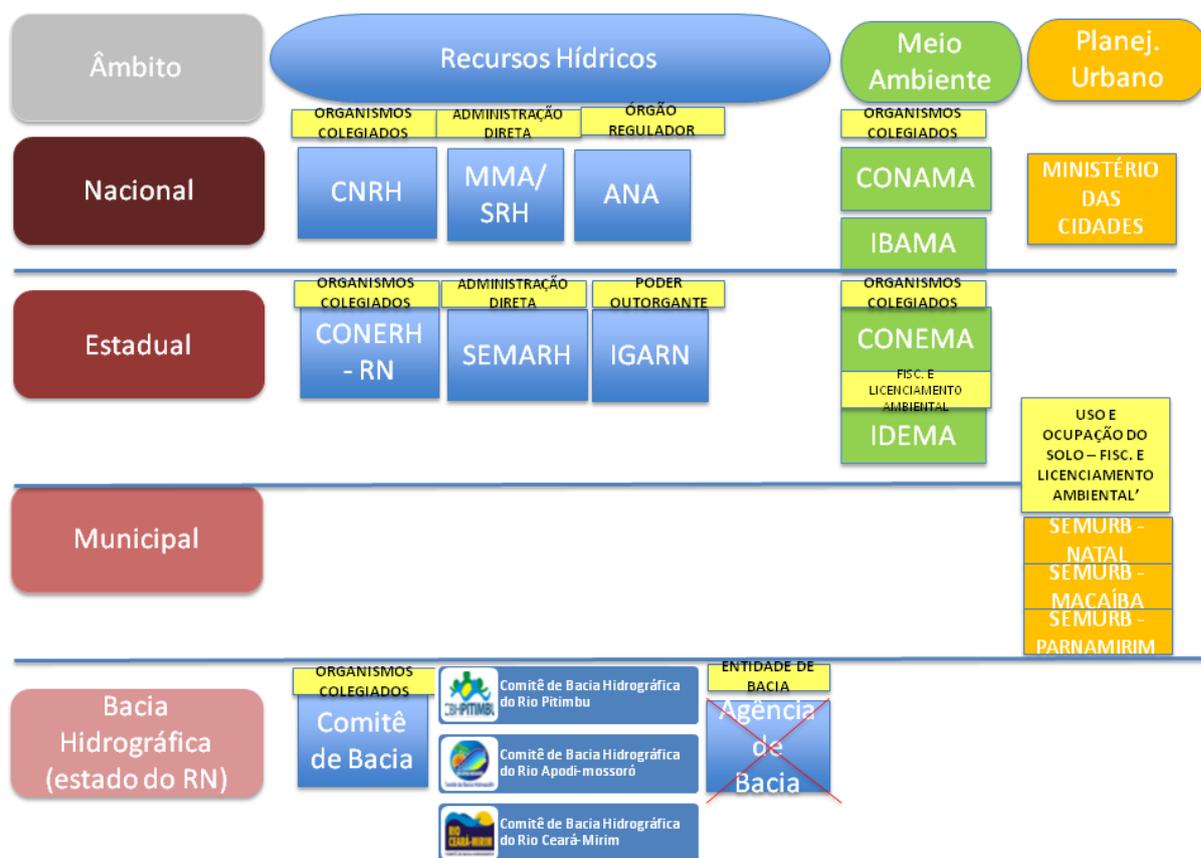
Fonte: Google Earth® (2011 e 2015).

## 5.2 MATRIZ INSTITUCIONAL DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E INSTITUIÇÕES RELACIONADAS, COM FOCO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

No âmbito federal, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos reúne as instituições que atua na gestão dos recursos hídricos (Constituição Federal, artigo 21, XIX, e Lei nº 9.433/1997, Título 11).

De forma semelhante, na esfera estadual, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH/RN detém a atribuição de promover a gestão integrada de recursos hídricos no Rio Grande do Norte. A seguir serão apresentadas as instituições que compõem o sistema, suas competências em relação à gestão da água, bem como outras entidades com atribuições atinentes, consideradas relevantes na compreensão do arranjo institucional.

Figura 7 - Matriz Institucional do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e instituições relacionadas, com foco no estado do Rio Grande do Norte.



Fonte: elaborado pela autora (2016).

## **5.2.1 Instituições integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**

### **5.2.1.1 Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH**

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos é instância mais alta na hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Um colegiado que desenvolve regras de mediação entre os diversos usuários da água sendo, assim, um dos grandes responsáveis pela implementação da gestão dos recursos hídricos no País, por articular a integração das políticas públicas no Brasil e orientar para um diálogo transparente no processo de decisões no campo da legislação de recursos hídricos (CNRH, 2016).

A Lei nº 9.433, estabelece, no capítulo II, artigo 34 os membros do Conselho, e no artigo 35 (incisos I ao VII) as suas competências.

### **5.2.1.2. Ministério do Meio ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - MMA/SRHU**

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) objetiva: promover o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade (MMA, 2016).

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 define como área de competência do Ministério do Meio Ambiente, entre outros assuntos, a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. A Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) é um órgão singular vinculado ao MMA, suas competências estão definidas no art. 23 do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007.

### 5.2.1.3 Agência Nacional de Águas – ANA

A Agência Nacional de Águas - ANA tem suas todas as suas competências elencadas no art. 4º da lei n.º 9.984, a ela cabe disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos de gestão criados pela Política Nacional de Recursos Hídricos. Assim, seu espectro de regulação ultrapassa os limites das bacias hidrográficas com rios de domínio da União, pois alcança aspectos institucionais relacionados à regulação dos recursos hídricos no âmbito nacional. Suas principais ações são de Regulação, Apoio à Gestão dos recursos hídricos, de Monitoramento de rios e reservatórios, de Planejamento dos recursos hídricos, além de Programas e Projetos e de oferecer um conjunto de Informações com o objetivo de estimular a adequada gestão e o uso racional e sustentável dos recursos hídricos (ANA, 2016).

## **5.1.2 Instituições integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do RN – SINGREH/RN**

### 5.1.2.1 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH/RN

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH do Rio Grande do Norte, segundo institui a lei estadual n.º 6.908/1996, referente à Política Estadual de Recursos Hídricos, e sua alteração, através da Lei Complementar n.º 481/2013 é um órgão colegiado de deliberação coletiva e caráter normativo do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos. As competências desse conselho foram alteradas pela lei de 2013 e estão elencadas no art. 21 da referida lei.

### 5.1.2.2 Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte – SEMARH/RN

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) existe desde de 31 de janeiro de 2007, quando foi transformada a partir da Secretaria

de Estado dos Recursos Hídricos (SERHID), criada pela Lei Complementar nº 163, de 25 de Fevereiro de 1996. São órgãos vinculados a ela o IGARN - Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte, a CAERN - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte e o IDEMA – Instituto de Desenvolvimento do Meio Ambiente. (SEMARH, 2014)

À SEMARH compete o planejamento, coordenação e execução das ações públicas estaduais que contemplem a oferta e a gestão dos recursos hídricos e do Meio Ambiente no Estado do Rio Grande do Norte, através da gestão participativa e descentralizada do meio ambiente e dos recursos hídricos, a condução da Política Estadual de Recursos Hídricos, composição do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos e a gestão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. A SEMARH preside o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, compõe o Conselho Estadual de Meio Ambiente e representa o Estado no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (SEMARH, 2014).

#### 5.1.2.3 Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte – IGARN

O IGARN é a entidade estadual responsável pela gestão técnica e operacional dos recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Norte, cabendo-lhe apoiar, técnica e operacionalmente, o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos (IGARN, 2016). É uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) e foi criado pela Lei nº 8.086, de 15 de abril de 2002, e desde de janeiro de 2013 a Lei Complementar 483 revogou essa lei e redefiniu as suas competências.

### **5.1.3 Instituições integrantes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos cuja unidade de gestão é a Bacia Hidrográfica**

#### 5.1.3.1 Comitês de Bacia Hidrográfica do estado do RN

Os Comitês de Bacia Hidrográfica - CBHs são uma nova forma de participação, pois, diferentemente das demais formas de outras políticas públicas, que funcionam

como uma instância de consulta à sociedade, podendo as decisões serem ou não implantadas, os CBHs têm como atribuição legal deliberar sobre a gestão da água de forma compartilhada com o poder público (ANA, 2011).

Com isso, aos CBHs é atribuído o poder de Estado, isto é, tomar decisões sobre um bem público, nos termos delimitados pela lei. Aos órgãos gestores de recursos hídricos compete a execução, por meio do seu poder de regulação, das regras definidas pelo Comitê em relação ao uso das águas (ANA, 2011).

A Lei federal das águas, define, em seu art. 38., as seguintes competências aos comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

- promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;
- acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;
- estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;
- estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Ao consultar a Política Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, Lei nº 6.908, de 01/07/1996, e suas alterações, contidas na Lei complementar nº 481 de 03/01/2013, art. 25., tem-se as competências dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Norte. Destacam-se as que trazem alguma diferença em relação às já elencadas na Lei Federal:

- aprovar a proposta de programas anuais e plurianuais e a aplicação de recursos financeiros em serviços e obras de interesse para a gestão de recursos hídricos

- promover o debate e a cooperação entre os usuários dos recursos hídricos;
- analisar as propostas de enquadramento dos corpos hídricos e encaminhar para análise e decisão do CONERH;

#### 5.1.3.2 Agências de Bacia Hidrográfica no estado do RN

O mapa institucional mostra as agências de bacia do estado do Rio Grande do Norte com uma sinalização em formato de “x” indicando que elas ainda não foram criadas. Segundo o art. 26 da Política Estadual de Recursos Hídricos, “nas Bacias Hidrográficas poderá ser criada uma Agência de Bacia, que exercerá as funções de Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica respectiva”. Em seguida, no parágrafo único é dito que “as Agências de Bacias somente serão criadas a partir do início da cobrança pelo uso dos recursos hídricos”. Como ainda não há cobrança implantada nas Bacias Hidrográficas do Estado, não há Agências de Bacia, a Secretaria Executiva é exercida com auxílio da SEMARH.

No âmbito federal, a lei 9.433 de 1997 prevê que, quando implantadas, as Agências de Água exercerão a função de secretaria executiva do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica. A criação das Agências de Água será autorizada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos mediante solicitação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica. Também é condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos: prévia existência do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica; viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação.

#### **5.1.4 Demais Instituições relacionadas ao Meio Ambiente e ao Planejamento Urbano nas três esferas governamentais**

##### 5.1.4.1 Conselho Nacional de Meio ambiente – CONAMA

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, foi instituído pela Lei

6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90. Trata-se de um colegiado representativo de cinco setores, a saber: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil com representantes de entidades empresariais. Suas competências estão definidas no art. 8º da Lei 6.938/81 (CONAMA, 2016).

#### 5.1.4.2 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA tem, como principais finalidades, conforme a lei de sua criação, art. 2º, exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e a fiscalização, monitoramento e controle ambiental (IBAMA, 2016)

#### 5.1.4.3 Ministério das Cidades

O Ministério das Cidades foi criado em 1º de janeiro de 2003, a partir da Medida Provisória nº 103/2003, convertida na Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003. A sua missão é “melhorar as cidades, tornando-as mais humanas, social e economicamente justas e ambientalmente sustentáveis, por meio de gestão democrática e integração das políticas públicas de planejamento urbano, habitação, saneamento, mobilidade urbana, acessibilidade e trânsito de forma articulada com os entes federados e a sociedade”. Suas competências constam na lei n.º 10.683/2003, art. 27, com destaque para: “participação na formulação das diretrizes gerais para conservação dos sistemas urbanos de água, bem como para a adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e gestão do saneamento;” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2016).

#### 5.1.4.4 Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA/RN

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA foi criado por meio do Decreto n.º 8.718 de 16 de setembro de 1983, inicialmente com outra denominação. O IDEMA tem as competências, dentre outras, de promover a educação ambiental, formular, coordenar, executar e supervisionar a política estadual de preservação, conservação, aproveitamento, uso racional e recuperação dos recursos ambientais, bem como fiscalizar o cumprimento das normas de proteção, controle, utilização e recuperação dos recursos ambientais, aplicando as penalidades disciplinares e/ou compensatórias às infrações apuradas, licenciar e revisar atividades potencialmente poluidoras, fazer o zoneamento ambiental, implantar unidades de conservação e o controle ambiental e florestal (IDEMA, 2013).

---

#### 5.1.4.5 Conselho Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – CONEMA/RN

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA), nos termos na Lei Complementar Nº 272, de 3 de março de 2004, tem natureza consultiva, normativa, deliberativa e recursal, com função de assessoramento ao Governador do Estado na formulação da Política Estadual do Meio Ambiente. Suas atribuições estão elencadas no Decreto n.º 15.117 de 29 de setembro de 2000 e na Lei complementar n.º 272 de 3 de março de 2004.

#### 5.1.4.6 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo do município de Natal/RN - SEMURB/Natal-RN

O Decreto nº 8.787, de 02 de julho de 2009, dispõe sobre as competências e a estrutura básica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB. O art.1º estabelece as competências da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, órgão de ação instrumental integrante da Administração Pública Municipal.

Entre elas, destaca-se: promover o planejamento urbanístico e ambiental do Município, em consonância com as diretrizes do planejamento microrregional, regional, estadual e federal; realizar as atividades de análise, controle, fiscalização do uso, parcelamento do solo e da poluição e degradação ambiental, no Município, em especial quanto às obras e edificações; compatibilizar o desenvolvimento urbano com a proteção ao meio ambiente, mediante a racionalização do uso dos recursos naturais; controlar, através de um sistema de licenciamento, a instalação, a operação e a expansão de atividades poluidoras ou degradantes do meio ambiente (SEMURB-NATAL/RN, 2016);

#### 5.1.4.7 Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente do Município de Natal – CONPLAM/NATAL-RN

O Regimento Interno da Secretaria Municipal de Meio ambiente e Urbanismo – SEMURB (Dec. Nº. 9.153 de 28 de julho de 2010 - publicado no DOM de 29/07/2010) no art. 23, conceitua o Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente - CONPLAM como órgão colegiado normativo e consultivo, integrante da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, estruturado, organizado e regulado em legislação própria e específica (CONPLAM, 2016).

A denominação do Conselho Municipal de Planejamento e Meio Ambiente – CONPLAM foi alterada pela Lei Orgânica do Município, promulgada em 03/04/1990. Suas atribuições foram ampliadas pelo Código do Meio Ambiente – Lei nº 4.100/92, de 19/06/1992 (CONPLAM, 2016).

O Decreto n.º 3.075, de 19/04/1985, Capítulo II, art. 2º, e a Lei Municipal n.º 4.100 de 19 de junho de 1992, elencam as competências desse conselho, com destaque para: apreciar e opinar sobre diretrizes e normas de Planejamento Urbano do Município de Natal; funcionar como órgão consultivo emitindo pareceres sobre assuntos urbanos, ainda não regulamentados, a ele submetidos pela secretaria Municipal de administração Geral e Planejamento; bem como efetuar o acompanhamento e a avaliação da sua execução; estabelecer normas gerais relativas a áreas de proteção ambiental, no limite da competência do Poder Público Municipal (CONPLAM, 2016).

#### 5.1.4.8 Secretaria Municipal de Meio ambiente e Urbanismo do Município de Macaíba - SEMURB/Macaíba-RN

A SEMURB é o órgão que trata do licenciamento urbanístico no âmbito do município de Macaíba. E, apesar de ser também o órgão ambiental, o licenciamento ambiental ainda é de competência do IDEMA, órgão estadual. O órgão é responsável por licenciar os empreendimentos imobiliários, ou seja, conceder alvarás de construção e habite-se das construções regulares. Também atua na fiscalização urbanística, autuando infrações de ordem urbanística, embargando obras sem licenciamento e etc., assim como atua na fiscalização ambiental, de modo a preservar o meio ambiente e melhorar as condições de vida da população, agindo no poder de polícia quando necessário (SEMURB-MACAÍBA/RN, 2016).

#### 5.1.4.9 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do Desenvolvimento Urbano do Município de Parnamirim/RN - SEMUR/Parnamirim-RN

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do Desenvolvimento Urbano - SEMUR/Parnamirim-RN atua na área ambiental, fiscalização ambiental e a parte de urbanismo. As atribuições da Secretaria, estão disponibilizadas no endereço eletrônico oficial. Destaca-se: Controlar, fiscalizar e orientar o processo de crescimento urbano, promovendo a integração dos espaços povoados de forma racional, tendo por objetivo a melhoria das condições de vida no âmbito municipal; preservar o meio-ambiente, valorizando os cursos d'água e o patrimônio paisagístico, histórico e cultural do Município; coordenar, supervisionar e controlar o uso dos recursos hídricos do Município (SEMUR, 2016).

#### 5.1.4.10 Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente do Município de Parnamirim/RN – CONPLUMA

O Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente do Município de Parnamirim – CONPLUMA foi instituído para garantir o processo democrático de planejamento e gestão da cidade. Trata-se de um órgão consultivo e deliberativo de assessoria ao Poder Executivo, com a finalidade de analisar, aprovar e propor medidas relacionadas com as diretrizes desta Lei e deliberar sobre questões onde inexistam legislações específicas, respeitando o caráter deliberativo dos demais conselhos (CONPLUMA, 2010).

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo do CBHRP foi realizado através da análise da sua composição, das deliberações contidas nas atas e da aplicação de entrevistas semiestruturadas aos membros do Comitê. Os dados coletados nestas entrevistas foram usados na análise qualitativa, e permitiram identificar algumas características desse organismo de gestão, contextualizá-las, diagnosticar suas virtudes e carências, tendo como fonte de informação a percepção dos atores envolvidos na gestão. Fez-se, ainda, sua relação com a pesquisa bibliográfica acerca da legislação pertinente à preservação dos recursos ambientais da BHRP e da degradação ao longo do rio.

São apresentados a seguir os resultados obtidos através das análises supracitadas.

Em se tratando dos pontos críticos de degradação destacados no presente estudo, tem-se diferentes situações: o ponto “P1” trata-se de um presídio, portanto edificação pública, cujo esgoto estava sendo clandestinamente desviado e lançado *in natura* no Rio Pitimbu, portanto um exemplo de que o próprio poder público degrada o rio; o ponto “P2” consiste em região em que foi implantado o sistema de drenagem do bairro do Planalto, em que as águas servidas são lançadas no rio, com a intensidade da vazão, ocorre no ponto próximo ao lançamento um forte assoreamento do rio, portanto, outro exemplo de degradação por obra de saneamento ambiental implantada pelo poder público danosa ao rio; o ponto “P3” demonstra um efeito da falta de atualização na legislação da Zona de Proteção Ambiental de Natal –RN, pois tem-se um empreendimento imobiliário com 900 unidades habitacionais inserido na ZPA -3; por fim, “P4” expõe um condomínio horizontal que até os dias atuais não entrou em funcionamento, apesar de ter sido licenciado pelos órgãos responsáveis, devido à denúncias do Ministério Público Estadual acerca dos problemas que ele causaria ao rio, bem como por se tratar de zona de duna, área de proteção permanente de acordo com a legislação federal conhecida como “Código Florestal”, apontando para falhas no licenciamento.

Com isso, infere-se que apesar do arcabouço jurídico de proteção ambiental, a população, os usuários e o poder público o vem descumprindo, de diferentes maneiras, mas todas convergindo para o mesmo efeito: impacto ambiental à BHRP. A bacia hidrográfica como unidade de gestão serve para estabelecer políticas

integradoras, com a participação efetiva dos municípios, usuários e sociedade civil na formulação e execução da política junto ao poder público.

Não há como negar que a falta de integração entre as diferentes políticas e os entes federativos reflete nessa falta de alinhamento dos critérios legais de proteção do manancial. Infelizmente, apesar de todo esse aparato legal, não há uma adequada preservação do manancial. O que pode ser explicado pela falta de gestão que articule o processo de planejamento, com uma fiscalização eficaz na manutenção das áreas destinadas à preservação dos recursos hídricos, e pela falta de consciência ambiental da própria população (SILVA, 2012).

O modelo institucional da governança dos recursos hídricos deve ir além da legislação do sistema, e envolver a sua renovação e aperfeiçoamento legislativo constante, assim como as instituições coordenadoras devem garantir a efetividade do arcabouço legal, e a constante articulação de uma coalizão de apoio ao seu funcionamento (LIMA et al., 2014).

## **6.1 Composição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu - CBHRP**

A análise da atual composição do CBHRP foi feita com base nos parâmetros definidos na regulamentação nacional e estadual. Utilizando-se da prerrogativa de regulamentação da Lei nº 9.433/1997, e respeitando o limite definido no art. 39 da referida lei (representação do poder público limitada à metade dos membros), o Conselho Nacional de Recursos Hídricos- CNRH editou a resolução n.º 05 de 2000, a qual define que o número de representantes de cada segmento e setor seja discutido no âmbito do CBH, desde que sejam atendidos os limites previamente estabelecidos pelo CNRH: limite máximo de 40% do total de votos para o poder público (Federal, Estadual e Municipal), no mínimo 20% do total de votos para a sociedade civil e 40% do total de votos para os usuários de recursos hídricos. O Regimento Interno do Comitê prevê que o colegiado deve ser composto por 33 representantes, e a distribuição deve ser de até 30% de representantes do poder público (Federal, Estadual e Municipal) com investimentos ou competência na área da bacia, até 30% da sociedade civil e 40% dos usuários.

Os dados obtidos através de documento disponibilizado pela Secretaria Executiva do CBHRP mostram a atual composição do colegiado do Comitê, a Tabela 4 explicita o percentual de vagas de representantes ocupadas na atual gestão do Comitê, já a Tabela 5 e a Figura 8 detalham a Composição atual do Comitê, enquanto a Tabela 6 expõe a situação prevista no Regimento Interno do Comitê e na resolução do CNRH e a Tabela 7 conclui fazendo o comparativo entre o número de representante do colegiado que deveriam ocupar suas vagas segundo o regimento interno, a resolução do CNRH e o atual número.

Tabela 4 - Comparação da quantidade de membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu Gestão 2013-2015 com as vagas previstas no Regimento Interno.

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NÚMERO</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Vagas ocupadas por representantes atualmente no colegiado	22	66,67%
Vagas não ocupadas pelos representantes previstos no Regimento Interno do Comitê	11	33,33%

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Tabela 5 - Composição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu Gestão 2013-2015.

SEGMENTO	CATEGORIAS INCLUÍDAS	NÚMERO DE REPRESENTANTES	PERCENTUAL
Poder Público Municipal	Prefeituras (6).	6	27,27%
Poder Público Estadual	Órgãos Públicos Estaduais de Recursos Hídricos (2), de Meio ambiente (1).	3	13,64%
Poder Público Federal	Órgãos Públicos Federais (2).	2	9,09%
<b>Total =</b>			<b>50 %</b>
Sociedade Civil	ONGs ambientalistas (1), Associações Comunitárias e de Moradores (1), Associações Técnico-profissionais (3), Universidades e Centros de Investigação (3) e Outros (1).	9	41%
<b>Total =</b>			<b>41%</b>
Usuários	Empresas Estaduais de Saneamento (1), Empresas do Setor Privado (1).	2	9%
<b>Total =</b>			<b>9%</b>
<b>Total Geral =</b>			<b>100%</b>

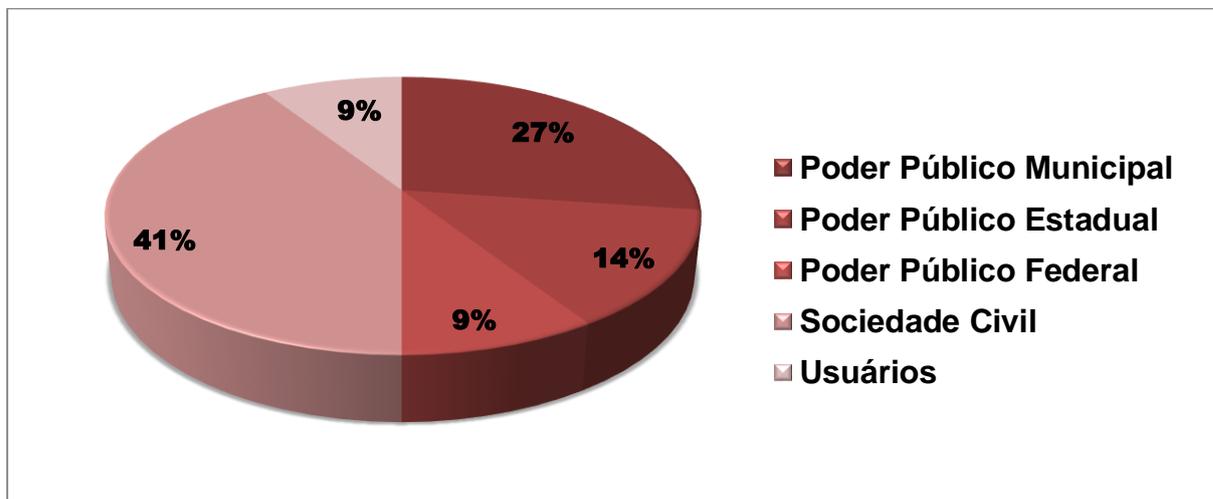
Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Tabela 6 - Composição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu conforme prevê o regimento interno e a resolução n.º 5/ 2000 do CNRH.

SEGMENTO	PERCENTUAL	
	Regimento Interno CBHRP	Resolução n.º 5/ 2000 do CNRH
Poder Público	30 %	≤ 40 %
Sociedade Civil	30 %	≥ 20 %
Usuários	40 %	40 %

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Figura 8 - Gráfico representativo da Composição na gestão biênio 2013-2015 do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu.



Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Tabela 7 - Comparativo entre o número de representante do colegiado que deveriam ocupar suas vagas segundo a resolução do CNRH, o regimento interno e o atual número.

CRITÉRIO SEGMENTO	1. RESOLUÇÃO N.º 5/2000 CNRH		2. REGIMENTO INTERNO DO COMTÊ DO RIO PITIMBU		3. SITUAÇÃO DO BIÊNIO 2013 - 2015		4. OBSERVAÇÕ S
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%	
Poder Público	-	≤ 40	10	30	11	50	Inadequado em relação a 1. e 2.
Sociedade Civil	-	≥ 20	10	30	9	41	Inadequado em relação a 2.
Usuários	-	40	13	40	2	9	Inadequado em relação a 1. e 2.
<b>TOTAL</b>	-	100	33	100	22	100	

Fonte: Elabora pela autora (2015).

Com isso, verifica-se que o Poder Público tem uma participação superior à estabelecida pelas duas regulamentações, a sociedade civil também, mas só é limitado um valor mínimo para sua participação segundo o CNRH então só está

irregular em relação ao regimento interno, enquanto os usuários possuem um tímido número de membros em relação ao potencial previsto nas duas regulamentações. Os resultados da análise da Composição do CBHRP demonstraram que há incompatibilidades em relação à realidade do Comitê e o previsto na legislação. Abers (2010, p.222) considera que: “analisar a composição organizacional dos comitês é uma tarefa complicada em termos práticos, pois a distribuição de vagas entre os diferentes segmentos é uma das questões mais contestadas”.

A divisão básica de assentos entre as diferentes categorias é definida no texto da lei das águas vagamente, em que apenas se limita a 50% o valor máximo de ocupação pelo poder público, nesse sentido a resolução do CNRH restringe a participação de poder público ao máximo de 40%, a mínima da sociedade civil de 20% e os usuários a 40%. O Regimento Interno do CBHRP está de acordo com a regulamentação federal e limita as seguintes parcelas: poder público → 30%, sociedade civil → 30% e usuários → 40%.

No CBHRP, assim como os comitês pesquisados por Abers (2010, p. 222-223), “foi possível evidenciar que a composição dos comitês (...) se desvia substancialmente das diretrizes da legislação federal”, assim como da regulamentação do regimento interno do Comitê, no presente caso. E, ainda, que “menos de 20% do universo dos organismos estudados representam usuários de água (...), o poder público, nas três esferas do poder ocupa mais de 40% do total de assentos”. De fato, no CBHRP os usuários representam cerca de 9% apenas, enquanto poder público e a sociedade civil ultrapassa o valor máximo estipulado pelo regimento, representando 50% e 41% respectivamente.

O desatualizado Plano de Gestão Integrada da BHRP identificou em uma planilha resumo, à época de sua elaboração, no Quadro 2.15a - Cadastro dos Usuários de água do Rio Pitimbu 255 (duzentos e cinquenta e cinco) grandes, médio e pequenos usuários, sendo 81 (oitenta e um) usuários no município de Macaíba, 145 (cento e quarenta e cinco) do município de Parnamirim e 29 (vinte e nove) em Natal (IGARN, 2005). Conclui-se que é desproporcional o número de usuários participando do comitê em relação aos que realmente ao longo da bacia, essa falta de interesse dos usuários pela participação será discutida também na análise das entrevistas, pois se trata de um reflexo importante do funcionamento do CBHRP.

Há uma crítica frequente de que o processo decisório é dominado por elites econômicas, que aparentemente é desafiado pelo pequeno percentual de usuários

participando do comitê (ABERS, 2010). Todavia, ainda que na ausência de maioria na representação, estudos qualitativos aprofundados têm evidenciado o predomínio das elites em determinadas negociações no âmbito dos comitês de bacia (ABERS, 2010).

No caso do CBHRP destaca-se ainda, o fato de usuários terem conseguido avançar na faixa de proteção do manancial e/ou realizar atividades que legalmente necessitam de outorgas de direitos de uso dos recursos hídricos sem sofrerem ações de fiscalização, controle, sanções, cobranças. Tal fato se traduz como falta de interesse desses usuários em estar participando das deliberações do comitê, uma vez que, em geral, e na sistemática atual de seu funcionamento, têm pouco impacto no desenvolvimento das atividades dos usuários da bacia. O Comitê por si só não tem atribuições nem capacidade suficientes para mudar esse quadro, para isso, todo o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado precisa estar funcionando eficientemente, as instituições competentes devem prover o cadastro de usuários, as outorgas e os demais instrumentos de gestão previstos na Política Nacional.

A ficha de documentação dada aos membros entrevistados permitiu obter informações do perfil dos membros, destacam-se: a faixa etária e o nível de escolaridade.

Tabela 8 - Comparação entre a estrutura etária da população do Rio Grande do Norte segundo dados do IBGE (2010) e a estrutura etária dos participantes entrevistados do CBHRP.

Faixa etária (anos)	População do RN (%) Censo 2010 <sup>1</sup>	Participantes de Comitês entrevistados (%)
0 a 19	30,7	-
20 a 29	20,0	9,1
30 a 39	15,7	-
40 a 49	13,9	45,4
50 a 59	9,5	36,4
60 ou mais	10,4	9,1
Total	100	100

Fonte<sup>1</sup>: Elaborado pela autora (2016) ; Censo IBGE (2010). Disponível em: [http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm\\_piramide.php?codigo=240810&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc](http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=240810&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc)

A faixa de idade entre 40 a 50 anos apresentou preponderância, com 45,4% (Tabela 8). Ao considerar o intervalo de 30 a 60 anos, obtém-se 81,8% do universo pesquisado. Comparando-se essa estrutura etária com a da população do estado do Rio Grande do Norte, observa-se, resultados semelhantes aos obtidos por Haase

(2005, p.186), “uma sub-representação dos interesses dos mais jovens (faixa de 20 a 29 anos) e dos mais velhos (faixa de 60 anos ou mais) e uma super-representação das faixas de idade intermediárias (30 a 59 anos), como seria o esperado”.

Tabela 9 - Comparação entre a escolaridade da população com mais de 25 anos do Rio Grande do Norte segundo dados do IBGE (2010) e a escolaridade dos participantes entrevistados do CBHRP.

Escolaridade da população com mais de 25 anos <sup>1</sup>	População do RN (%) Censo 2010	Participantes de Comitês entrevistados (%)
Sem instrução e fundamental incompleto	58,32	-
Fundamental completo e médio incompleto	12,24	-
Médio completo e superior incompleto	21,42	-
Superior completo	7,91	100
Não Informado	0,11	-
Total	100	100

Fonte: Elaborado pela autora (2016) ; <sup>1</sup>IBGE (2010), Pesquisa nacional por amostra de domicílios , incluindo pessoas

com 25 anos ou mais de idade, ocupadas. Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=240810&idtema=105&search=rio-grande-do-norte|natal|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-educacao-->

Tem-se que os membros entrevistados possuem um grau de escolaridade bem superior ao da maioria da população do estado (Tabela 9). Verifica-se, com esses dados, e corroborando com o já constatado por vários autores, um “elitismo” nesses colegiados (HAASE, 2005). Internamente ao Comitê não se considera que haja condições diferenciadas de participação em razão da escolaridade, uma vez que todos apresentam altos graus.

Em relação à renda, os dados do IBGE da pesquisa nacional por amostra de domicílios realizada em 2010, concluiu que a renda nominal média das pessoas com 10 ou mais anos de idade no estado do Rio Grande do Norte é de R\$ 984,11. A maioria dos entrevistados declarou ter renda superior a 5 (cinco) salários mínimos à época da entrevista, cerca de R\$: 3800. Novamente, os membros entrevistados são privilegiados em relação à situação da maioria da população do estado.

Considerando, então, as informações de renda, faixa etária e nível de escolaridade dos membros entrevistados do Comitê, apesar das limitações das discussões sobre uma amostra, conclui-se que são, em sua maioria pessoas com

renda bem superior à média estadual, com distribuição quase totalitária entre a faixa etária de 30 a 60 anos e com grau de escolaridade bastante distintos da média estadual. Em relação às características socioeconômicas dos membros dos Comitês, pode-se inferir, assim como Abers (2010, p. 223), que “essa situação revela, de forma extraordinária, o quanto os comitês não espelham a sociedade brasileira”.

## 6.2 Classificação das atas das Reuniões do CBHRP

As ações do Comitê, as quais foram objeto da avaliação, foram analisadas a partir da leitura e sistematização das respectivas Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, discussões e deliberações, dado que é o registro do funcionamento e operacionalidade do próprio Comitê. As atas avaliadas correspondem ao período de 23 de março de 2009 a 03 de junho de 2014, totalizando 21 atas obtidas junto à Secretaria Executiva do CBHRP, sendo as atas anteriores, de 2006 (instalação do Comitê) a 2009 não encontradas/fornecidas pela Secretaria Executiva.

Após a análise dos principais documentos e destaque dos principais assuntos debatidos, as deliberações e discussões foram classificadas baseando-se no trabalho de Kemerich et al. (2013), a fim de compreender as ações priorizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu – CBHRP.

Na tabela 10, a seguir, apresenta-se a classificação utilizada para as deliberações e os respectivos aspectos avaliados.

Tabela 10 - Classificação das deliberações e discussões

<b>Deliberação</b>	<b>Aspecto Avaliado</b>
Administrativo	Auto-regulamentação administrativa do Comitê
Normativo	Regulamentação Regional de Política de Recursos Hídricos
Financeiro	Critérios para aplicação de recursos
Planos/ Estudo e Projetos	Estudo e confecção de Planos e Projetos para as bacias
Eventos	Realização, apoio e participação em eventos de gestão ambiental e de recursos hídricos na bacia.

Fonte: Kemerich et al. (2013).

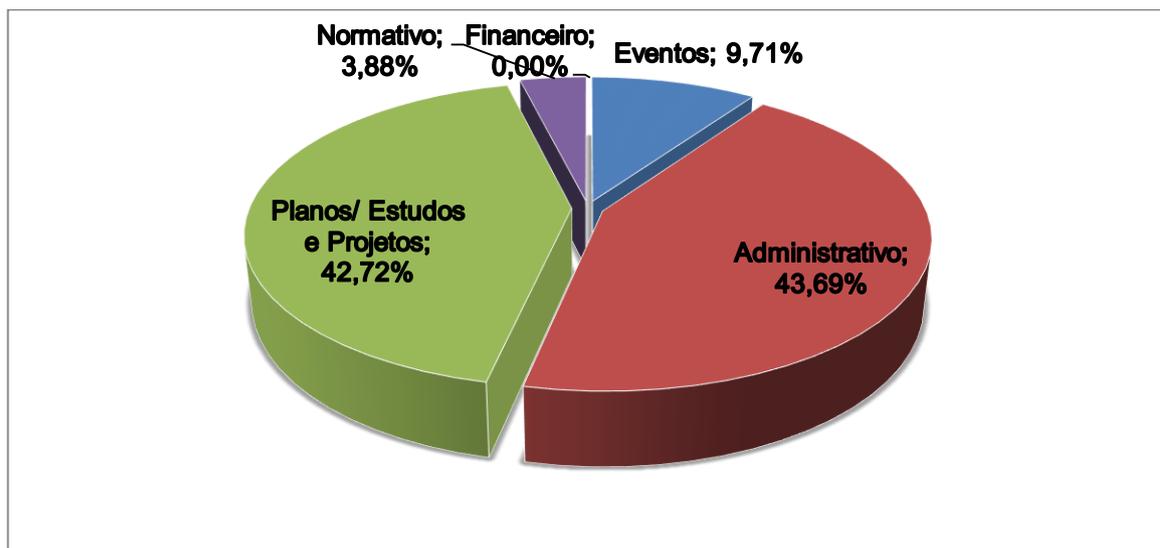
Tabela 11 - Total de deliberações aprovadas por assunto a cada ano analisado.

<b>Assunto</b>	<b>Número de deliberações</b>
<b>2009 – 3 atas</b>	
Eventos	2
Administrativo	3
Planos/ Estudos e Projetos	4
Normativo	1
Financeiro	-
<b>2010 – 1 ata</b>	
Eventos	3
Administrativo	3
Planos/ Estudos e Projetos	4
Normativo	-
Financeiro	-
<b>2011 – 7 atas</b>	
Eventos	2
Administrativo	11
Planos/ Estudos e Projetos	10
Normativo	-
Financeiro	-
<b>2012 – 3 atas</b>	
Eventos	3
Administrativo	6
Planos/ Estudos e Projetos	8
Normativo	1
Financeiro	-
<b>2013 – 5 atas</b>	
Eventos	-
Administrativo	15
Planos/ Estudos e Projetos	14
Normativo	2
Financeiro	-
<b>2014 – 2 atas</b>	
Eventos	-
Administrativo	7
Planos/ Estudos e Projetos	4
Normativo	-
Financeiro	-
<b>Total – 21 atas</b>	<b>101</b>

Fonte: elaborado pela autora (2015).

Com os dados acima expostos, foi possível elaborar o gráfico da figura 9.

Figura 9 - Gráfico da classificação das deliberações do CBHRP de 2009 a 2015.



Fonte: elaborado pela autora (2015).

Conclui-se que a maioria das deliberações do Comitê no período estudado corresponde a assuntos administrativos (43,69%). Em seguida, têm-se os planos/estudos e projetos (42,72%) com valor bem próximo. Os eventos correspondem a 9,71% das deliberações, enquanto normativo apenas 3,88%. Não há deliberações acerca do financeiro, uma vez que não foi implantado o instrumento de cobrança na BHRP.

Em se tratando do registro de atividades do Comitê, obtido através do conteúdo das atas disponibilizadas pela Secretaria Executiva, analisando o total de deliberações aprovadas por assunto, o item Administrativo apresenta preponderância, totalizando 49,69% do total de deliberações. Deste modo, observa-se que as reuniões do comitê servem principalmente para discussões do funcionamento administrativo do próprio Comitê. O valor é bem próximo ao do item Planos/ Estudos e Projetos (42,72 %), é importante frisar que não há Plano de Bacia Hidrográfica atualizado e elaborado com participação Comitê de Bacia, consideram-se neste item as discussões acerca de medidas de recuperação do rio, como: recuperação das nascentes, retirada de lixo, dragagem, etc., bem como as denúncias e deliberações acerca dos impactos ambientais do rio.

Em terceiro lugar está a categoria Eventos, com 9,78%, sendo quase que a totalidade das deliberações a participação em eventos e não a realização de eventos, dada a insuficiência de recursos. Porém, o item Normativo representa somente 3,88% do total, demonstrando que o comitê ainda avança timidamente em relação a

regulamentação regional das políticas de recursos hídricos. Não há como se ter deliberações de caráter Financeiro, uma vez que não há orçamento interno a ser discutido pelo colegiado e a implantação da cobrança ainda não se efetivou.

Deste modo, observa-se que as reuniões do Comitê no período estudado servem principalmente para socialização de informações, compartilhamento de experiências, debates de problemas e suas soluções e apresentações de especialistas.

Além disso, observou-se um baixo índice de deliberações (apenas duas) acerca da implantação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos na Bacia. Tal informação demonstra indícios de um desvio de objetivos/atribuições do Comitê, pois a Política Nacional de Recurso Hídricos (Lei nº 9433/97) e a Estadual (Lei nº 6908/96) atribuem ao Comitê a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos referente à respectiva bacia hidrográfica, aprovar o Plano Diretor da Bacia Hidrográfica, estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados. E o Regimento Interno, de forma mais detalhada, além da aprovação dos instrumentos de gestão já mencionados, Planos de Recursos Hídricos e da Cobrança pelos Recursos Hídricos, estabelece atribuição de deliberação acerca dos quantitativos de isenção de outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e aprovar o enquadramento do rio Pitimbu em classes, segundo os usos preponderantes da água.

Durante a análise das atas do CBHRP, outros aspectos relevantes foram observados. A sistemática de convocação das reuniões, o número de reuniões, por exemplo. O Regimento Interno do CBHRP prevê que o Presidente do Comitê convoque as reuniões ordinárias ou extraordinárias. No capítulo “Do Funcionamento do Plenário” esse regimento prevê a realização de, no mínimo quatro reuniões ordinárias ao ano, sendo duas por semestre. E extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente, ou por maioria absoluta dos membros do Comitê.

No ano de 2009, de acordo com o número de atas fornecidas pela Secretaria Executiva do CBHRP, houve a realização de três reuniões ordinárias, sendo duas no primeiro semestre e uma no segundo. Em 2010, houve duas reuniões ordinárias realizadas no primeiro semestre e uma extraordinária no segundo, sendo que as atas fornecidas de cada reunião estavam todas iguais. Em 2011, foram realizadas quatro reuniões ordinárias, uma no primeiro semestre e três no segundo semestre, assim como uma reunião de eleição da Diretoria e uma de Posse da Diretoria e mais uma

reunião extraordinária. Já em 2012, foram realizadas três reuniões ordinárias, duas no primeiro semestre e uma no segundo semestre. Em 2013, quatro reuniões ordinárias foram realizadas, sendo duas em cada semestre, além de uma reunião extraordinária. No ano de 2014, foram realizadas quatro reuniões ordinárias, duas em cada semestre. Em 2015, encontrou-se no endereço eletrônico do Comitê apenas uma convocação para reunião ordinária. Em 2016, já foi divulgado o calendário de reuniões, com previsão de cinco ordinárias, sendo que duas já foram realizadas.

É injusto, nesse sentido, desconsiderar as recentes modificações por qual vem passando o Comitê. No biênio 2013-2015, um representante da sociedade civil assumiu a vice-presidência do Comitê, o fato de se ter essa categoria na cúpula foi inédito. Atualmente a presidência do Comitê é exercida por representante de ONG da sociedade civil. Ao acompanhar as recentes atividades do CBHRP, percebe-se um engajamento em fazer com que ele funcione em sua plenitude, segundo os preceitos legais. Foi a primeiro registro de divulgação no blog do comitê (principal canal de comunicação e divulgação de informações às pessoas externas ao CBHRP) do calendário de reuniões previstas para 2016, ele prevê um total de cinco reuniões. Foi divulgada a convocação para a 3ª Reunião Ordinária de 2016, e a pauta prevê discussões acerca de dois importantes instrumentos de gestão: as outorgas na bacia hidrográfica Pirangi/Pitimbu e convocação de Câmara Técnica do CBHRP para elaboração do termo de referência do Plano de Bacia (CBH PITIMBU, 2016).

Ora, segundo Abers e Keck (2003, p. 11), “o processo de afirmação de um organismo enquanto instância decisória em relação à gestão das águas numa determinada bacia tende a ser demorado e, frequentemente, as suas primeiras ações não são aquelas previstas na legislação”. Em virtude de o comitê ter uma natureza deliberativa e não executiva, em geral, sua atuação limita-se a recomendações referentes a Planos; Estudos; entre outros, que dependem muitas vezes da influência dessas deliberações para a ação efetiva do Estado, da União ou dos municípios e sua execução.

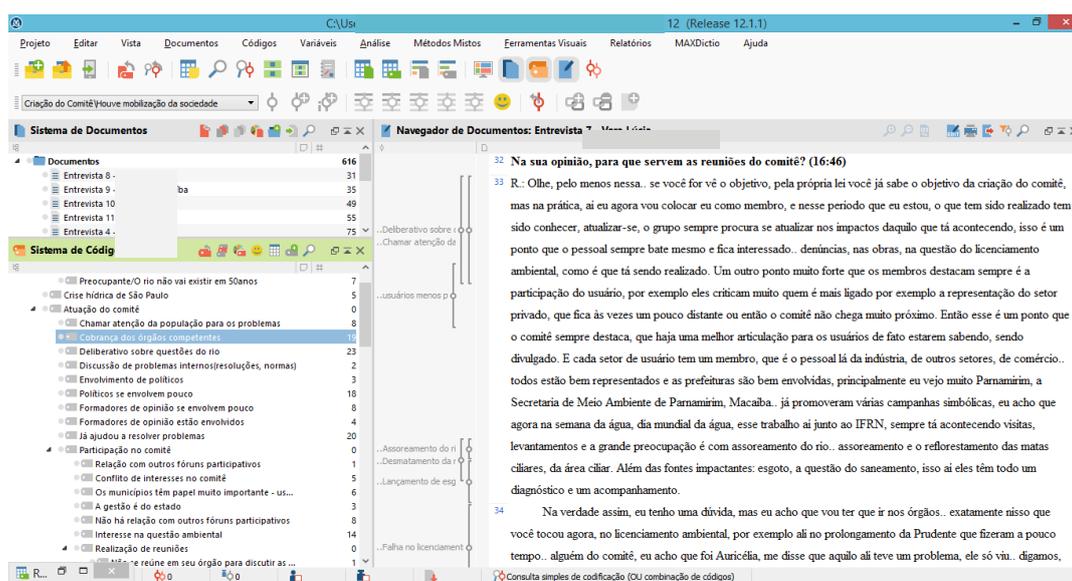
Assim, é possível que o CBHP ainda careça de poder político-administrativo suficiente para que as suas deliberações sejam efetivadas pelos órgãos públicos executivos, e para que todos os instrumentos de gestão previstos na legislação sejam implantados integralmente.

## 6.3 Análise das entrevistas com os membros do Comitê

### 6.3.1 Resultados da codificação

Nesta etapa, a codificação e parte da análise qualitativa foram realizadas utilizando o *software* MAXQDA®. Na codificação, foram identificados 79 (setenta e nove) códigos, e entre as onze entrevistas, foram atribuídas 616 (seiscentos e dezesseis) passagens (trechos da entrevista transcrita) aos códigos. Vale citar que a interface do programa é bastante amigável para a pesquisa, os códigos ficam dispostos em uma lista hierarquizada no lado esquerdo da tela, permitindo assim um acesso fácil aos subcódigos. A atribuição dos códigos às passagens de texto é simples e fica identificada numa aba situada no lado esquerdo do texto da entrevista, ficando o próprio texto na parte central da tela (figura 10).

Figura 10 - Layout do *software* utilizado na codificação e análise.



Fonte: acervo da autora (2016).

Nesse sentido, nos estudos qualitativos, se identificam prioridades da temática estudada com base nos discursos dos entrevistados, com isso, cabe destaque aos códigos que foram mencionados em todas as entrevistas. Ou seja, mostraram-se unânimes, foram eles seguidos da sua categoria mãe dentro da hierarquia de códigos entre parênteses: cobrança dos órgãos competentes (Atuação do Comitê), já ajudou a resolver problemas (Atuação do Comitê) e lançamentos de esgotos (Problemas Ambientais). Os códigos que foram mencionados em dez das onze entrevistas também merecem destaque: deliberações sobre questões do rio (Atuação do Comitê),

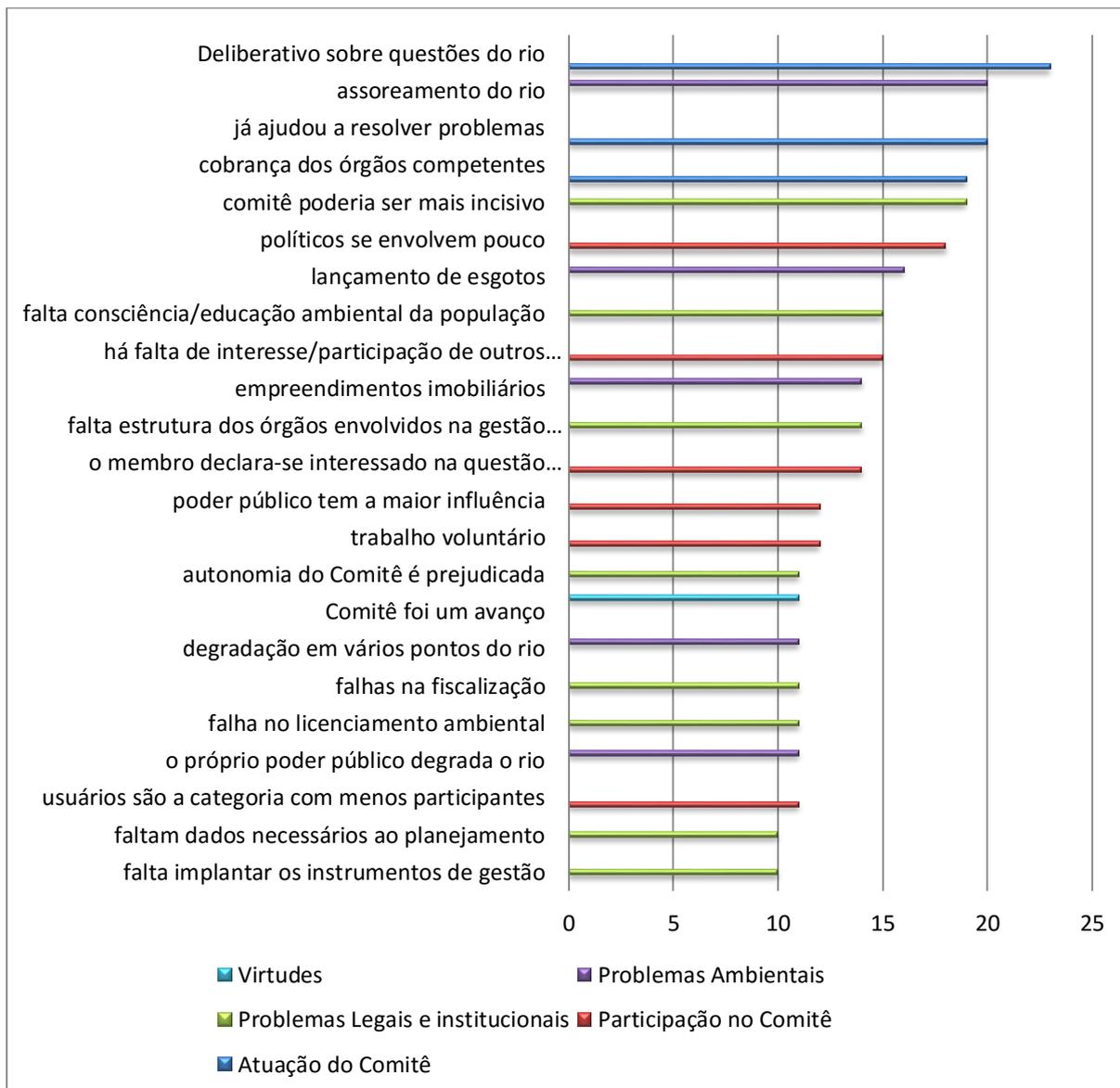
políticos se envolvem pouco (Atuação do Comitê), poder público tem o maior influência (Participação no Comitê), há falta de interesse/participação de outros membros (Participação no Comitê) e o membro declara-se interessado na questão ambiental (Participação no Comitê).

Nesse sentido, a análise qualitativa possibilita identificar uma ordem hierárquica de prioridade no tema em análise a partir dos discursos dos entrevistados. Cabe destacar os códigos mencionados em praticamente todas as entrevistas, representando unanimidade. Eles foram identificados por sua categoria mãe entre parêntesis. Assim, os códigos mencionados foram os seguintes: a) cobrança dos órgãos competentes (Atuação do Comitê), b) já ajudou a resolver problemas (Atuação do Comitê) e c) lançamentos de esgotos (Problemas Ambientais). Os códigos que foram mencionados em dez das onze entrevistas também merecem destaque: a) deliberações sobre questões do rio (Atuação do Comitê), b) políticos se envolvem pouco (Atuação do Comitê), c) poder público tem o maior domínio/influência (Participação no Comitê), d) há falta de interesse/participação de outros membros (Participação no Comitê) e e) o membro declara-se interessado na questão ambiental (Participação no Comitê).

E, ainda, são relevantes os códigos com maior percentual de menções, elencam-se os 10 (dez) mais citados entre todas as entrevistas, de forma geral, com base em relatório gerado com auxílio do software de análise qualitativa. O código com mais trechos das entrevistas relacionados foi: deliberativo sobre questões do rio (Atuação do Comitê), com 23 (vinte e três) segmentos codificados. Em segundo lugar, dois códigos foram igualmente atribuídos a passagens das entrevistas, em termo quantitativos, com 20 (vinte) menções estão: assoreamento do rio (Problemas Ambientais) e já ajudou a resolver problemas (Atuação do Comitê). Em terceiro lugar, com 19 (dezenove) segmentos codificados tem-se: cobrança dos órgãos competentes (Atuação do Comitê) e comitê poderia ser mais incisivo (Problemas Legais e Institucionais). Com dezoito atribuições a trechos das entrevistas transcritas e em quarto lugar tem-se: políticos se envolvem pouco (Participação no Comitê). Em quinta colocação o código lançamento de esgotos (Problemas Ambientais) foi atribuído dezesseis vezes. A seguir têm-se, em sexto lugar, ambos com 15 (quinze) segmentos codificados: falta consciência/educação ambiental da população (Problemas Legais e Institucionais) e há falta de interesse/participação de outros membros (Participação no Comitê). Os códigos que se encontraram em sétimo lugar, com catorze atribuições

a trechos das entrevistas foram: empreendimentos imobiliários (Problemas Ambientais), falta estrutura dos órgãos envolvidos na gestão dos recursos hídricos (Problemas Legais e Institucionais) e o membro declara-se interessado na questão ambiental (Participação no Comitê). Com doze segmentos codificados, em oitavo lugar, estão os códigos: poder público tem a maior influência (Participação no Comitê) e trabalho voluntário (Participação no Comitê). Na nona posição, com onze correspondências entre passagens do texto e códigos, tem-se: autonomia do comitê é prejudicada (Problemas Legais e Institucionais), comitê foi um avanço (Virtudes), degradação em vários pontos do rio (Problemas Ambientais), falhas na fiscalização (Problemas Legais e Institucionais), falha no licenciamento ambiental (Problemas Legais e Institucionais), o próprio poder publico degrada o rio (Problemas Legais e Institucionais), usuários são a categoria com menos participantes (Participação no Comitê). Finalmente, com dez segmentos codificados, falta de dados necessários ao planejamento (Problemas Legais e Institucionais) e falta implantar os instrumentos de gestão (Problemas Legais e Institucionais) fecham a lista dos dez segmentos codificados mais utilizados (Figura 11).

Figura 11 - Gráfico com os códigos mais mencionados considerando todas as entrevistas.



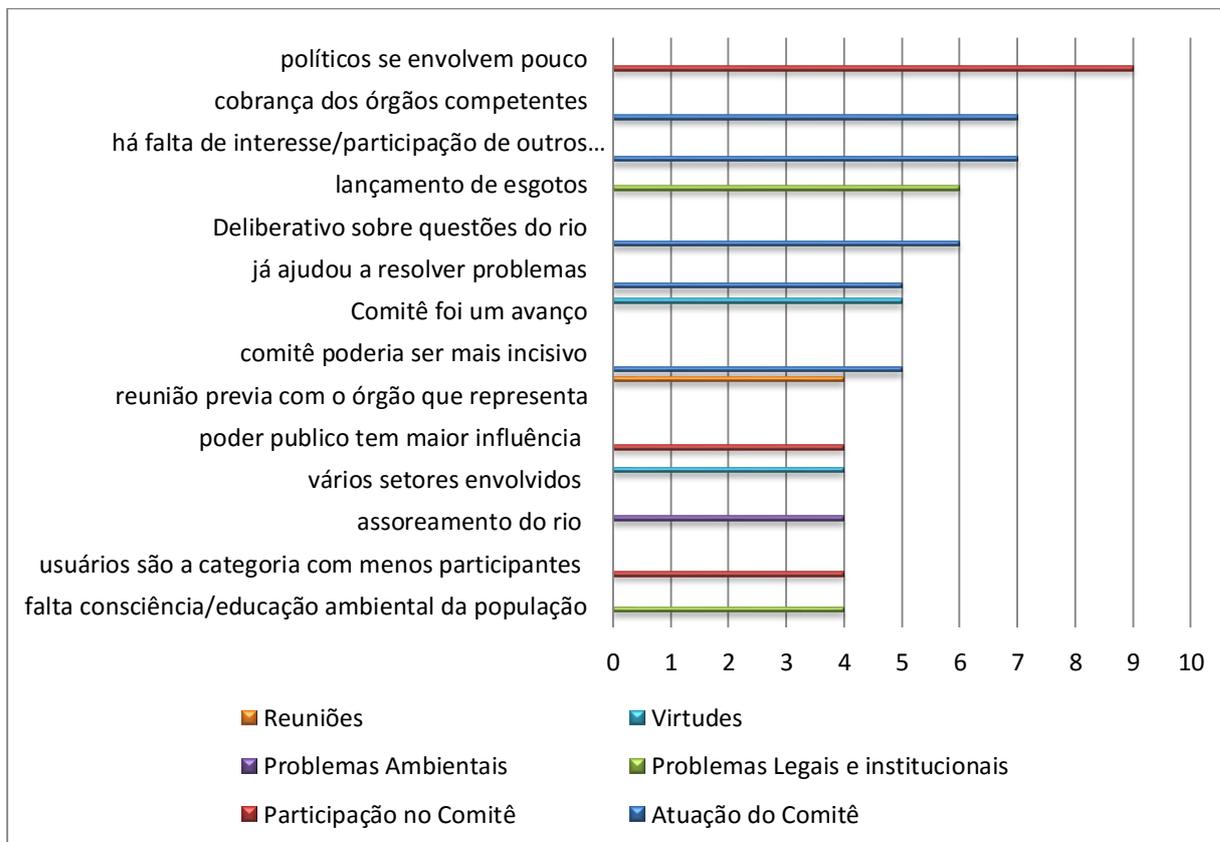
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A mesma metodologia de identificação dos códigos mais mencionados será aplicada individualmente em relação às categorias de poder público, sociedade civil e usuários. Assim, será possível identificar as relações entre as temáticas mais abordadas nas entrevistas por categoria e o significado que elas demonstram. Ao final será apresentado um gráfico comparativo dos dados, para melhor visualização.

Na categoria poder público que engloba um representante do poder público federal, um do poder público estadual e dois do poder público municipal, pode-se identificar particularidades nas codificações. Em termos de percentual de códigos

mais mencionados nas entrevistas, elencar-se-ão os cinco mais, pois além desse limite quase todos os códigos têm quantidades de segmentos pouco relevantes na categoria de poder público (Figura 12). O código mencionado de maior percentual, com nove segmentos codificados, foi políticos se envolvem pouco (Participação no Comitê). Em segundo lugar, tem-se: cobrança dos órgãos competentes (Atuação do Comitê) e há falta de interesse/participação de outros membros (Participação no Comitê), com sete trechos atribuídos aos referidos códigos. Com seis segmentos codificados, em terceiro lugar estão: lançamento de esgotos (Problemas Ambientais) e deliberativo sobre questões do rio (Atuação do Comitê). Em quarto lugar, se encontram os seguintes códigos: já ajudou a resolver problemas (Atuação do Comitê), Comitê foi um avanço (Virtudes) e Comitê poderia ser mais incisivo (Atuação do Comitê). Têm-se, em quinto lugar, seis códigos com a mesma quantidade de segmentos codificados, quatro, são eles: reunião previa com o órgão que representa (Reuniões do Comitê), poder público tem maior influência (Participação no Comitê), vários setores envolvidos (Virtudes), assoreamento do rio (Problemas ambientais), usuários são a categoria com menos participantes (Participação no Comitê) e falta consciência/educação ambiental da população (Problemas Legais e Institucionais).

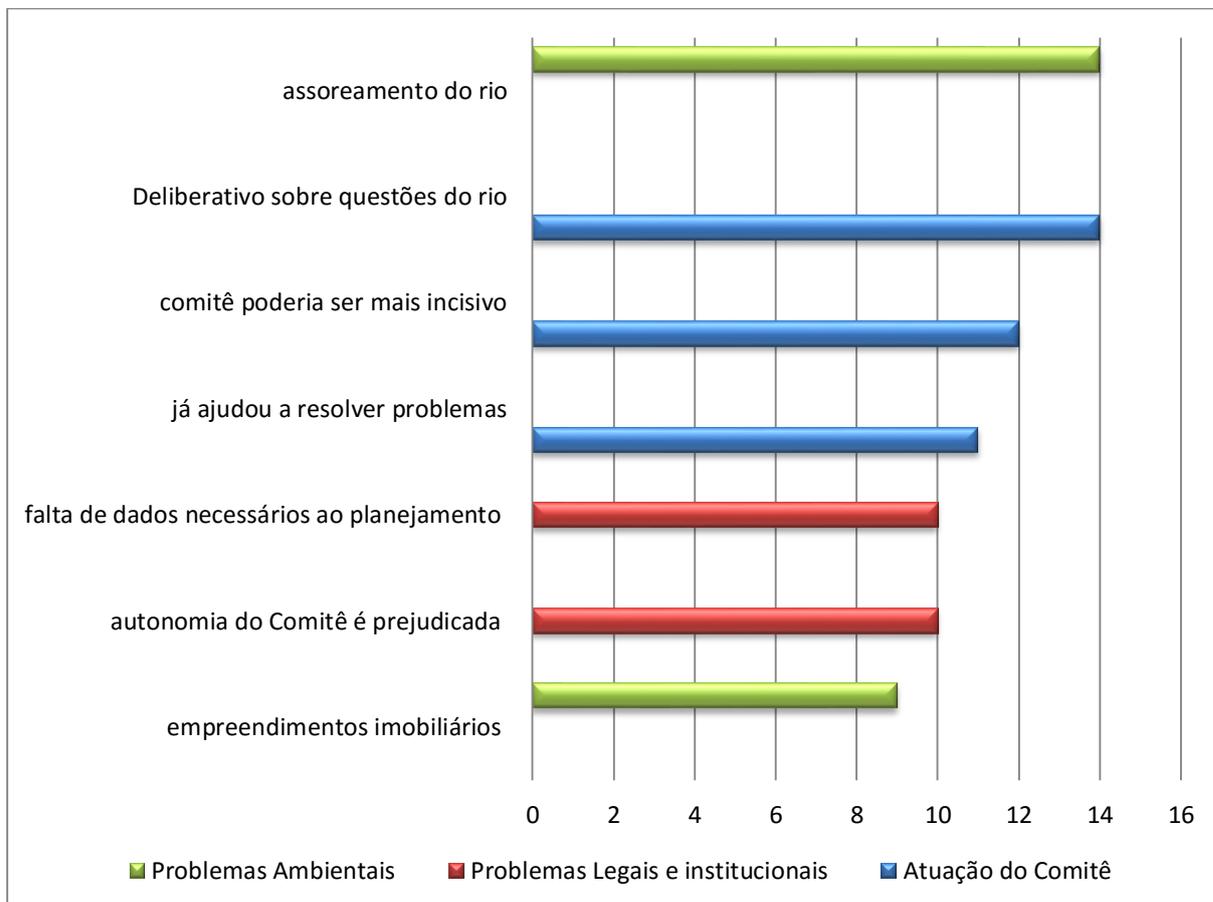
Figura 12. Gráfico com os códigos mais mencionados considerando as entrevistas do Poder Público.



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Na categoria sociedade civil, foram entrevistados cinco membros do CBHRP. Nas entrevistas, elencam-se os códigos mais utilizados (Figura 13). Em primeiro lugar, com catorze segmentos codificados, tem-se assoreamento do rio (Problemas Ambientais) e deliberativo sobre questões do rio (Atuação do Comitê). O segundo código mais atribuído a segmentos do texto, doze no total, foi: Comitê poderia ser mais incisivo (Atuação do Comitê). Em terceiro lugar, o código: já ajudou a resolver problemas (Atuação do Comitê) obteve onze menções nas entrevistas da sociedade civil. Em quarto lugar, foram elencados códigos da categoria mãe “Problemas Legais e Institucionais”, com dez segmentos associados, foram eles: falta de dados necessários ao planejamento (Problemas Legais e Institucionais) e autonomia do Comitê é prejudicada (Problemas Legais e Institucionais). O quinto código com um numero maior de associações a trechos das entrevistas é empreendimentos imobiliários (Problemas Ambientais).

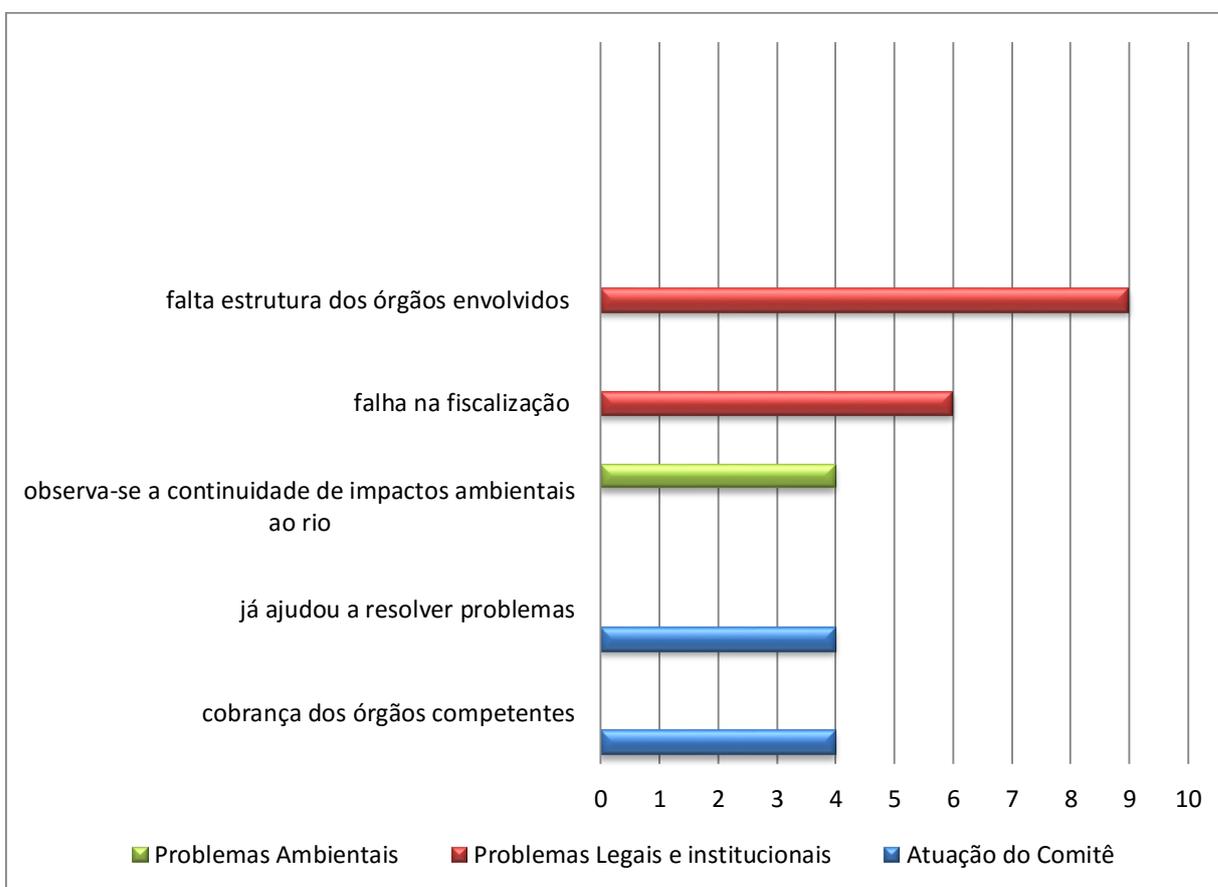
Figura 13 - Gráfico com os códigos mais mencionados considerando as entrevistas da Sociedade Civil.



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A categoria de usuários, que tem representação ativa no Comitê de dois membros apenas, tendo ambos sido entrevistados, apresentou os seguintes resultados (Figura 14). O código mais citado foi: falta estrutura dos órgãos envolvidos (Problemas Legais e Institucionais), com nove segmentos codificados. Em segundo lugar tem-se: falha na fiscalização (Problemas Legais e Institucionais) com seis segmentos codificados. Em seguida, com quatro referências nas entrevistas aos códigos tem-se: observa-se a continuidade de impactos ambientais ao rio (Problemas Ambientais), já ajudou a resolver problemas (Atuação do Comitê) e cobrança dos órgãos competentes (Atuação do Comitê).

Figura 14 - Listagem dos Códigos mais mencionados considerando as entrevistas dos Usuários.



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Uma das vantagens da codificação, é que ela permite gerar conexões entre diferentes códigos. Neste sentido, o *software* de análise de dados qualitativos é uma excelente ferramenta, pois ele gera uma matriz de conexões entre códigos. Essa matriz foi analisada e as relações entre códigos mais fortes e que se julgaram pertinentes foram expostas a seguir, em forma de tabela. Essas conexões permitem identificar relações causa e efeito, relações diretas, relações antagônicas.

Dos resultados obtidos com a codificação das entrevistas transcritas, depreende-se que as temáticas mais mencionadas durante as entrevistas variam de acordo com a categoria a que pertence o membro, apesar de os questionamentos serem iguais. Daí, foram gerados diferentes gráficos por segmento representado pelos membros entrevistado, visando preservar essas particularidades (figuras 12, 13 e 14).

Destacando-se os códigos atribuídos em todas as entrevistas, observa-se uma tendência em se relatar as virtudes da atuação do Comitê, como o fato de se ter uma

“cobrança dos órgãos competentes” e de “já ter ajudado a resolver problemas na BHRP”. Ressalta-se que a cobrança dos órgãos competentes feita pelo Comitê não implica sua efetivação, pois a sua influência sobre os órgãos executores/fiscalizadores/reguladores não tem se concretizado, conforme mais detalhado a frente com base no discurso dos entrevistados.

Atualmente, uma grande dificuldade dos organismos de bacia não se refere precipuamente ao interior do seu espaço institucional, apesar da existência de problemas em sua composição discutidos no tópico 6.3.1 e de suas prioridades de deliberações nas reuniões abordadas no tópico 6.3.2 do presente trabalho. Mas, segundo Abers (2010, p. 241), essa dificuldade “alcança os sistemas mais amplos de gestão das águas, em níveis federal e estadual.”. Há atribuições compartilhadas entre comitês e órgãos gestores de recursos hídricos, e outras que dependem da efetivação por meio de instituições públicas e dos setores de usuários de recursos hídricos. Estes, sabendo dessa dependência, acabam por impor limites importantes à atuação dos comitês (ABERS, 2010).

Demonstrando se tratar um grave problema ambiental, o fator “lançamento de esgotos” também foi destacado por todos. Isso afirma uma consciência dos membros acerca da permanência das degradações na BHRP.

Em geral, os resultados expostos no gráfico da figura 11, demonstram que os códigos mais citados pertencem, em sua maioria (cerca de 35%), à categoria **“Problemas Legais e Institucionais”**.

A percepção dos membros bastante citada de que o “Comitê poderia ser mais incisivo” corrobora com as discussões anteriores, de que o CBHRP está exercendo suas atribuições aquém das suas potencialidades.

Um outro problema institucional bastante citado foi de que “falta consciência/educação ambiental da população”, esse fato reflete bastante na modernização da governança de recursos hídricos, que procura, cada vez mais assegurar à população a participação nos processos decisórios, contudo, essa efetiva participação só se concretiza caso a população tenha plena consciência de seu papel no processo, bem como da importância estratégica da água. Ribeiro (2009, p. 55) expõe, nesse sentido que: “a modernização dos instrumentos requer uma engenharia socioinstitucional complexa, apoiada em processos educacionais e pedagógicos para garantir condições de acesso dos diversos atores sociais envolvidos – notadamente os grupos sociais mais vulneráveis”. A disseminação da educação ambiental é

importante e poder ajudar a promover uma cultura de responsabilidade e exigência (OECD, 2015).

A “falta de estrutura dos órgãos envolvidos na gestão dos recursos hídricos” foi bastante mencionada, nesse sentido, incluem-se recursos humanos e financeiros. De fato, Lima et al. (2014, p.33), ao avaliar o termômetro da governança do SINGREH em relação à qualidade da burocracia, conclui que a mesma se encontra em estágio básico, ao reconhecer que: “na maioria dos estados a análise apontou para um baixo nível de capacitação (incluindo conhecimento político institucional), equipe quantitativamente inadequada”; nesse sentido, destaca como importante a acompanhar: “Se a equipe técnica do órgão gestor encontra-se adequada quantitativamente e qualitativamente ao estágio de avanço da implementação dos instrumentos de gestão”. Conforme apontado na revisão bibliográfica, o programa PROGESTÃO, recentemente implantado pelo Governo Federal, vem ao encontro dessa necessidade de fortalecimentos dos órgãos gestores estaduais, pelo menos é o que se espera.

Oliveira (2013, p.235), conclui, através de sua pesquisa que o órgão gestor da política hídrica dos recursos hídricos do RN (IGARN) funcionou sem estrutura básica, como quadro de pessoal técnico e administrativo, e sem legitimidade por mais de uma década, em 2013, a Lei Complementar Estadual n.º 483 também não criou o quadro de pessoal. Essa abstenção do governo do Estado da obrigação de estruturar o órgão foi justificada por muitos anos por uma falha jurídica quando da criação do órgão. Enquanto a Constituição Estadual estabelece que os órgãos do Executivo Estadual devem ser criados por Lei complementar, o IGARN foi criado, em 2002, por Lei ordinária, esse fato implica que os atos dos órgãos não podem ter efeito dada a sua ilegitimidade (OLIVEIRA, 2013). Tamanho foi, durante todo esse período, o descaso com a Política dos Recursos Hídricos no Estado, que uma simples correção legal e institucional impediu qualquer avanço, demonstrando a baixa relevância da temática na agenda pública.

Ainda nesse âmbito, “falhas na fiscalização” e “falhas no licenciamento” também foram bastante referenciadas no transcurso das entrevistas. De forma geral, os governos locais, ou por fragilidades técnicas ou falta de interesse político na temática (muitas prefeituras são “capturadas” pelos grupos imobiliários), não procedem com uma análise criteriosa e nem articulam a gestão do solo com a questão hídrica (LIMA et al., 2014). Vê-se, ainda, que os dispositivos legais de proteção dos

recursos da BHRP estabelecem diferentes critérios, e podem dar margens a diferentes interpretações nos licenciamentos.

Outros códigos relacionados a problemas legais e institucionais no ranking dos mais mencionados que estão intimamente ligados à falta de estrutura dos órgãos na gestão de recursos hídricos, são: “faltam dados necessários ao planejamento” e “falta implantar os instrumentos de gestão”. A disponibilização de informação técnica de fácil acesso que fundamenta o planejamento por parte dos organismos de bacia, faz com que os seus membros tenham maior capacidade de monitorar e influenciar os governos a implementar suas decisões. Um sistema inclusivo e participativo presume compartilhamento de informações e transparência. Logo, é grave a falta de dados necessários ao planejamento, eles são, ainda, o ponto de partida para implantação dos instrumentos de gestão e para uma qualificação da participação das pessoas que atuam no sistema (LIMA et al., 2014).

No Rio Grande do Norte, o Plano Estadual de Recursos Hídricos é de 1998, com primeira revisão prevista no próprio plano, a cada quatro anos, que até hoje não foi finalizada. É explícita a fragilidade da gestão de recursos hídricos estadual, que não pode prescindir de seu instrumento básico de ação atualizado (OLIVEIRA, 2013). Em nível de bacia hidrográfica, o instrumento fundamental, que é o Plano de Bacia ainda não foi implantado. Ribeiro (2009, p. 97) evidencia que “o plano de maior expressão é o elaborado por bacia, uma vez que esta se constitui a unidade territorial de atuação. Os planos estaduais deverão integrar as prioridades apontadas nos planos de bacia”. O que existe é um Plano de Gestão Integrada da BHRP, elaborado por consultoria contratada pelo IGARN em 2005, e nunca atualizado. Ao observar o cronograma de implantação das suas medidas, percebe-se, ainda, que são raras exceções as que foram efetivadas, o Plano de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu, estava previsto para ser efetivado no segundo ano após o resultado desse estudo (IGARN, 2005).

O código “autonomia do Comitê é prejudicada” foi bastante citado, e se refere ao fato de a organização da secretaria-executiva do CBHRP ser exercida pelo órgão condutor da política estadual de recursos hídricos. De acordo com a ANA (2011, p.44), “os comitês, para criarem suas secretarias a contento, têm procurado estabelecer alguns arranjos organizacionais para garantirem a estrutura de apoio. Em alguns estados, o órgão gestor de recursos hídricos exerce o papel da Agência

de Água até que esta seja criada”. A percepção dos membros nas entrevistas se assemelha à constatação da ANA (2011, p.44) de que: “esse tipo de arranjo mostra-se mais fragilizado e pouco profissional”. É claro que, esse tipo de arranjo se justificava quando da instalação do CBHRP, mas, passados 10(dez) anos, toda a estrutura do Comitê, incluindo a secretaria executiva e a realização das reuniões, permanecem como parte integrante da SEMARH, apesar da sustentação financeira da agência de bacia por meio dos recursos da cobrança ser uma condição estabelecida na Lei Estadual do RN e um instrumento previsto.

Em relação à **Participação no Comitê**, os principais códigos mencionados foram: “políticos se envolvem pouco”, “há falta de interesse/participação de membros”, “poder público tem a maior influência”, “trabalho voluntário” e “usuários são a categoria com menos participantes”.

Já o **Problema Ambiental** mais citado ao longo de todas as entrevistas foi “assoreamento do rio”, o que demonstra alerta dos membros em relação à redução da calha do rio. A **Virtude** mais citada pelos membros expõe que “o Comitê foi um avanço” na gestão dos recursos hídricos da BHRP, demonstrando que em geral, consideram o organismo de bacia o modelo adequado para a gestão em nível de bacia e resolução dos conflitos.

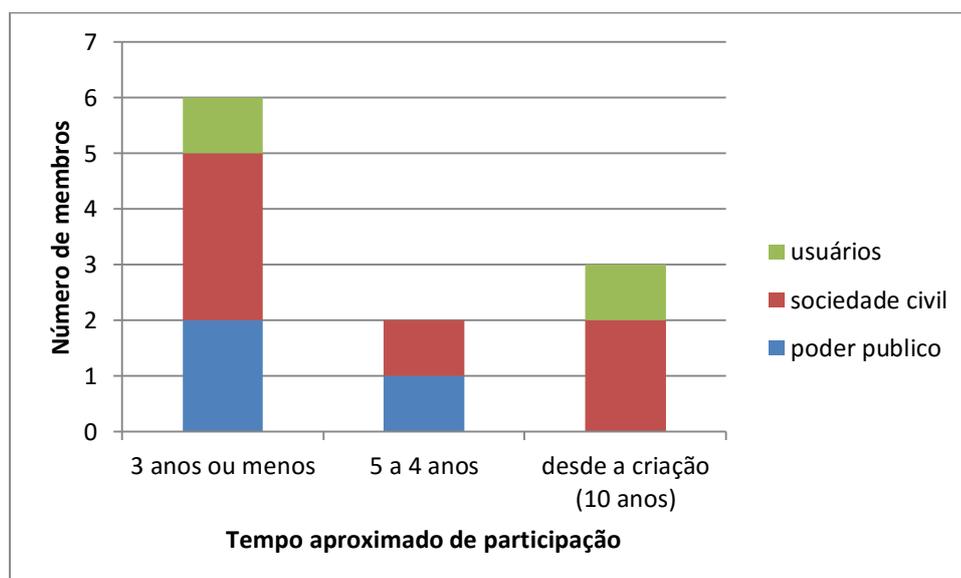
Considerando as particularidades de cada categoria, o **poder público** mencionou mais vezes o código “políticos se envolvem pouco”, relacionado à Participação no Comitê, que não deixa de ser um problema institucional. Ora, é inerente à atividade do serviço público o relacionamento com os políticos, portanto, é compreensível o destaque desse código nesta categoria. A **sociedade civil** enfatizou na entrevista um problema ambiental, o “assoreamento do rio”. É inerente à essa categoria a defesa do interesse público em detrimento do privado, as denúncias de problemas que comprometem o rio são sua principal característica, logo, é razoável o resultado exposto. Já os **usuários** apresentaram como código mais mencionado: “falta estrutura dos órgãos envolvidos na gestão dos recursos hídricos”, problema institucional que afeta diretamente o setor produtivo, uma vez que a água, insumo para a sua produção ou receptor de seus impactos, precisa ser bem gerenciada para corresponder à eficiência requerida por esse setor, ou à igualdade de concorrência entre os demais usuários.

### **6.3.2 Classificação da atuação do membro no Comitê**

O conjunto de perguntas de classificação da atuação do membro no Comitê tem o objetivo de caracterizar os membros pesquisados, traçar seu perfil no contexto do Comitê. O questionário se iniciou com o questionamento de quanto tempo aquele membro participava do Comitê, dos onze entrevistados, três informaram que estavam no Comitê desde a sua instituição, em 2007, sendo dois representantes da sociedade civil e um dos usuários; um representante da sociedade civil informou estar desde 2010; um representante do poder público informou que está desde 2011; os demais membros, totalizando seis, estavam no comitê há três anos ou menos, um usuário há dois anos, dois representantes do poder público, um há um ano e o outro há dois anos, um da sociedade civil há três anos e os outros dois há uma ano aproximadamente. Um gráfico foi feito para melhor ilustrar estas informações.

Foram realizadas perguntas objetivando caracterizar a atuação dos membros no CBHP, ao mesmo tempo em que permitiu traçar o seu perfil no contexto do Comitê. Nesta parte da entrevista, o questionário abordava o tempo de participação do membro no Comitê. Dos onze entrevistados, três informaram que estavam no Comitê desde a sua instituição, em 2007, sendo dois deles representantes da sociedade civil e um deles representante dos usuários. Um representante da sociedade civil informou estar desde 2010, enquanto outro representante do poder público informou estar desde 2011. A Figura 15 apresenta um gráfico que caracteriza o tempo de participação das diversas categorias de membros no Comitê.

Figura 15 - Classificação do tempo de participação de membros no Comitê



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Com base nos dados obtidos nas entrevistas, expostos na Figura 15, foi possível observar que não há representantes do poder público com participação desde a criação do Comitê, essa rotatividade pode ser fruto das mudanças de gestão nos governos, que indicam novos representantes, notadamente os municípios. Ribeiro (2009, p. 52), nesse sentido ressalta: “esses técnicos (poder público municipal) têm se ressentido frequentemente da falta de continuidade administrativa”. Além disso, a sociedade civil tem o maior número de representantes que participam desde a criação do Comitê. Uma sociedade civil legítima reconhece a importância de se participar dos processos deliberativos acerca do rio, ainda que voluntariamente.

Em seguida, questionou-se o motivo da participação do membro no Comitê. Nesse item, houve diferentes tipos de respostas entre os entrevistados. As respostas parecem refletir a sua relação com o setor que eles representam. De um modo geral, a maioria dos entrevistados relatou ter sido iniciativa própria, uma vez que tinham interesse pessoal na questão ambiental, ou que os órgãos que representam valorizam a questão ambiental.

A seguir são apresentadas as declarações: “A minha formação, sou graduado no curso de (...), e a minha história profissional como gestor público voltado para a questão ambiental, são 30 anos dedicados a essa área de planejamento urbano e de meio ambiente”; “Olhe pela importância né, que o Comitê tem. Faz parte da minha profissão defender o elemento água, sempre gostei muito de água, então, de ir pro mar, de ir pro rio, e isso foi base de tudo, inclusive para a minha profissão”; “A própria

afinidade com a temática da água, inclusive a minha atuação profissional, eu sou (...) e trabalho diretamente com programa de abastecimento de água para consumo humano e produção, então sempre instiga para a temática”; “O que levou o (nome da instituição) a participar do comitê, pessoalmente pela militância que eu tenho com recursos hídricos, com água. Trabalho há mais de 30 anos com água”;

O interesse pelo município na questão da qualidade da água né (...) e também assim pelo fato... **O que a (nome da instituição) teve mais digamos assim, o empenho em participar porque também é meio que obrigatório né, é um recurso hídrico e não pertence só a um município.** (grifou-se)

Primeiro a importância do tema da água, a (nome da instituição) é uma entidade que congrega profissionais da (...), e nós temos uma preocupação e respeito muito grande com a questão da água não só a água para agricultura, já que a irrigação hoje, diante da crise hídrica, a irrigação consome mais de 70% da água disponível no RN e em outros países, e nós estamos dentro de Natal, onde temos aí o Rio Pitimbu que leva água para a lagoa do Jiqui, e contribui em grande parte com o abastecimento de água da nossa capital, e, no entanto, o que nós vemos no Rio Pitimbu, **o abandono, o desastre, pelos próprios órgãos do governo, pelas empresas privadas que estão ao redor, pela população, poucas pessoas estão dando a real dimensão do Rio Pitimbu. Se bem que existem as exceções, estou falando de maneira generalizada, mas pela prática que eu vejo de maneira geral no Rio predomina o abandono e o descaso até por quem deveria cuidar do rio** (grifou-se).

Bem, foi quando tomamos ciência da existência do comitê, **a gente resolveu se inscrever como categoria de usuário porque a nossa empresa está instalada nas margens do Pitimbu e é de nosso interesse acompanhar tudo que tem a ver com a preservação do rio** (grifou-se).

Quatro membros, no entanto, declararam terem sido convidados ou designados pelo órgão que representavam, sendo um do poder público, dois da sociedade civil e um dos usuários: “Meu envolvimento com a questão ambiental né eu trabalhava em (nome da instituição) e **fui designada** para representar nessa comissão pró-comitê” (grifou-se).

Eu, apesar de ser (profissão), eu trabalho muito com o tema sustentabilidade e em 2007 eu me envolvi com algumas questões da área hídrica mesmo... **e eu fui convidada a participar do comitê** porque eu já vinha fazendo esse trabalho de levantamento da qualidade da água dos poços né.. aí me interessei e estou lá desde essa época (grifou-se).

Inicialmente porque eu já trabalhei na gestão de recursos hídricos no Estado do Rio Grande do Norte. (...) **E foi bem interessante porque existiam divergências na época se a denominação e a área de abrangência seria só a sub bacia do rio Pitimbu.** Então assim, depois vim pra cá, (nome da instituição), em 2009 e aí eles ficam com os nomes das pessoas que já trabalharam e quando enviaram o convite pra (nome da instituição), a própria (nome da instituição), diante da lista dos professores, lembrou... **Aí alguém lembrou de mim, eu não sei quem foi que me indicou** (grifou-se).

Em relação à participação dos membros, a maioria dos entrevistados, cerca de 64%, declarou ter sido voluntário o ingresso no CBHRP, dado seu interesse na questão ambiental. Enquanto somente 36% declarou ter sido designado pela instituição ou órgão que representavam. Esse resultado representa uma falta de representatividade na participação no Comitê, uma vez que em sistemas de governança não há como falar de participação voluntária. Segundo Ribeiro (2009, p.117): “o indivíduo deve ter representatividade para expressar demandas de grupos sociais e ser identificado como interlocutor pela comunidade”. Depreende-se que há um desinteresse por parte das instituições em geral em participar do Comitê.

Quando questionados acerca do seu papel dentro do Comitê, e se achavam aquela atividade importante, todos os entrevistados informaram que se tratava de um papel muito importante em defesa dos recursos hídricos. A maioria informou que o papel representativo dos diferentes setores de usuários é importante no Comitê. Nesse sentido destacam-se as seguintes declarações, que relatam as experiências dos membros:

É importante porque além de funcionar como um fórum de articulação de políticas públicas, identificando problemas na bacia hidrográfica e buscando identificação de responsáveis e parceiros pra atuarem em ações que buscam melhorar as condições da bacia hidrográfica, é importante porque em tese é no comitê de bacia onde será definido as diretrizes de uso e ocupação, exemplo da parte de definição de outorga, do valor da cobrança pela água, a questão de apreciar os planos de bacia como instrumento de planejamento e hoje, a gente tem visto algumas ações efetivas de articulação, como a parte de recuperação de áreas do rio com alguns plantios. **Então é uma articulação interinstitucional importante e tem um papel legal pra implementar a política de recursos hídricos** (grifou-se).

Olha eu acho que é importante (...) nunca recebi nenhuma carta convite pra nada eu vim espontaneamente porque eu sabia da necessidade e importância do comitê, depois quando houve a primeira eleição eu participei e aí eu fiquei como (nome da instituição), participando e no passado veio então a propositura de que se lançasse uma chapa eu me lancei candidata e houve outra candidatura também o meu colega Leonardo então ficou como presidente e eu como Vice Presidente. Tanto que na vida do comitê desde a sua fundação **foi a primeira vez que (nome da instituição), que a sociedade civil assumiu de fato a parte de diretoria** (grifou-se).

Acho, apesar dessas dificuldades **é o nosso papel enquanto sociedade civil, enquanto defensor do rio a gente estar lá lutando, às vezes incomodando**, mas é este o nosso papel, inclusive eu provoquei algumas reuniões pra gente ir lá na beira do rio, não tem por que ficar no ar condicionado, nós temos que ir lá (grifou-se).

Hoje, o meu papel lá é como representando uma instituição de ensino, que preza o ensino, a pesquisa e a extensão (...) **hoje eu me considero assim, como estando aprendendo também, porque quando você faz parte do**

**sistema, você só quer que aconteçam as coisas, você tá de fora, já tem um outro olhar.** Então assim, hoje, eu estou tendo a oportunidade de não estar na execução, mas do lado de cá, tendo um espírito mais crítico, eu tô aqui, eu tô levando por exemplo a visão do aluno, a leitura do aluno, que ele tem em relação às águas da bacia, a leitura dos colegas professores que não são daqui. (...) **e assim, quando você representa a instituição é uma responsabilidade muito grande porque você não pode ali dizer a sua opinião, você vai pra uma representação.** Na hora que você vai emitir uma opinião, você faz um exercício. A (atores da instituição que representa), as equipes daqui que trabalham com meio ambiente concordariam com essa visão minha? Então esse é o exercício. **Então esse exercício que eu faço hoje, digamos, isenta né daquela obrigação de às vezes concordar com tudo da secretaria** (grifou-se).

Eu acho, acho muito importante (...) nós fizemos já muitas ações práticas também em outros projetos que eu coordeno. Eu trabalhei num projeto aqui em Natal que era de educação sanitária e ambiental junto às escolas e nós fizemos vários mutirões de limpeza do rio e trabalhamos a educação ambiental da população ribeirinha. **Então assim, você finda que o compromisso que você tem com o rio passa a ser mais efetivo porque você vendo as condições que ele se encontra, você sensibiliza e passa a fazer parte de outras ações mais executáveis** (grifou-se).

E, assim, é... o Comitê, assim, você não ganha mais por estar no Comitê, **é uma questão assim também de cidadania, de voluntariado de querer preservar essa consciência de você fazer mais alguma coisa pra contribuir com a sua atividade diária assim.** É sempre um voluntariado, mas assim é uma coisa gratificante quando você ajuda (grifou-se).

Eu acho que sim porque, digo assim, apesar de eu ser leigo com relação a essa questão hídrica, de bacia hidrográfica e tal, mas eu acho que esse Comitê é como todos os outros, a sociedade civil tem que tá presente né, e mais pra acompanhar também, mais pra tá junto, sugerir dentro das nossas limitações. **Como eu digo, não tenho capacidade técnica pra tá opinando assim, mas eu acho que faz parte do papel de quem tem um pouquinho de responsabilidade com o meio ambiente tá participando de forma atuante nisso aí** (grifou-se).

Durante a entrevista, quando mencionada a questão da democracia na tomada de decisões do Comitê, os entrevistados informaram que a autonomia da representação era mantida e respeitada, conforme registros em ata, que havia liberdade para tornar decisões em nome de sua entidade e manifestar a sua visão.

Esse questionamento permitiu obter uma importante informação. Alguns entrevistados relataram que há problema com a representatividade dos membros, isto é, alguns membros não manifestam a opinião da instituição que representam, mas tendem a confundir e manifestar sua opinião pessoal. Em determinada entrevista foi relatado o seguinte: “quando tem uma decisão muito importante antes eu converso com os meus dirigentes, é claro, para eu saber qual o posicionamento deles. Eu tenho já noção do que é **representatividade, isso é o que falta muito no comitê** (grifou-se).” Nesse sentido também destaca-se uma declaração de outro membro: “eu acabo

num conflito, porque eu acabo sendo mais um voluntário do que representando o próprio (nome da instituição) (...) **em nome do (nome da instituição) eu não posso tomar decisões**".

Além disso, a entrevista abordou sobre como ocorre o fluxo de informações entre o membro e a instituição que representa. A maioria informou que se reúne com a instituição que representa somente quando há um assunto importante que será tratado na próxima reunião do Comitê. Um dos atores informou não se reunir na sua instituição por não encontrar espaço, apesar de já ter sugerido.

A grande maioria, com uma exceção, afirmou que se reúne com a sua instituição sempre que há uma informação que a interessa a ser deliberada no Comitê. É o ponto de partida para uma participação legítima, em nome da instituição representada no Comitê manter diálogos. Mas, na prática, membros denunciaram que alguns ainda desconhecem a real significado de representatividade e insistem em deliberar com base em sua opinião pessoal.

Outra questão também buscou aferir a participação dos membros no processo deliberativo, no que tange à sua liberdade para se expressarem em reuniões dos organismos. A declaração de liberdade de expressar sua opinião nas reuniões foi unânime. De fato, as respostas refletem um aspecto positivo do CBHRP, ou seja, realmente está se constituindo como fórum democrático, em que usuários e técnicos, representantes dos diferentes setores de usuários encontram espaço para se manifestar livremente e interagir.

### **6.3.3 Visão em relação ao Comitê**

Na entrevista, aplicou-se um grupo de perguntas com o objetivo de compreender melhor a visão dos membros em relação ao Comitê no que se refere à sua atuação como membro no Comitê. O objetivo era verificar se havia um encadeamento lógico das informações obtidas.

O grupo de perguntas inicia-se com o questionamento sobre as possíveis melhorias resultantes da instalação do CBHRP. Os entrevistados afirmaram que o Comitê representa um avanço, que é uma instituição necessária, que tem grande

importância, no entanto, o questionamento incitou diferentes relatos e ressalvas por parte dos entrevistados, bastante ricos em informações. Cabe destacar o seguinte:

(O Comitê) Melhora, porém como quase todos os comitês, como quase todos os conselhos, ele é muito mais teórico do que prático, então **as pessoas às vezes se prendem muito ao que vai ser feito no meu município e não o que vai ser feito pelo rio** (grifou-se).

Da afirmação acima, depreende-se, com uma análise mais acurada, que algumas características necessárias ao bom funcionamento do Comitê não estão totalmente em prática, ou que as ações/decisões do Comitê estão ficando na teoria, sem realmente se efetivar. Além disso, do princípio da visão integrada da bacia ser um preceito legal, ainda se pensa muito no efeito localizado (falta visão coletiva) e não no impacto gerado no rio como um todo.

Continuando:

Sim, é uma instância de assegurar a **participação da sociedade...** pelo menos é um canal que busca assegurar a participação da população e de representantes de órgãos numa perspectiva voltada pra questão dos recursos hídricos, e um colegiado que fortalece a **gestão democrática** (grifou-se).

O Comitê, **ele é a voz do povo né dentro do âmbito das políticas de recursos hídricos, então assim como ele não é executivo, ele é mais deliberativo, então ele passa a centralizar as questões mais importantes no que cabe à questão hídrica mesmo.** Então assim, eu acho que ele resolve. Ele pode não executar ações, mas ele pode provocar pra que elas sejam executadas pela própria secretaria e pelos órgãos públicos e aí é uma instância também de defesa desse rio né. **Eu me sinto bem importante no processo porque assim, tá sempre de olho nesse rio que é muito importante pra Natal** (grifou-se).

De fato, essas afirmações ressaltam que o CBHP constitui um canal de participação da sociedade na Política de Recursos Hídricos, tornando a gestão mais democrática. Na segunda citação, há a manifestação de um membro acerca da sua satisfação em participar do Comitê, reconhecendo a importância de fazê-lo para proteger o rio.

Destacam-se ainda, as seguintes passagens de outras entrevistas:

Só tende a melhorar, porque veja bem, uma você trabalha com uma política que são as políticas públicas voltadas para o governo, **que você trabalha com a política não só de recursos hídricos, você trabalha com diversas políticas sociais**, de várias outras autarquias, então você trabalha com a política generalizada, e no comitê não a gente só vive realmente a questão hídrica a recuperação dos Mananciais e a oferta e disposição desse elemento água. Então eu acho que os Comitês são realmente são bem vindos no tocante de conservação e preservação desses Mananciais pra oferta da população (grifou-se).

**Ah sim, sem dúvida, é necessário. E mesmo tendo suas dificuldades, que são muitas né... de realizar as ações, mas tem pelo menos um grupo se reunindo e tentando diagnosticar, sempre atualizar os diagnósticos, identificar os problemas, conversar, se articular institucionalmente com os usuários. Então é fundamental né (grifou-se).**

Buscando captar a percepção dos membros em relação ao CBHRP, foram feitos questionamentos acerca das melhorias que ele tem trazido. A codificação já tinha indicado que há um consenso em relação ao fato de o Comitê ter sido um avanço dada o fortalecimento da gestão democrática e a sua interdisciplinaridade, dada a diversidade de atores que compõem o colegiado. Contudo, os entrevistados elencaram uma série de problemas. O principal diz respeito à falta de efetivação pelos órgãos competentes, que geralmente não dão a devida importância ao Comitê, das ações/decisões do CBHRP. Ou seja, que o comitê tem conseguido fazer pouco, limitados pelo próprio apoio governamental.

Trata-se de uma fragilidade que pode ser observada também no âmbito federal, através da experiência do Comitê de Bacia do Rio São Francisco. Por se tratar de assunto de extrema relevância e estratégico na efetivação da governança, será transcrito o trecho do relato e discussões acerca:

A despeito das ponderações relativas à participação por parte sociedade civil na gestão pública (resultado em parte da dificuldade de acesso à informação, às condições de financiamento de suas atividades, agravadas pelas desigualdades de caráter regional), o conflito em torno do polêmico projeto de transposição revelou a força política de uma sociedade civil geralmente qualificada como heterogênea, fragmentada e pouco propositiva. Por outro lado, **a postura do governo federal de desrespeito à posição do Comitê indica que a participação no âmbito da gestão dos recursos hídricos, apesar dos textos da Lei das Águas determinarem o contrário, assume um caráter meramente consultivo e secundariamente deliberativo (sem maior impacto na definição da política), uma vez que a estrutura da decisão política continua centralizada.** A descentralização realizada até então tem um caráter administrativo, e objetiva, sobretudo, transferir para a sociedade civil e usuários a responsabilidade pela gestão das águas (grifou-se) (RIBEIRO, 2009, p.108).

Assim como no caso do Rio São Francisco, que tem uma governança muito mais consolidada, o CBHRP ainda carece de poder político-administrativo suficiente para que as suas deliberações sejam efetivadas pelos órgãos públicos executivos, e para que todos os instrumentos de gestão previstos na legislação sejam implantados integralmente. Isso está relacionado com a necessidade de estruturação dos órgãos gestores estaduais, já mencionada nessa discussão, que precisam ao menos disponibilizar informações para o planejamento do gerenciamento dos recursos da bacia. O estudo mais abrangente dos Comitês de Bacia realizado pelo Projeto Marca

d'água concluiu “que os conselhos com a maior disponibilidade de informação têm maior capacidade de influenciar as políticas públicas” (ABERS, 2010, p.239).

As entrevistas também destacaram a interdisciplinaridade do Comitê, uma vez que a presença dos membros do poder público, sociedade civil e usuários no colegiado agregam interesses e visões distintas ali compartilhadas, buscando um diálogo cooperativo e visão coletiva do problema.

Um comentário considerado positivo:

O comitê depende dos seus membros, do comprometimento dos seus membros na militância e com toda a certeza vem dar uma direção certa aos gestores municipais, estaduais e federais. Ele delibera, mas não pode executar o que ele decide...Ele vai mais como um órgão consultivo pra os gestores, orientativo pros gestores. **Na minha opinião, muita coisa foi orientada pelo comitê. O comitê tem tido uma influência nas decisões municipais, estaduais** (grifou-se).

Somente um dos representantes entrevistados considerou que o Comitê é consultado pelos órgãos gestores, e até os orienta. Também tem conseguido influenciar os órgãos municipais e estaduais. Em momento oportuno será discutida a verificação acerca da veracidade dessa informação.

A seguir destacaram-se os comentários mais extensos, e também com uma grande riqueza de informações acerca da temática “melhorias que o Comitê traz”:

**Desempenha um papel fundamental na questão de formulações, de sugestões para esse fim, para as melhorias, só que eu sinto que a própria política nacional é meio travada em relação a isso. Os comitês que seriam deliberativos, mas eu acho que o pessoal não dá a importância para aquele grupo de pessoas que está lá, justamente o próprio governo, os usuários e a sociedade civil, então eu sinto, às vezes, que fica meio enfraquecida a atuação dos comitês nessa perspectiva, né, eu acho que a gente podia estar avançando, eu acho que o governo poderia estar dando ouvidos a essas questões,** tanto é que estamos entrando agora numa era de racionamento, isso não é só a nível de nordeste, isso é a nível Mundial, inclusive, eu tô fazendo agora em curso online sobre comitê de bacia, o que é, qual é o seu papel, algumas mensagens dos fóruns de discussões, uma questão geral, teve até uma colocação de uma colega nossa relação a isso: **dos comitês no papel, que os comitês poderiam ser mais incisivos. O fator limitante é o próprio apoio governamental,** o comitê tem uma vida própria, mas é muito mais a base do voluntariado, **não tem recurso** aí a gente de vez em quando tem discutido, a cobrança do uso da água. Porque assim o comitê ter uma vida, um recurso, nós não conseguimos é difícil, temos muitos apoios mas é muito assim, no voluntariado. **Eu acho que o Estado em si ele poderia está dando mais apoio a esses comitês, debatendo mais, fomentando mais discussões. O comitê acaba não sendo deliberativo, mas consultivo. Eu acabo indo até mais longe, eu acho que ele seria só pro forme, a Política Nacional das águas diz que tem que ter os comitês, criaram os comitês como se fosse só pro forme. Torna se um grupo de voluntariado que quer debater que quer funcionar (...).** Eu acho que a gente tem um aliado

**muito forte que é o Ministério Público, as promotorias, quando eles vêm, aí o Estado escuta e cumpre** (grifou-se).

Por outro lado, de modo antagônico à citação mencionada anteriormente, este entrevistado evidencia que os Comitês deveriam ser mais incisivos, que o Estado deveria dar mais apoio, trazendo mais discussões ao Comitê. Ele enfatiza que o fator limitante é o próprio apoio governamental, a falta de recursos, que apesar de existirem apoios ainda o que, prevalece é o voluntariado. Na conclusão, o entrevistado considera que o Comitê foi criado com o objetivo de cumprir a lei, “pro forma”. Além disso, ele afirma que outras instâncias como o Ministério Público são efetivamente ouvidas e suas determinações se fazem cumprir pelo Estado.

Destacamos a seguir uma afirmação com a mesma diretriz. Nela, se afirma que o Comitê é importante, mas que tem conseguindo fazer pouco:

O Comitê melhora, ele tem um papel importante a fazer, eu como membro do Comitê sei da sua importância, mas também sou um crítico dentro do comitê tenho travado alguns embates, de maneira que **eu digo nas reuniões que a gente conseguiu fazer pouco, eu sei que o Comitê, ele não tem um papel executivo, mas o papel dele é gritar em defesa do Rio, porque as ações executivas estão nos órgãos ambientais, na própria secretaria de recurso hídricos, dentro da CAERN, dentro das instâncias de governo, realmente a gente não vê isso**, então, mas a minha crítica em relação ao comitê, as pessoas têm até um interesse bom pra fazer, mas a minha crítica é que o comitê tem conseguido fazer pouco, gritar em defesa do rio, não tem conseguido fazer isso. Para sua entrevista, é interessante, **eu já registrei até em ata do comitê, que eu afirmei que o Comitê tem problemas na origem, na concepção**. Por que? Quando eu lancei algumas propostas, por exemplo, pra que fizesse uma moção para os órgãos ambientais, o comitê sugerisse a suspensão de toda e qualquer obra hídrica que envolvesse ali o Rio Pitimbu, loteamentos, então, os órgãos que estão lá representados, a CAERN... aí **as pessoas que estão lá aí ficam com medo porque ele tem um conflito de interesse**, a pessoa que está lá representando a (nome da instituição), na hora que vai votar lá uma moção contra, não é a (nome da instituição), em si, mas se a (nome da instituição), está poluindo um ponto do rio a gente tem que denunciar, mas aí a pessoa que está lá da (nome da instituição), entra em contradição, aí começa, então eu acho que a participação dessas pessoas desses órgãos precisa continuar, mas o comitê precisaria ser ampliado pra mais gente da sociedade civil indicar, **então é esse conflito que nós não conseguimos aprovar nenhuma moção** (grifou-se).

O entrevistado ressalta que não vê as ações executivas em defesa do rio implantadas pelos órgãos competentes segundo o que se delibera no Comitê. Além disso, que o Comitê tem entraves à aprovação de moções. Consideramos isso um aspecto negativo importante, pois a moção, de acordo com o Caderno de Capacitação em Recursos Hídricos, (O Comitê de Bacia Hidrográfica: Prática e Procedimento, ANA, 2011), moções são instrumentos de tomada de decisão aprovados em reuniões

plenárias que tratam de manifestações de qualquer natureza, relacionadas às finalidades do Comitê.

Outro relato que cabe destacar é o seguinte:

Eu acho que melhora **se o sistema for totalmente regulamentado, o que ocorre aqui hoje Sistema de Recursos Hídricos do Estado ele falta pessoal qualificado** que faça concurso público nas instituições. Recentemente foi que a lei foi aprovada da criação do Instituto de Gestão das Águas que é quem deve fazer essa parte de apoio à gestão participativa, né, as atribuições da SEMARH também foram redefinidas. **Então tudo isso a falta de estruturação do sistema tanto em termos de pessoal qualificado quanto de recursos né, então dificultam que a lei seja completamente, é, posta em prática. Não (está tendo o seu melhor desempenho), mas eu acho que o Comitê foi um avanço enorme, conseguiu assim chamar atenção da população, para as questões do rio, da importância, porque o rio é muito importante, ele abastece 30 por cento de toda a zona sul, leste e oeste de Natal.** Então ele tem importância fundamental até mesmo da diluição do nitrato que a gente tinha por que além de atender esses 30 por cento, tem um sistema de diluição do nitrato da água subterrânea, a mistura da água de superfície com água subterrânea pra baixar o teor de nitrato em certas áreas da cidade. (grifou-se).

É possível observar a percepção do entrevistado de que há uma interdependência entre as melhorias que o Comitê pode trazer e a regulamentação do Sistema de Recursos Hídricos do Estado, cujas instituições foram criadas recentemente e carecem de pessoal técnico qualificado e de recursos financeiros. Com isso, há dificuldades reais para que a legislação seja efetivamente obedecida. Nesta declaração também se ressalta que o Comitê foi um avanço, que aumentou a visibilidade social para as questões do rio, que é fundamental como reserva hídrica para o abastecimento da população de Natal.

Durante a entrevista, quando questionados acerca da sistemática das convocações para reuniões do Comitê, os membros relataram que as convocações chegam por grupos de redes sociais que englobam os membros do Comitê, por e-mail ou contato telefônico. A Secretaria Executiva do Comitê sempre os deixa informados de todas as notícias e acontecimentos, publicando no blog do Comitê. Em uma das entrevistas essa questão permitiu obter informações. Cabe destacar o seguinte:

Olhe, assim, na secretaria executiva a gente tenta sempre manter informado e quando a gente recebe quem tá dirigindo tem o dever de definir uma pauta e discutir antes da reunião né, colocar os membros também pra que eles surgiram pautas, então há uma comunicação prévia, uma pré-pauta e as pessoas podem sugerir. Eu não tenho recebido isso agora (...) eu recebo só a reunião vai ser tal e a pauta tal, isso é uma reclamação a fazer também é uma questão muito grande porque quando a gente colocava a pauta, **ninguém contribuía porque cada um que participa de várias outras atividades, (...)** e às vezes as pessoas têm preguiça mesmo de colaborar e não tão podendo por dentro e é muito flutuante, às vezes saem de um

**órgão e não deixam uma pessoa, é quem saiu não dá continuidade, não repassa para quem vai ser o representante, há fluxo muito grande uma flutuação de representação, muda o governo da prefeitura eles indicam outro, muda o do Estado também indicam (...). Isso é muito ruim porque aí perde o histórico, porque se a pessoa não for uma pessoa interessada e que vai querer se informar e pegar o fio da meada chega lá muito sem compreender qual é o papel dele na representação e às vezes nessa questão da representatividade você não vai lá representar um órgão você vai representando você mesmo e isso não vale eu tenho que tratar dos interesses de quem eu tô representando então eu posso ter até uma opinião contrária à posição da (nome da instituição), tem certos momentos que eu vou ter que definir uma coisa do comitê que não é minha opinião pessoal que vai prevalecer, mas a da instituição que eu represento. (grifou-se).**

Essa passagem destaca a importância de se ter uma pré-pauta, que a pauta das reuniões seja discutida antes de ser definida. No entanto, reconhece as dificuldades para que isso seja se torne realidade, porque os membros muitas vezes são ocupados, ou não têm compromisso. A questão das frequentes mudanças de representantes por parte das prefeituras ou dos órgãos estaduais foi exposta como um ponto negativo nesse processo, pois tem implicado em prejuízo da continuidade do Comitê. Novamente foi abordada a questão da representatividade, que foi conceituada.

Na entrevista, quando questionado sobre a quantidade e frequência das reuniões do Comitê para garantir uma gestão adequada, diversas opiniões foram manifestadas. A maioria dos membros informou **não** considerar a quantidade de reuniões suficiente, destaque para as seguintes citações: “Acho que não, são muito poucas reuniões de fato para você mobilizar pessoal, manter mobilizado”; “A sistemática precisa ser mais intensificada e ao mesmo tempo, buscando resultados. Também só reunir não adianta se não tiver as respostas das demandas”. Alguns entrevistados informaram que **sim**, consideram um número suficiente de reuniões, destaca-se: “Eu vou dizer sim, a não adequação do desejo de transformação da bacia, não está relacionado com o número de reuniões, o número de reuniões é suficiente. São 4 reuniões ordinárias no ano, fora as extraordinárias”; “são, são elas cumprem sim, são satisfatórias, porque o seguinte, a Secretaria aqui também é responsável pelos demais comitês do estado, então é muita coisa para os meninos aqui (funcionários da Secretaria Executiva do Comitê), são só os dois.”

Com relação à sistemática das reuniões, os participantes foram questionados acerca do objetivo que eles acreditam ter as reuniões do Comitê. Os depoimentos foram diversificados, mas em geral remetiam-se à oportunidade de debater de forma

democrática a gestão da BHRP. As seguintes passagens se destacam: “Tratar da problemática do rio, no sentido da poluição do Recurso Hídrico, **pensando lá na frente né**, de como preservar, de como proteger aquelas margens, de como recuperar (grifou-se).”,

As reuniões ela é, nada mais nada menos, do que um **Parlamento das águas**. É lá, ou seria lá, ou será lá onde é colocado na mesa todos os problemas foram levantados discutido e tirados os encaminhamentos, então é um espaço que a sociedade conquistou através da Constituição de 88, isso é fato, é o instrumento que se tem para se falar sobre um instrumento que é água, qualidade e quantidade, né, então assim, a importância da reunião é isso, **ela é o instrumento onde a sociedade se manifesta** (grifou-se).

**Discutir sobre as questões**, a importância e a problemática na bacia, **estabelecer diretrizes para implementar os instrumentos de gestão**, que está no marco regulatório, no papel e na missão do próprio Comitê de ser um espaço de discussão e encaminhamentos pra que se tenha uma garantia na qualidade da bacia (grifou-se).

Olha, as reuniões são para **apreciar os problemas**, as demandas que está tendo do judiciário (...) **Então, nas promotorias, as pessoas estão denunciando mais, isso é uma coisa bacana, que o Comitê começa a atingir, essa consciência da população, lógico que é um grande percurso ainda, mas eu acho que já começou a florescer na cabeça e no coração das pessoas essa necessidade de preservar seu rio**, então a mensagem já está chegando. (...) Então assim, na própria audiência pública que houve agora em Parnamirim, na semana passada, vi pessoas lá no meio se manifestando, inclusive grupos de quilombolas lá do moita verde inclusive falando que querem participar do Comitê, **então você que movimentos sociais, eles querem participar, eles querem discutir as políticas públicas, eles querem trazer demandas pra cá e eles já serão convidados na próxima reunião** (grifou-se).

**Eu tenho visto que eu acho que é muito informativa**, troca de informação, acho que algumas deliberações do Comitê que estejam sendo encaminhadas, nessa reunião são feitos os repasses, pelo menos nas que a gente participou, **também não são tantas reuniões por ano, e assim, pelo que a gente participou foi mais essa parte, se antes já teve alguma coisa mais propositiva, eu não acompanhei na minha experiência**. Foi muito mais isso, troca de ideias, como é que anda. Escuto um pouco que está ocorrendo no cenário nacional, estão muito mais informativas do que deliberativas no sentido da própria conjuntura, **eu acho que o Comitê se fragiliza muito, ele poderia ser um papel deliberativo e até fiscalizador, você não tendo como fazer esse papel fiscalizador, dispersa os usuários**, tem os refrigerantes, até agora ele não foi a nenhuma reunião (grifou-se).

As reuniões do Comitê têm se pautado para discutir os problemas do Rio e também para fazer o planejamento das ações. (...) Às vezes a gente escuta depoimentos de pessoas que é como se ela estivesse lá voluntariada e não representando os órgãos, é necessário que se você vem pra cá a reunião é um extensão do seu trabalho. **Então muitas pessoas têm confundido militância individual com representação institucional** (grifou-se).

Olhe, se você for vê o objetivo, pela própria lei você já sabe o objetivo da criação do Comitê, mas na prática, aí eu agora vou colocar eu como membro, e nesse período que eu estou, o que tem sido realizado tem sido **conhecer**,

**atualizar-se, o grupo sempre procura se atualizar nos impactos daquilo que tá acontecendo, isso é um ponto que o pessoal sempre bate mesmo e fica interessado, denúncias, nas obras, na questão do licenciamento ambiental, como é que tá sendo realizado.** Um outro ponto muito forte que os membros destacam sempre é a participação do usuário, por exemplo eles criticam muito quem é mais ligado por exemplo a representação do setor privado, que fica às vezes um pouco distante ou então o Comitê não chega muito próximo. Então esse é um ponto que o comitê sempre destaca, que haja uma melhor articulação para os usuários de fato estarem sabendo, sendo divulgado (grifou-se).

O objetivo é exatamente saber o que está acontecendo no rio, deliberar sobre algumas ações que precisam ser desenvolvidas, ele é deliberativo. **E aí, serve pra alertar a população, os órgãos públicos da proteção que precisa ter desse rio.** Então assim, várias intervenções de obras, de assoreamento, da falta de mata ciliar, do desmatamento, nós já soubemos e já até impedimos de obras se prolongar no rio (grifou-se).

Primeiramente, é uma forma **de fiscalização** dos recursos hídricos existentes no nosso município, no nosso estado, na nossa região. Acho que é pra debater assuntos pertinentes à bacia do Pitimbu e a gente tá preocupado sempre em propor pros órgãos competentes **indicações de problemas, de futuros problemas, de soluções também** (grifou-se).

**Olhe serve para discutir os problemas internos e tomar resoluções, decidir normas e deliberar as questões** assim, **cobrar, por exemplo do poder público essa regulamentação do Setor**, a questão do concurso público para as áreas, para ter pessoal qualificado na gestão, ter essa fiscalização ser efetiva, **para que se implemente os instrumentos de gestão né, com efetividade**, porque existe a questão do enquadramento dos corpos d'água, a questão do plano de bacia que tem que ter, a questão do cadastro de usuários, né, tem a questão própria da criação de todos os comitês do estado que não foram criados, então tem uma série de instrumentos que têm que ser implementados, a outorga, que têm que ser definidos (grifou-se).

Nas entrevistas, a questão abordada a seguir refere-se à influência dos membros nos processos decisórios do Comitê. A maioria dos entrevistados informou que os membros dos órgãos públicos têm maior influência: “eu acho que quem tem o poder mais decisivo são os mais antigos, independe do município ou da instituição que ele representa, mas aqueles que estão há mais tempo, que não sofrem muito essa rotatividade, eles acabam tendo um pouco mais de vez”; “eu ressaltaria a gestão estadual de recursos hídricos o IGARN e a SEMARH”; “os comitês eles são abarrotados de instituições do governo, então os órgãos governamentais”; “o Estado”; “acaba sendo os órgãos governamentais, a própria secretaria”; “Sempre os representantes dos órgãos decisórios porque são eles que tomam a decisão. Eles usam o comitê pra respaldar as posições deles.”;” até pelo fato de tá dentro da secretaria, eu acho que a Secretaria de Recursos Hídricos é quem comanda de certa forma as ações do comitê.”. Um entrevistado informou ser a Sociedade Civil a

instituição com maior influência e dois dos entrevistados informaram que não há uma instituição que tem maior influência, e que os processos decisórios são igualitários ou que não é possível identificar alguma que se sobressai.

Em relação à influência nos processos decisório do Comitê, constatou-se com base no discurso de aproximadamente 73% dos entrevistados, a predominância do poder público, notadamente os órgãos estaduais relacionados à gestão. A percepção dos membros, fazendo um apanhado geral, foi de que esses órgãos de certa forma comandam o Comitê e o utilizam para respaldar sua posição.

Tem-se que os CBHs em sua ideia original, buscam reduzir os riscos de que o aparato público seja apropriado de interesses imediatistas ao construir espaço para negociação sociotécnica. Todavia, ainda há uma predominância das decisões definidas pela presença majoritária da representação governamental nos conselhos relativos ao meio ambiente (RIBEIRO, 2009).

Quando questionados sobre quem mais participa do Comitê, as respostas convergiram para a Sociedade Civil e Poder Público, foi ressaltada por três dos entrevistados que a Sociedade Civil em especial tem tido uma participação mais efetiva, uma vez que tem puxado as dinâmicas, instigado ações, tem lutado mais e sido mais proativas.

Em relação ao grau de participação, a categoria da sociedade civil, foi destacada como a categoria com a participação mais efetiva, agindo de forma proativa. Este dado se relaciona com a constatação de que a maioria dos membros que estão desde a criação do Comitê serem dessa categoria, é maior a sua persistência, a luta para efetivação da gestão em nível de bacia.

Ao se fazer o questionamento inverso, quem menos participa do Comitê, se há membros que tem faltado às reuniões, alguns entrevistados informaram que alguns membros têm deixado de ir a várias reuniões. Outros membros consideram que a maioria tem uma frequência regular. Foi citado enfaticamente o item do Regimento Interno do CBHRP que estabelece a substituição do membro após a segunda falta consecutiva a uma reunião.

Dando prosseguimento ao registro da visão dos membros em relação ao Comitê, durante a entrevista foi solicitada deles a citação de alguma ação do Comitê que consideram importante. Além disso, pediu-se para identificar tal ação/ações. As respostas obtidas foram: “Nesse período eu acho que foi essa história **do reflorestamento das nascentes**, a preocupação com a questão das nascentes. A

draga também foi ação do Comitê (grifou-se)”, “Olha que ajudou, ajudou. **Eles fizeram ações como despoluição da bacia do Pitimbu, eles fizeram plantio, preservação da bacia.** Então tudo são ações que contribuíram pra melhoria da qualidade da água do Pitimbu, com toda certeza (grifou-se)”,

O Comitê está muito preocupado com os descasos da legislação ambiental que impactam diretamente no Recurso Hídrico. Nós tivemos o desmoronamento da BR, em 2011 a BR desmoronou, né então assim, tá muito voltado para essa questão ambiental. Ausência ou a fragilidade do sistema ambiental, da fiscalização. **A lei existe, mas ela tem dificuldade de cumprimento, é frágil mesmo assim.** O Carnatal do ano passo ia ser dentro do Comitê, o Comitê se posicionou contra e a promotoria acatou, teve que ser retirado, foi para aquele lá em Parnamirim, né, aquele da festa do boi. O Carnatal ia ser dentro do prolongamento aí, então ia pegar toda a contaminação e ia jogar dentro do rio Pitimbu (grifou-se).

Na organização de **projetos de preservação e recuperação de áreas.** É, é isso porque dentro dos projetos de preservação e recuperação vem a **educação ambiental, o trabalho com indústrias, com a população,** vai englobar uma serie de subitens. A gente, aqui em Macaíba no ano passado, a gente fez uma ação de recuperação das áreas de algumas nascentes né, que não deixa de ser uma atividade realizada pelo Comitê e alguns membros vieram, participaram. A gente fez isso juntamente com um trabalho de educação ambiental com os meninos das escolas municipais daqui (grifou-se).

**A cobrança pela fiscalização ambiental e também não só ambiental, mas de Recursos Hídricos em relação à questão do uso e ocupação do solo na pressão, na área das margens do Pitimbu, realmente ela tem um destaque maior.** Mas, além disso, tem a questão dos barramentos, na questão da erosão, a necessidade de se proteger as suas margens em relação a desmatamento e controlar o uso e ocupação na área urbana. Eu achei, importante, num dos pontos da minha limitada participação, a realização de vistorias *in loco* nas **nascentes e em trechos dele e as ações pontuais de plantio na perspectiva de recuperação de áreas degradadas** (grifou-se).

Olha, o papel fundamental do comitê independente da diretoria é primordial é a água, é a Conservação e qualidade da água, não é só quantitativa, mas é qualitativa (...) primeiro, o que se tem de oferta como esses recursos estão, então o que é que você tem no envoltório, Você tem uma mata? Você não tem mais, você tem fauna? Ou você não tem mais fauna? Você tem problemas você tem construções? **Então primeira coisa que a gente se preocupa é com a questão de quantidade e de qualidade da água.** Houve uma situação muito importante cidade em na questão do Carnatal, que eles queriam colocar à margem do rio, a gente formou um grupo Grande e a gente foi lá pra fora foi pra promotoria brigar. Outra das ações mais importantes que eu já participei aqui (...) é quando a gente vai para Campo e pode fazer algumas ações com a comunidade, interagir tanto na recuperação do e trazendo a população para participar, **eu acho que essa participação social ela é fundamental na construção das políticas públicas e também pra que a gente possa lutar pela conservação do rio** (grifou-se).

**O planejamento das ações do Rio Pitimbu, e as ações em defesa do rio, que foram traçadas, estudos que foram feitos e aprovados,** então tem um monte de coisas que a gente tem participado. **O que nós decidimos lá são algumas ações de defesa de agressões que o rio tem sofrido, mas quando a gente vem atuar, via de regra, o projeto já vem aprovado, o**

**dano já tem sido causado. E o Comitê não vem sendo ouvido a priori,** você vai vendo o dano que vem sendo causado naquela obra da prudente de morais, todo o assoreamento, tudo foi feito pra prejudicar o rio (grifou-se).

Eles atuam muito, às vezes como próprios fiscais, **ajudando na fiscalização, denúncias, na solução de algum problema em relação por exemplo a apoiar, a discutir um licenciamento ambiental, dar esse suporte.** Uma coisa que o Comitê também faz é a capacitação dos membros do comitê, **sempre tá promovendo um curso de capacitação. O comitê tem esse papel também de articular as instituições** porque uma prefeitura pode ter o equipamento e pode entrar, pode ter uma equipe, mas o que falta é a cobrança no comitê. **Já houve reflorestamento, já foram impedidos, e chegaram a ser fechados certos empreendimentos determinados.** Já foi, por exemplo, aquele empreendimento da ponte velha que passa no Pitimbu, aquele Buena Vista. Tudo foi ação do Comitê, junto ao Ministério Público, claro... mas o Comitê que se colocou (grifou-se).

Então as principais decisões são exatamente de impedir que absurdos como aquele Buena Vista que era, que ia assorear totalmente o rio, que ainda chegou a assorear um pouco né, ali foi a voz do Comitê. **Então a gente se movimentou e fez com que a obra não prosseguisse.** O trabalho da gente é de alertar os órgãos públicos, o Ministério Público, a gente tem mandado algumas notícias pra que ele tome algumas atitudes frente aos absurdos que acontecem né. **Teve um problema também ali, quando aconteceu a questão do Buena Vista, teve aquele problema ali na BR da drenagem né, então foi também o Comitê que se mobilizou. Inclusive, na época, o DNIT que era responsável pela obra teve que fazer um estudo de recuperação da área, inclusive eles apresentaram no Comitê pra gente,** foi aprovado o estudo de recuperação de área degradada, foi degradada aquela área. **Então assim, recentemente a gente fez uma visita às nascentes, as nascentes em Macaíba** pra ver como se encontram essas nascentes. O INCRA que faz parte do Comitê já fez um plantio nas áreas de assentamento deles, tem várias ações sendo feitas exatamente a partir das pessoas que estão no comitê e através das suas instituições. **E através da força de vontade também né, porque é tudo voluntário, do querer bem ao rio.** A CAERN é o maior usuário do rio porque parte da água da zona sul de natal vem da lagoa do Jiqui que é alimentada pelo rio, então a CAERN tá sempre em alerta em função da importância do rio pra cidade (grifou-se).

Olha, é aquilo que eu venho dizendo, o Comitê ele indica muito. Então, assim, a gente fez uma visita nas margens do Pitimbu e algumas visitas também com fotografia pra mostrar impactos da **obra do prolongamento da Prudente, impactos também nas nascentes ali em Macaíba e tal. Assim, acho que o papel do comitê é esse, é tá indicando, tá mostrando, tá pedindo providência. O rio é um problema em si né.** Então assim, a gente já fez inclusive mutirão de limpeza, levamos equipamento, então às vezes é essa questão do **voluntariado mesmo,** da gente ir fazer alguma coisa pra dar o exemplo, mas acho que uma das ações foi que levamos máquina e tal, pra tentar reduzir o assoreamento né. **Infelizmente a gente vê o descaso da população né, de empresas também, do próprio poder público e com água de uma forma geral** (grifou-se).

Olha, eu acho que o Comitê foi muito importante na época que queriam acabar com o IGARN, teve um posicionamento forte, foi pra assembleia, junto como conselho, **propôs que não fosse extinto o IGARN,** propôs que a lei fosse regulamentada, propôs uma série de medidas, **e também o papel do Comitê de chamar a população para a importância porque não é só o Comitê que vai resolver isso** mas chamar a importância que cada um tem um dever cívico, cidadão, de preservar também, na hora que você joga um copinho na rua um lixo na rua na hora que chove isso vai ao rio e todo mundo

reclama de quem? Empresa que distribui a água pelos serviços mal prestados, mas não é. Eu acho que tem que chamar atenção dos órgãos para que eles se estruturam para fiscalizar essas licenças que são dadas para obras hídricas, construção na área da bacia para que seja respeitada a faixa de proteção do rio, **o Comitê tem lutado muito por essa demarcação da área, o cercamento, de placas indicativas que aquela área é área de preservação, até agora não tem conseguido êxito nessa questão, mas é um questão importante.** A gente também chamou muita atenção para aquela área do Buena Vista, houve uma mobilização muito forte, a imprensa cobriu aquilo, então o DNIT tomou algumas providências de fazer uma contenção né, só assoreamento que estava ocorrendo, com replantio de mata ciliar, eu acho que aquilo foi muito importante chamando atenção pra todas as questões de fiscalização dos licenciamentos, chamou o órgão algumas vezes a priorizar a fiscalização em algumas áreas. **Eu acho que o Comitê tem um papel importante, agora ele vai trabalhar legal e vai realmente de fato cumprir a função dele na hora que o sistema tiver todo a contento, entendeu?** (grifou-se).

Com isso, na opinião dos pesquisados, a principal ação desenvolvida no CBHRP está relacionada à prevenção e denúncias de problemas ambientais e mobilização dos atores competentes para resolvê-los. Considerando os objetivos das reuniões do Comitê na percepção dos atores entrevistados, observou-se uma predominância das temáticas: apreciar estratégias para resolver problemas de degradação dos recursos hídricos, por iniciativa própria, uma vez que não costumam ser consultados quando da intervenção na bacia (73% dos entrevistados mencionaram), socializar informações (36% mencionaram) e apenas 18% se referiram à discussão dos instrumentos de gestão. Estes resultados mostram uma ênfase em assuntos ligados à gestão dos problemas da bacia. Todavia, preocupa o fato de poucos se referirem aos instrumentos disponíveis na legislação para efetivar essa gestão, que sequer foram implantados e não vinham sendo abordados pelo comitê, primordialmente o Plano de Bacia.

Cada entrevistado respondeu à pergunta se considera o Comitê importante na Gestão dos Recursos Hídricos, a resposta de que ele é importante foi unânime, e se ele influencia na atuação do poder público como deveria e se ele se manifesta na atuação do poder público quando deveria. Obtiveram-se os seguintes discursos:

Membros que consideram que o Comitê influencia na atuação do poder público e que se manifesta na atuação do poder público quando deveria.

(O Comitê) É importante com certeza. **Influencia, o poder público, hoje ele reconhece instituição criada e ele se reporta ela com o respeito devido. A sociedade que tanto lutou pela criação do Comitê é que desconhece a atuação do Comitê.** Poderes públicos conhecem vivem a lei e seguem ela. Sempre se manifesta na atuação do poder público, esse Comitê ele é ativo e próativo, ele não passa a mão em cima do poder público não, ele cobra realmente. Cobra do IDEMA, da SEMARH, do IGARN, aí se vão executar ou não é outra história, mas que cobra, cobra (grifou-se).

Eu acho que influencia e além da gente da secretaria da SEMARH dá todo apoio ao Comitê, a secretaria do comitê está na SEMARH, a gente também tem um assento no Conselho de Recursos Hídricos, que é a instância maior, onde é tomada todas as decisões. Então assim, na hora que o Comitê faz parte desse conselho maior também, ele leva alguns problemas pra serem discutidos e avaliados no conselho. Então, eu acho que tem sido bem importante a participação. Acho que sim. Digamos essa questão, teve o prolongamento da Prudente, também a drenagem da BR, tudo obras públicas. E como a secretaria faz parte do Comitê, então ela tá sempre presente né. Ela é uma instância também de provocação, até junto ao IDEMA porque o IDEMA é que licencia as obras. A gente tá sempre chamando o IDEMA pra participar, pra palestrar o que tá acontecendo, IDEMA, IBAMA, a gente já fez também uma provocação ao IBAMA.

**Sim, influencia, mas poderia ser mais.** Poderia influenciar mais, depende da sensibilidade do poder público né. O problema é que não há a sensibilidade política porque você sabe que as ações dependem muito do momento. (O Comitê se manifesta na atuação do poder público quando deveria?) Sim (grifou-se).

Ah sim, porque ele sabe que está havendo uma construção de uma ponte, por exemplo... Pois é então acho que o comitê contribui muito nisso, nessa questão de chamar atenção da sociedade para a importância de preservar e certas medidas que o governo vai tomar, por exemplo, vai licenciar, já teve vários empreendimentos que foram discutidos lá dentro do Comitê e que não foi dada a licença porque o Comitê alertou que aquela licença seria ilegal, como foi dada a outorga... porque eu acho que discutir a faixa de proteção dentro do Comitê foi também muito exitoso esse projeto.

Membros que consideram que o Comitê **não** influencia na atuação do poder público e que se manifesta na atuação do poder público quando deveria.

(O Comitê) É importante, mas não influencia (na atuação do poder público) como deveria. Sim, ele se manifesta (na atuação do poder público quando deveria), mas nem sempre tem sucesso.

Acho ele (O Comitê) básico, fundamental para implantar o sistema de gestão. Influencia (na atuação do poder público) porque a gente tem uns instrumentos através de moções e recomendações que busca surtir um efeito dizendo "Olhe, estamos aqui, precisamos adotar medidas pra melhorar e reverter problemas". Eu tenho acompanhado pouco, não tenho visto com frequência esses encaminhamentos não (manifestação do Comitê na atuação do poder público quando deveria), até porque a lei que protege o rio Pitimbu estabeleceu exigências inclusive de EIA/RIMA, de estudos de impactos ambientais para empreendimentos urbanos, **e eu diria que isso precisaria ser melhor trabalhado, a participação dos membros do Comitê e o próprio Comitê ser ouvido nas análises dos empreendimentos ao longo da bacia** (grifou-se).

**Ele é importante, mas não influencia como deveria, ele deveria ser consultado com antecedência, e a lei dar uma prerrogativa maior ao comitê. No formato que ele tá hoje ele pouco pode fazer.** Não porque muitas vezes nem é consultado, somente depois do dano ambiental causado. Até no caso do DNIT nós chamamos lá, mas os engenheiros acham que sabem de tudo, mas não têm nem ideia do que é o leito de um rio. Sim (Comitê se manifesta na atuação do poder público quando deveria) tem um monte de coisas que a gente tem participado (grifou-se).

Ele é importante, mas acho que ele ainda não influencia porque se ele influenciasse a cobrança já teria... Ele não influencia... **A influência dele ainda é tímida porque se fosse mais forte, ele já teria conseguido pelo menos o instrumento da cobrança.** (Comitê se manifesta na atuação do poder público quando deveria?) Atualmente, eu posso falar de agora, eu considero que sim porque eles participaram na época da Copa, deram sugestões, no prolongamento da Prudente. Mas precisa melhorar ainda (grifou-se).

(O Comitê influencia na atuação do poder público como deveria?) **Não. Ele tenta influenciar, mas aí não é problema do Comitê influenciar ou não. Ele faz o papel dele de apontar, a questão é de lá pra cá. Chega um ponto que o Comitê não tem força, não tem mecanismos legais.** (O Comitê se manifesta na atuação do poder público quando deveria?) Sim. Até porque, em relação a uma questão anterior, a gente tem as reuniões ordinárias, mas quase todo ano a gente tem mais umas 3 ou 4 extras (grifou-se).

Membros que consideram que o Comitê **não** influencia na atuação do poder público e que **não** se manifesta na atuação do poder público quando deveria.

Ah sim, é muito importante, porque daqui é que vai sair as agendas e que a gente vai construir toda a pauta. (O Comitê influencia na atuação do poder público como deveria?) Olha isso barra muito ainda assim... Como o Comitê ele tem essa fragilidade de ser um sub Comitê, ele esbarra ainda na questão ainda de não poder ter um tom, uma fala mais alta, um grito certo, porque a gente realmente falta isso e a gente subir outros degraus, e a gente poder ter, vamos dizer "bala na agulha", essa questão de dinheiro, recursos, a gente vai ter mais sim poder sim, com certeza. O Comitê se manifesta na atuação do poder público quando deveria?) Não. Mas a gente está começando a quebrar as barreiras, a gente tá começando a sair desse quadro, porque o Comitê antes ele não vinha sendo tão atuante, mas a gente tem procurado sim mobilizar mais e a gente poder sair mais à luta.

Um dos entrevistados absteve-se de responder essa questão, pois informou já ter tido tratado do assunto em questão anterior, em que informa que “Eu acho que o pessoal não dá a importância para aquele grupo de pessoas que está lá (reunida no Comitê), (...) eu acho que a gente podia estar avançando, eu acho que o governo poderia estar dando ouvidos a essas questões”. Ou seja, já tinha deixado clara sua opinião de que o Comitê não influencia na atuação do poder público. Essa foi a opinião da maioria dos entrevistados (cerca de 64%), conforme exposto acima. Além disso, aproximadamente 81% considera que o Comitê se manifesta na atuação do poder público quando deveria.

Um questionamento chave trata do diagnóstico dos problemas enfrentados pelo CBHRP, na visão de seus membros, sua importância consiste no fato de ser o ponto de partida para atuar sobre esses problemas identificados por quem os vivencia, aprimorando o Comitê como órgão de gerenciamento de Recursos Hídricos.

A falta de recursos financeiros se destacou, pois foi citada por quatro dos entrevistados, dois relacionando-os diretamente com um instrumento previsto na Lei das Águas, cobrança pelos Recursos Hídricos, por exemplo, foi dito: “Não entendo como esses Comitês vão se autogerir se o próprio Estado não fornece elementos, seja de recursos, é no voluntariado mesmo”. Outras menções nesse sentido foram,

Tem problemas, principalmente no fator de recursos, né, essa questão monetária é muito importante para que a gente possa tocar várias ações, melhorar inclusive, não só a gestão interna, funcionamento até com a compra e aquisição de materiais, mas como a formação mesmo da secretaria, porque a gente precisa fortalecer também a secretaria, se a gente não tem esse suporte ou feedback pra secretaria, a presidência não consegue fazer nada, por exemplo, **a gente não consegue fazer mais, a gente não consegue mobilizar, não consegue fazer mais ações em prol do rio porque não se tem recursos, não se tem carro, se tem uma grande dificuldade para conseguir então a questão é o fator monetário, ele ainda pesa muito** (grifou-se).

Não é nem só o Comitê do Pitimbu, (...) tudo passa pelo recurso. Então assim, o único problema dos Comitês de bacia no Rio Grande do Norte é a falta da cobrança pelo uso da água. Então assim, a secretaria e o IGARN, que é O Instituto de Gestão das Águas, eles são desprovidos de recursos. **Então assim, mesmo tendo sido feito em 2007 o plano de bacia, mas esse plano de bacia precisava já ter sido atualizado e não foi, precisa-se fazer novamente o cadastro dos usuários de água do rio. Se houvesse a cobrança do uso dessa água, teria recurso pra se fazer isso. Então, eu acho que o problema maior é esse, a falta de recursos mesmo pra fazer a gestão da água** (grifou-se).

O que seria problema para você? **Tem um problema muito grande no Comitê, falta de orçamento.** Não, o Comitê ele não tem uma personalidade jurídica. Vou retirar, não é dinheiro não, acho que um dos maiores problemas do Comitê é o entendimento por parte dos membros, do papel dele enquanto membro, Nós temos um segmento que é o segmento usuários de água que são 11 vagas e só tem três participando, então nós temos nove vagas sobrando, então esse é um grande problema. **O Comitê é fragilizado não é pela falta de orçamento, que também é um problema, nesse caso o orçamento dos órgãos gestores, a Secretaria, o IDEMA, o IGARN. Mas o maior problema do Comitê hoje a ausência da participação dos usuários** (grifou-se).

A citação acima aborda a falta de orçamento como problemas, e também a falta de personalidade jurídica do Comitê, mas enfatiza como maior problema a ausência de participação da categoria dos usuários. Esta problemática de participação dos membros do Comitê -- seja no âmbito do baixo número de participantes, ou de participação efetiva, ou de frequência de participação -- também merece destaque, pois foi mencionada por cinco entrevistados. Além da citação anterior tem-se: “Ele ter mais representatividade, ampliar a participação dos usuários principalmente”;

A importância, eu vejo hoje a **efetivação da participação dos conselheiros**, eu destacaria a importância de a gente ter efetividade e participação maior

de todos os representantes institucionais, usuários, representação do setor público e privado e sociedade civil (grifou-se).

O problema, que não é problema, mas é uma dificuldade que o Comitê enfrenta é que **normalmente os membros, os participantes, eles todos são muito ocupados** porque parece que as pessoas que assumem é que tem mais ocupação. **Aí nunca dá pra cem por cento dos membros participarem de tudo que aconteça.** Então é conciliar agenda, os horários com essa equipe que é muito, muito, muito comprometido os horários (grifou-se).

Eu acho que, a meu ver, o Comitê deveria ampliar a participação das entidades, em função desse conflito de interesses de tratar muito especificamente com os usuários de água do rio que são os potenciais poluidores e causadores de danos. **Então ele precisaria ter uma ampliação de outras entidades da sociedade civil pra que o Comitê fique mais equilibrado do ponto de vista, vou mudar o conceito, quem é usuário de água do rio é o cidadão que bebe água do rio. Além disso, o Comitê precisa ter uma ação mais dinâmica e de maior envergadura, de maior cumplicidade nas ações de defesa do rio, levantar a voz, gritar mais forte em defesa do rio** (grifou-se).

A necessidade de uma ação mais efetiva do CBRH em defesa do Rio Pitimbu mencionada no trecho da entrevista em destaque acima também foi citado por mais um membro, mas sob outra ótica, que em vez de o Comitê ter que melhorar suas reivindicações em defesa do rio, são os órgãos competentes precisam considerar as indicações do Comitê e as efetivarem na prática.

Eu acho que na realidade é justamente isso, **a dificuldade é que os órgãos competentes tomem providências né**, porque muitas vezes a gente indica, mostra até de forma técnica quais são os caminhos e tal e não sente esse *feedback* né, pelo menos em tempo hábil né (grifou-se).

Outro entrevistado mencionou um fator externo como problema que afeta o Comitê, nesse caso foi dito que se trata de um problema macro, referente ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos Estadual como um todo: “Eu acho, é como eu tenho te dito, o sistema como um todo reflete para dentro do Comitê, essa falta de estruturação do sistema reflete para a questão do Comitê.”

Na opinião de outro membro, o problema é a intolerância de determinados participantes do Comitê em relação a opiniões diferentes da sua, o que, na sua visão é normal em todos os tipos de conselho ou Comitê, mas que traz atrasos na resolução dos conflitos:

Não, eu acho que assim problema que vem a interferir não. O problema que tem, aí, volto a dizer, é um problema que tem em qualquer tipo de conselho e Comitê e tal, que às vezes são **as pessoas que acabam querendo impor sua opinião, não aceitando a opinião do outro e às vezes isso faz com que o andamento do processo fique mais lento** porque se perde muito tempo falando de uma coisa que poderia ser resolvida muito mais rápida (grifou-se).

Conclui-se que, ao identificar as dificuldades que afetam o funcionamento do Comitê, os membros destacaram as seguintes: falta interesse na participação do comitê citada por 45%, falta de recursos financeiros para aplicar em projetos ou ações, mencionada por 36% e dificuldades na efetivação das deliberações pelos órgãos competentes com 27% das opiniões. De fato, da análise da composição do Comitê no biênio 2013-2015, constata-se um grande número de vagas não ocupadas por membros, principalmente em relação à categoria de usuários.

O bloco de perguntas acerca da temática *visão do membro em relação ao Comitê* se encerra com questionamentos mais propositivos, afinal uma pesquisa deve sempre abordar um problema, mas, sobretudo propor soluções, melhorias. As sugestões feitas pelos membros carregam um significado maior, pois se trata de pessoas que vivenciam os problemas em seu dia-a-dia e que são capacitadas para lidar com conflitos relacionados à Gestão de Recursos Hídricos. Os entrevistados relacionaram as prioridades desejadas para o Comitê em sua opinião e as sugestões para melhorar o Comitê enquanto órgão de gestão. As declarações foram bastante interessantes, muitos abordaram a questão política, isto é, que a água precisa tornar-se prioridade na agenda política, independente da rotatividade de governantes:

**Uma prioridade muito importante era que a água entrasse como prioridade na pauta da agenda política.** Ela entrando como pauta na agenda política aí conseqüentemente o sistema funciona. **Hoje a nossa parte política ela não tem água como prioridade.** Água e a questão ambiental como um todo.

(Sugestões) Precisaria de pouca coisa. É um pouco disso que eu já falei. **O comitê só vai funcionar se tiver um órgão gestor do estado que seja forte o suficiente para fomentar a participação.** Se nós temos uma participação hoje fraca, mas, ao mesmo tempo nós temos um órgão gestor fraco. Se eu tiver um órgão gestor forte, eu voltei instrumentos para cobrar da sociedade esta participação, eu vou poder ir nas escolas, no rádio, e na televisão, nos blogs, para mostrar a importância desse rio e, na hora que eu mostrar a importância, todo mundo deseja participar, então eu vou aumentar a qualidade da participação social (grifou-se).

**Ter mais foco, mais articulação e mais projetos, metas pros municípios.** Se fica nessa de ah, veja se você faz alguma coisa, não faz.

**Na verdade, o Comitê faz o que pode e os entraves que ele encontra são entraves políticos, na verdade né, porque você se encontra naquela zona de interesse de cada político, de cada prefeito, de cada governador que entra e sai, de cada deputado.** Então pra o Comitê em si, eu acho que ele está no caminho certo, o que deveria mudar é a forma de abordagem com a parte política, com os gestores. **Tentar ser mais incisivo, tentar modificar talvez os poderes do Comitê pra tentar ficar algo mais obrigatório e não muito subjetivo de se você quiser fazer, e sim de você tem que fazer** (grifou-se).

A maioria dos entrevistados definiu como prioridade e sugeriu que fossem implantados os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos previstos na Lei 9.433/1997, são eles: Plano de Bacia, outorga dos direitos de uso dos Recursos Hídricos e a cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos.

Ênfase da necessidade do Plano de Bacia como base do planejamento da gestão:

A minha visão hoje, como gestor público, eu vejo hoje é a **organização do planejamento**. Não é só um fórum de discussão, é de aplicação e de encaminhamentos até que as instituições, por exemplo, **pra mim a questão de planejamento é o plano de bacia que nós não temos. Como é que a gente vai estabelecer as prioridades, se não for através de um planejamento, pra não virar uma questão de improviso, de ficar refém pelas demandas e emergentes. Então pra mim, o plano de bacia é um instrumento que tá faltando e que ele tem que ser elaborado e implementado** numa forma de se saber as ações a curto, médio e a longo prazo e ao mesmo tempo, facilitar o acompanhamento e avaliação sobre as ações do Comitê. Até pra ter os marcos e o acompanhamento e avaliação e buscar instrumentalizar a gestão. **Então o Comitê de bacia, ele tem uma missão, um papel dentro do sistema, que a gente não perca de vista a gestão de recursos hídricos e o papel dos comitês e não virar somente ponto de discussão de problemas.**

Eu vejo que esse é o ponto chave, eu vejo ele como estratégico. Assegurar por exemplo, no plano de bacia, a sua elaboração e implementação nos orçamentos anuais de quem faz a gestão da bacia, no caso concreto o IGARN e a SEMARH, quanto a garantia desses instrumentos de gestão na licitação de consultorias e ao mesmo tempo elaborar esses produtos com a participação do Comitê e demais envolvidos. Então eu vejo, um dos caminhos é identificar durante o ano, não é só o funcionamento das reuniões e isso vem ocorrendo, mas **é a realização desses instrumentos e colocar em pauta em termos de cronograma, a elaboração desses instrumentos e o acompanhamento dos órgãos** (grifou-se).

Destaque para a importância da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos, bem como um panorama dos aspectos necessários à sua implementação:

Prioridade, atualmente, eu acho a **cobrança**. Se eu colocar outras aí, aí vai mascarar porque é aquelas necessidades já batidas, óbvias demais, sabe. Cobrança de água, começando, iniciando pela própria CAERN, a companhia de água e esgotos que retira da lagoa do Jiqui mais, eu acredito que mais de 20 milhões de metros cúbicos por ano, muito mais, a lagoa de Extremoz é isso. Então, bota aí, se colocar 30 centavos ou 20 centavos em cada mil litros né, quanto dinheiro só da companhia de água e esgotos, aí depois viria outras indústrias maiores. Eu não sou a favor de pegar qualquer usuário, um pequeno irrigante, um pequeno agricultor, não, partiria dos maiores né.

A principal dificuldade é a **falta de estrutura do próprio órgão gestor**, que no caso é o IGARN atualmente né. **Porque pra você cobrar uma água bruta, o órgão tem que ter uma infraestrutura que justifique aquilo ali e ela também só vai ter essa infraestrutura se tiver recurso, é uma coisa que depende da outra.** Então tem que partir de um mínimo, um corpo técnico, um ambiente favorável a todo um cadastro atualizado, fiscalização principalmente né, melhorar também as condições de recuperação da bacia, já que vai cobrar, quem vai pagar, quer uma qualidade melhor né. **Então, é algo muito delicado, complexo porque a CAERN, ela é uma usuária, mas no mesmo tempo ela faz parte, ela é vinculada à Secretaria (SEMARH).**

Nesse mesmo tempo, ela é uma poluidora. Então ela polui e vai pagar pela água que ela polui também, água bruta. Então são pontos muito fortes que tem que ser bem discutidos, **agora eu não acho, na minha visão, que não seja difícil, não é difícil porque é uma bacia pequena, os usuários são bem definidos, bem conhecidos, a justificativa da cobrança é bem fundamentada, então é uma decisão meramente política, só.** Porque se depender do grupo, do Comitê, se depender dos técnicos, IGARN, SEMARH, todos são a favor. Decisão política, o secretário, como Presidente do Conselho de Recursos Hídricos, viabilizar. Isso aí quem viabiliza, vai ser discutido no comitê e o conselho que dá a palavra final né. A prioridade, então, **é a cobrança e o enquadramento do corpo d'água**, que não temos, uma proposta para o enquadramento. **Não existe um plano, uma proposta de metas porque quando o corpo d'água, ele é estudado pra atingir o enquadramento compatível com o uso preponderante, aí ele passa a persistir uma série de metas pra chegar ali, então por isso que o comitê muitas vezes fica nessa coisa mais simples, só do diagnóstico porque não tem metas.** A meta, ela vem com o enquadramento. Então se foi lá, o uso prioritário aqui é o abastecimento humano e não está compatível com o abastecimento humano, pra ela chegar a abastecimento humano é preciso fazer isso, isso e isso, aí o comitê iria trabalhar em cima daquelas metas. (Sugestões) **Eu acho que o Comitê tinha que criar câmaras técnicas**, porque, como não tem as câmaras pra trabalhar questões específicas, então o comitê se reúne espaçadamente e fica, tipo assim, um encontro, **uma reunião como se fosse só pra não deixar a coisa morrer, mas de fato tem que ter eu acho uma atuação mais forte, no sentido de ter câmaras.** Por exemplo, uma câmara pra questão da cobrança, pro instrumento da cobrança, uma câmara técnica para o enquadramento e outras temporárias, mas pelo menos essas duas já poderiam. Eu já dei essa sugestão lá, todo mundo já acatou, já disse que é bom e tal, mas é hora de cobrar de novo (grifou-se).

O trecho da entrevista seguinte traz, além da necessidade de implantação dos instrumentos da política, a necessidade de o Comitê se tornar um Comitê de toda a bacia, pois hoje se trata de um Comitê de uma sub-bacia, ou um sub-Comitê. O interessante foi a evidência da relação entre a implantação dos referidos instrumentos com a vontade política para fazê-lo.

As prioridades é recuperação das Nascentes. É fundamental, a gente vai encampar uma luta grande pra gente **conseguir recursos pra gente poder recuperar as nascentes.**

(sugestões) Primeiro a gente ser um Comitê, da bacia, **conseguir que a gente seja ouvido pelo governador**, porque isso depende também da agenda com ele, com o secretário, quem vier, e que abrace essa questão, **que a gente seja um Comitê da bacia mesmo, em toda sua integralidade e a gente conseguir recursos financeiro para que a gente possa tocar as nossas ações.** Porque se agente tiver recursos direcionados, não só pra questão de poder mesmo garantir, até o salário da nossa secretaria, toda a gerência da secretaria, a gente não vai conseguir estabelecer metas, primeiro a gente tem que mudar esse quadro político, essa é a questão, **também se a gente não começar a forçar pra que a gente tem a cobrança mesmo da água, que a gente também tem o controle efetivo das outorgas, a gente não vai conseguir avançar. Então tudo depende muito das decisões políticas, eu acho que essa brecha se a gente conseguir mesmo esse marco de penetrar na questão política, aí sim nós vamos ter sucesso mais à frente.** O fortalecimento de toda a estrutura do Comitê, não é? Da

secretaria, da gente poder trabalhar com a logística, da gente poder trabalhar com essa questão lá fora, trabalhar com a questão ambiental, porque se a gente pudesse a gente também trabalharia nas escolas, então eu acho que isso é importante (grifou-se).

A prioridade de recuperação das nascentes do Rio Pitimbu foi citada tanto na passagem anterior como na seguinte:

**Recuperação dessas nascentes, eu acho que a questão da fiscalização mais sistemática no curso do rio.** Eu acho que uma das grandes ações poderia ser o próprio reconhecimento do Comitê numa grande **ação de incentivar a educação ambiental**, eu acho que ter ações nos municípios de discussão com a população, audiências públicas, provocar isso no geral e que **o estado cumpra seu papel de monitorar e fiscalizar as ações** (grifou-se).

Prioridades e sugestões relacionadas com os demais órgãos que compõem o Sistema de Recursos Hídricos do Estado foram citadas, e, novamente foi mencionada a implantação dos instrumentos de gestão previstos na lei:

**Olha, acho que o Comitê deveria continuar nessa luta pela estruturação dos órgãos que compõem o Sistema de Recursos Hídricos do Estado, chamando também atenção da população com a questão da importância que é esse Manancial para cidade natal, tanto em termos da captação distribuição da água quanto pela diluição de uma parte do nitrato. Estruturação dos órgãos para cumprir a lei, implantação dos instrumentos previstos na lei, e a questão de chamar a atenção da população para se educar em relação a essa participação** em termos gerais, que as vezes a educação tem que vir por multa, e várias outras questões, mas essas são as principais (grifou-se).

Proposta de o Comitê elaborar projetos para que sejam mais facilmente acatados pelos órgãos competentes, conforme trecho abaixo.

Eu acho que é **manter essa fiscalização que a gente faz** né e se aprofundar mais, **ser mais propositivo em soluções, por mais que a gente às vezes até fique sem... Fica meio desmotivado porque não vê esse feedback dos órgãos, mas talvez se a gente for mais propositivo, tentar de repente chegar com projetos...** Já é meio caminho andado por exemplo. Pra gente não ficar só naquela de dizer olha tá errado isso, podia ser feito dessa forma e esperar que os agentes públicos tomem esse tipo de providência. Talvez seja um caminho interessante (grifou-se).

A seguir foram dadas sugestões relacionadas ao cadastro de usuários, e à participação dos mesmos, enfim, medidas de educação ambiental dessa população do entrono do rio, dragagem, recuperação da mata ciliar, controle e fiscalização da BHRP, retenção do licenciamento de empreendimentos junto ao rio.

A prioridade maior hoje do rio, eu acho que é trabalhar exatamente esse **cadastro de usuários, é a gente conhecer quem são esses usuários,**

**trabalhar a educação ambiental dessa população que tá no entorno do rio né e assim, o rio hoje tá muito assoreado, então precisa dragar também o rio. Dragar, fazer o plantio de mudas de mata ciliar**, quando ele assoreia então se tinha mata, foi embora junto com a terra.

A primeira sugestão é cadastrar os usuários porque assim, quem está próximo, nós de Natal que moramos na zona sul, nós somos usuários do rio porque nós tomamos água do Jiqui, então assim de certa forma, a gente já tem nosso cadastro porque a gente é cadastrado na CAERN, mas assim população que irriga, que puxa a água do rio pra irrigar, as indústrias que usam a água do rio pra questão econômica, então assim, a gente precisa conhecer essa população usuária e a sugestão é o cadastramento. **A outra questão é exatamente esse diagnóstico né, atualizar esse plano de bacia**, diagnóstico de como se encontra o rio hoje. Tem muito trabalho feito sobre o rio, inclusive eu tô fazendo esse levantamento bibliográfico agora pra botar no nosso site do que se tem sobre o rio Pitimbu e atualizar esse plano de bacia pra poder tomar algumas atitudes. **Então, a sugestão é educação ambiental** porque se não trabalhar as pessoas que estão no entorno, esse rio não vai ser protegido. Há um querer do Comitê, inclusive nós mandamos até um ofício pra secretaria, pro IDEMA pra questão de **barrar os licenciamentos de empreendimentos junto ao rio**, impedir de licenciar empreendimentos próximos e a questão da dragagem do rio porque tem áreas que o rio tá totalmente assoreado, então tem que dragar esse rio (grifou-se).

**É o controle e fiscalização das bacias hidrográficas.** É complicado porque a gente fica com vários órgãos juntos. Em relação às atividades contaminantes nas bacias, em relação às atividades contaminantes do aquífero. As prefeituras né, pra uso e ocupação do solo, Plano diretor. Os planos diretores porque nos planos diretores que vai ter isso aí. Quem tem as zonas de proteção delimitada por lei são as águas minerais, elas que tem obrigação de fiscalizar. **Demarcação das áreas de proteção deve ser feito com a máxima urgência possível pelo poder municipal.**

(Sugestões) **Maior participação, principalmente de usuários.** Envolver o maior número de pessoas possível na discussão, eu sou o órgão que vou influenciar na degradação ou não da bacia, mas eu não tô participando da bacia. Discute-se lá, mas eu não tô sabendo aqui. Então se não tiver todas as pessoas envolvidas dentro do processo de discussão, torna-se insuficiente. (grifou-se).

A necessidade de envolver a população no processo de conservação do Rio Pitimbu através de pontos de visitação pública foi sugerida, também a revisão da composição do Comitê, pois, na opinião do entrevistado a sociedade civil precisa ter um peso maior no Comitê e a necessidade de o Comitê deliberar acerca de toda obra hídrica na BRHP, conforme citação abaixo:

Na minha visão, como o Comitê não tem uma ação mais executiva, ele devia se debruçar sobre os problemas enfrentados hoje pelo Rio Pitimbu e atacar constantemente esses pontos, seja o ponto das obras, por conta do lixo na beira do rio, o assoreamento é gravíssimo, nós precisamos fazer ações de desassoreamento em vários pontos, a recuperação da mata ciliar de onde foi degradado, porque tem que desassorear o leito do rio e fazer ação de recomposição da mata ciliar, proteger, cercar aquilo ali, **e acho que o Rio Pitimbu podia ter alguns pontos de visitação pública.** Eu achei um absurdo aquele muro que o exército construiu ali em cima da BR101, é um paredão na beira do rio, ali era para ter colocado uma mureta com uma

varanda ali de contemplação da beira do rio, inclusive não tem utilidade nenhuma.

(Sugestões) **Rever a base de participação, a composição do Comitê, onde deveria se colocar mais unidades consumidoras efetivas de água, gente que bebe água do rio, da CAERN pra que a sociedade civil tenha um peso maior no Comitê,** e esse peso maior da sociedade civil possa melhorar a atuação. **E segundo, que toda obra hídrica para obter o licenciamento ela deva passar pela aprovação desse Comitê, só poder ser autorizada depois de passar pelo Comitê,** vão fazer um condomínio na beira do rio, tem que aprovação do Comitê, agora pra isso precisa ampliar a sua participação e **melhorar a infraestrutura de funcionamento, pois hoje é uma pessoa que cuida de todos os comitês, então tem que ter secretaria própria, a gente precisa sair de dentro da secretaria de recursos hídricos, lá não funciona direito, o secretário nunca participou de uma reunião. Ninguém tem os dados de usuários, de outorgas, porque na gestão pública isso fica pulverizado, um faz o outro faz e essa salada é proposital para que essas ações não sejam levadas a sério** (grifou-se).

Fazendo um apanhado geral, com o questionamento acerca das prioridades desejadas e sugestões para melhorar o CBHRP enquanto órgão de gestão, resultados interessantes e bem diversificados foram obtidos. A maioria abordou: a implantação de instrumentos de gestão como prioridade -- o plano de bacia e a cobrança – e a necessidade de a água se tornar prioridade na pauta da agenda política. Também foi mencionado: criação de câmaras técnicas, recuperação das nascentes, estruturação dos órgãos que compõem o sistema de recursos hídricos do estado, o cadastro dos usuários, participar do controle dos licenciamentos dos empreendimentos junto ao rio, maior participação dos usuários, promover pontos de visitação pública ao rio Pitimbu.

#### 6.3.4 Contexto ambiental, social, econômico e político.

O ponto de partida para se contextualizar o CBHRP e a BRHP nos âmbitos ambiental, social, econômico e político é o processo de criação do CBHRP, entender como atores do governo, sociedade civil e usuários se organizaram para criar o organismo, se houve mobilização da sociedade. Observar se os membros do Comitê conhecem e como percebem esse processo também é um ponto relevante. Logo, os entrevistados foram requeridos a narrar o que sabem do referido processo.

Cinco dos entrevistados não descreveram o processo de criação, dentre eles, três descreveram outros assuntos, ou informaram que o que sabiam foi através de outras pessoas, sem informações precisas e os outros dois informaram que, devido ao pouco tempo de participação no Comitê não tinham conhecimento deste histórico.

Os outros seis deram depoimentos bastante aprofundados, mas que divergem entre si, por exemplo, três entrevistados relataram que a iniciativa partiu do poder público, posta a necessidade de cumprir a lei, que previa a criação dos organismos de bacia: “Foi através da ANA que convocou todos os estados à criação dos comitês e aqui no estado foi criado um comitê com esse formato”, disse um dos entrevistados.

Eu estava lá. Houve, houve (mobilização da sociedade), assim, **houve mobilização**, houve palestras em todos os municípios, houve carro de som fazendo essa um divulgação, houve distribuição de folders informando o que era gestão participativa, como podia se participar do Comitê, houve palestras em escolas, em universidades, houve a própria imprensa cobriu essas questões, falou muito, falou-se muito da importância do rio pra Natal, né, da preservação desse rio, o que ele representava. (Iniciativa partiu da população?) **Olhe não, essa iniciativa não partiu...** Partiu, tinha um movimento chamado Pró-Comitê, que era uma coisa pequena, que até ele fez muito barulho para criar o Comitê e depois sumiu, sabe... Sumiu e os representantes dele eu nem sei, assim são muito é... Tem um deles que era até da sociedade civil na época desse movimento e virou vereador, virou político também, teve cargo na prefeitura, foi né, e já aí, tinha outras posições como poder público, então assim, mas foi interessante, teve esse movimento que chamou a atenção dos órgãos públicos para a importância do Rio, **mas a iniciativa foi mesmo do Poder público porque tava na lei tinha que fazer aquilo, tinha que cumprir a lei**, então... (grifou-se).

**O Sistema Nacional de Recursos Hídricos impôs a gestão compartilhada com a sociedade, eu acho que é a horizontalização das decisões a nível nacional com relação aos recursos hídricos.** É uma forma de comprometer a comunidade com o uso de um recurso natural. Então nesse sistema nacional de recursos hídricos que houve aquela questão do direcionamento da criação dos comitês e aí foi em todo o Brasil criado os comitês de bacia (grifou-se).

Os relatos de outros três entrevistados, transcritos a seguir enfatizam que a criação do Comitê foi uma reivindicação da base da sociedade civil organizada que iniciou o movimento e o estado referendou essa reivindicação criando e instalando o Comitê:

O processo de criação do Comitê... Nesse caso essa questão é interessante, porque o ponto de vista de nós enquanto SEMARH é diferente de outros membros, nós trabalhamos na instalação, na própria criação. Então como é que se dá o processo de criação do comitê... Pode partir de duas formas: ou de um desejo da sociedade, ou de uma necessidade do Estado. O ideal é sempre que parta de um desejo da sociedade. A sociedade manifesta o interesse, no Estado monta-se uma equipe, nesse caso eu faço parte dessa equipe e a partir daí nós temos todo um protocolo a seguir, de documentação a providenciar, e são os passos de criação do comitê. Se cria o que a gente chama de um movimento Pró-Comitê quando a sociedade pede, a gente vai lá e referenda isso. É no Pró-Comitê onde a sociedade e poder público vão referendar o seu desejo oficialmente, depois do Pró-Comitê tem uma diretoria provisória, que é responsável pela instalação, e depois da diretoria provisória tem a própria instalação, aí o Comitê passa a funcionar realmente com seus membros regulares eleitos de acordo com o processo. **No caso do Rio Pitimbu, foi a sociedade, o Estado nesse caso gostaria de ter feito a**

**bacia toda, e não um sub comitê, mas o Estado acatou a decisão da sociedade e instalou o Subcomitê** (grifou-se).

Na época foi criada uma comissão, em 2003, a gente fez uma palestra, fez o primeiro contato com todas as instituições envolvidas, os principais usuários na época, foi convidada a sociedade civil, representantes da sociedade civil organizada, governos, órgãos tipo IDEMA, as prefeituras dos municípios de Macaíba, Parnamirim e Natal... Tinha representante da Assembleia Legislativa, tinha representante de uma ONG que era Pró-Pitimbu na época, que quem coordenava essa ONG era Calazans. **Então essa reivindicação foi principalmente da base da sociedade civil, foi encaminhado, eu lembro, ao conselho na reunião do conselho de recursos hídricos** e aí foi iniciado com essa reunião, onde inclusive eu que fiz a palestra mostrando as características do rio, a necessidade, e colocando em discussão a questão se seria uma bacia, um Comitê da sub-bacia ou Comitê da bacia como um todo. E na época, a questão da Lagoa do Jiqui, do Rio Pitimbu, que o foco era o abastecimento, ainda é em Natal, e o abastecimento se resume ali à lagoa do Jiqui; e **como era o primeiro piloto, o primeiro Comitê, o pessoal na época achou que a mobilização seria mais complicada se fosse para uma bacia maior, como era o piloto a gente poderia começar por uma sub-bacia**, e Calazans que era o representante da sociedade civil foi o que mais defendeu isso. E eu e a equipe da secretaria, o nosso papel na época era ouvir os outros né, principalmente os usuários, a sociedade civil organizada e aí ele se fundamentou bem, procurou inclusive na Agência Nacional de Águas saber se podia, foi sinalizado que podia. **Aí, a partir daí, quando se definiu que ia ser só em relação àquela sub-bacia, foi que começou todo o trabalho de mobilização social.** Aí era assim, toda semana se reunia com um grupo de usuários para explicar o que era o Comitê, o papel dele no Comitê, foi parecido com uma capacitação, era o primeiro no estado. Então isso permaneceu, essa mobilização, eu não lembro assim quantos meses, mas pelo menos uns 8 meses.. De 8 meses a 1 ano, foi só pra isso.(...) O trabalho começou em 2003. Aí foi um ano só para as primeiras reuniões, mobilizar, depois escrever a normativa, ir pra conselho, aprovar, aí veio a aprovação da criação pra depois se instalar, porque cria primeiro, mobiliza, cria, instala. Daí, da instalação até hoje, eu acho que já deve ter passado aí uns três presidentes. Basicamente essa história mesmo (grifou-se).

Houve. Na época, já existia um movimento Pró-Pitimbu que partiu de um professor aqui do IF né, professor Aldan. Ele tava fazendo a tese de dissertação dele, a dissertação dele é sobre o rio. **Então ele começou a ver os problemas que o rio estava enfrentando e levantou a bandeira desse movimento pró-Pitimbu e a partir daí a secretaria se sensibilizou pra montar, instalar o Comitê** (grifou-se).

Foi questionado se há relação do CBHRP com outros fóruns participativos, pois é uma questão importante para se medir a integração da questão da água com as demais questões, como meio ambiente, saúde, educação, etc. Nove dos entrevistados responderam que não tinha relação ou que não sabiam responder. Um dos entrevistados declarou, “O Comitê do Pitimbu tem um assento garantido no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e no Fórum Nacional dos Comitês de Bacia”. Outro “É e tem também o conselho de meio ambiente que também tem alguns membros que fazem parte, então assim, tá sempre interagindo”.

Outro ponto importante abordado foi acerca da transparência das informações do que é discutido no CBHRP para os usuários e sociedade civil, mesmo não sendo membros do Comitê. A partir desse questionamento todas as respostas foram positivas, no sentido que há acesso à informação, destaque para alguns trechos das entrevistas que trouxeram mais informações, inclusive propositivas para melhorar esse acesso, uma vez que hoje o blog traz as convocações das plenárias, mas não traz outros dados importantes como as atas, projetos, ora, é o que a Secretaria Executiva consegue desenvolver, já que não se tem os devidos recursos, para obtê-los é necessário entrar em contato com a Secretaria Executiva, que prontamente atende às solicitações:

Sim, há, e assim, poderia ser melhor? Sempre, poderia ser melhor, mas **hoje nós temos um blog onde divulga as reuniões e através do blog, do e-mail e do twitter**, nós temos *twitter* e estamos pensando em criar um “face” também, a mídia social é muito forte nisso e, assim, sempre que a sociedade, através de um e-mail ou de algum instrumento, ele solicita as informações, nós prontamente atendemos. **Algumas informações, obviamente não está no blog, por uma falta de pessoal mesmo ou de um instrumento mais adequado de expor aquela informação, mas a informação existe e está disponível para todos que queira vir pegar.** As reuniões são públicas, é divulgado... (grifou-se).

Assim, **isso não tá exposto no site, nenhum documento que esteja toda hora ali disponível**, mas tá disponível pra quem quiser saber, as atas, elas ficam lá na SEMARH com os responsáveis, o secretário e vice-presidente, acredito, pra ser consultado. (grifou-se).

É, tem um dispositivo fora o que a gente tem aqui dentro, blog, a gente tem que tem um grupo que ainda é entre os membros, **mas aí barra naquela situação, você só consegue fazer marketing também prol da defesa da conservação você tiver recursos, então sempre trabalhamos na questão dos recursos porque se a gente tivesse recursos aí teria um site independente, teríamos aí uma fanpage completamente maravilhosa**, e quem é que não gostaria de estar se dedicando muito mais, com mais gente trabalhando, jornalistas alimentando toda a fanpage, **barra exatamente na questão dos recursos** (grifou-se).

**Olha tem que ser um processo transparente, até é aberto publicamente, então tem que ser divulgadas as reuniões na imprensa** quando vai ter, que é para quem quiser, eu acho que isso não está sendo cumprido, **é preciso colocar na página da SEMARH, na visibilidade num site**, informar a imprensa, através de um release ou outro que vai ter reunião do Comitê me tal data, tal horário (grifou-se).

A transparência das informações do que é discutido no CBHRP foi abordada nas entrevistas, os membros relataram que acreditam que há acesso à informação a todos que buscarem, mas ela fica retida na Secretaria Executiva, pois a falta de recursos impede a manutenção de um endereço eletrônico que contenha os dados das atas, projetos, regimento, moções, etc.

Kemerick (2013, p. 20), cita a divulgação das informações pelo comitê como um exemplo de atividade para aumentar a amplitude das suas relações sociais do na sociedade tornando-a mais inclusiva, especificamente a:

Manutenção de um site na web, contendo documentos oficiais do órgão, legislações, ações do comitê e espaço para discussões. Com isso, o órgão implementa uma ação de transparência e prestação de contas junto a seus representados, o que o confere uma maior legitimidade para articular e representar os interesses da bacia.

Os entrevistados mencionaram, em diversas situações das entrevistas que o tema da água está fora da agenda política, com isso, foi feita uma pergunta bem direcionada nesse sentido, se há líderes políticos envolvidos na gestão do rio, se eles se envolvem com a questão da água como deveriam e se têm projetos relacionados.

Sete dos entrevistados informaram que não há líderes políticos ou que desconhecem o envolvimento de alguns ou que ele é incipiente. Relato desses participantes: “Líderes... Membros como líderes, eu não conheço nenhum, político, vereador, candidato. Não, eu não conheço”; “Não, quando a gente convida os políticos eles fogem. (risos), é todo mundo correndo, compra logo um jatinho”; “No comitê em si, não tem nenhuma participação política. Apesar de ter representantes dos três municípios, mas não tem nenhum político não”;

Olhe... se há líderes políticos, eu vou dizer que tem... eles se envolvem em projetos? **envolve, mas de uma maneira muito incipiente.** É assim, infelizmente, nós vivemos numa democracia, bancado pelo um capitalismo, onde, dinheiro é um problema muito sério nesse país, ou a falta dele, então assim... Líderes políticos tem, vai, num vai você escuta por aí político levanta a mão na campanha, dizendo que água é prioridade... Mas esse mesmo líder político de repente é dono de um empreendimento aí que vai poluir. **Então assim atuação dos diversos públicos de a bacia para defender a bacia existe no discurso na prática a gente tem dificuldade de encontrar.** Porque a prática dos discursos vai contra a sua concepção política ela precisa partir do sistema que elegem eles. **Às vezes os interesses particulares sobressaem ao coletivo** (grifou-se).

Não. Normalmente, agora como houve a mudança na gestão do governo estadual, o ano passado foi discutido uma pauta do que seria levado pra essa nova gestão, pra os deputados, pra o governo, pra eles se posicionarem, **mas até o momento não houve um retorno do que se pode fazer e das coisas que foram solicitadas, os recursos pra o melhor andamento do Comitê** (grifou-se).

**Eu vejo isso muito pouco. A atenção política, no seu sentido político de vereadores, deputados, representantes do executivo, eu vejo isso de forma ainda muito tímida.** Acho que esse envolvimento importante das autoridades deveriam ser maiores, eu acho ainda muito incipiente. Trazendo uma pauta de problemas na sociedade, **eu não vejo Recursos Hídricos, hoje, colocado na pauta de prioridades de forma mais realçada, precisa**

**isso tá mais... Apesar de toda crise que tá aí, mas isso precisa tá na pauta de toda agenda política** (grifou-se).

**Olha eu sinto, pouca coisa aí**, pouco envolvimento onde você em algum debate político lança a questão do Rio Pitimbu, **eu noto que alguns governantes, eu até não gostaria de citar aqui, mas até não sabe direito ou se faz de doido está totalmente fora da agenda política** (grifou-se).

Os outros quatro entrevistados elencaram dois líderes políticos que consideram sensíveis à temática de Recursos Hídricos:

Não, no Comitê assim que eu tenha conhecimento, no Comitê não. Desconheço mesmo o contexto como se dá isso, a prefeitura de macaíba tem se tornado um colaborador, o INCRA. **Em termos de política quem tem uma ação é o Deputado Mineiro, acho que uma pessoa sensível à temática e inclusive discute quando é provocado.** Eu acho que quando a gente quer discutir uma temática, por exemplo, a criação da lei estadual da economia solidária, fomos procurar o deputado para ele apresentar o projeto, depois da mobilização. **É uma pessoa que tem sensibilidade**, a própria articulação do semiárido potiguar, a gente tem provocado e o deputado incentiva, **mas atua muito mais quando provocado** (grifou-se).

A gente tem alguns políticos que se envolvem né. **Tem Mineiro, que trabalha muito com a questão ambiental.** Mas assim, Mineiro é uma pessoa que se envolve muito porque também ele trabalha muito a questão ambiental e tem um menino do PCdoB, esqueci o nome dele agora, mas ele também se envolve porque ele faz parte da região metropolitana, da comissão (grifou-se).

Sim, tem. **Se você olhar George Câmara, ele apresentou um projeto na questão das águas do mar que seja colocado uma placa e as análises semanais em todas as praias urbanas.** Se você pensar, isso aí indica pra população a qualidade da água do mar em todas as áreas de banho. Isso foi uma decisão política dele e do partido dele que mostra pra população, dá uma segurança pra população na hora de levar uma criança a uma praia, se ela está ou não adequada a utilização por banho (grifou-se).

**Eu acho que vai entrar mais porque a sociedade está cobrando e eles precisam dar uma resposta, mas tem muito poucos políticos que se envolvem**, o mais envolvido com as questões ambientais hoje é Mineiro aqui, sempre participa, até mesmo a prefeita que era do partido verde e eu fui lá na reunião quando ocorreu a grande catástrofe da BR e eu falei, mas você é do partido verde, mas sua prefeitura pouco participa, faltava a muitas reuniões, mas isso também é um papel de quem preside o Comitê, chamar para participar (grifou-se).

Assim, a questão do envolvimento político com a gestão dos recursos hídricos foi abordada e em geral, expôs-se que se trata de uma temática fora da agenda política. 36% dos entrevistados citaram algum líder político que consideram estar envolvido, os demais informaram que o envolvimento é muito incipiente, e quando ocorre fica estagnado no discurso político e é esquecido na prática.

Qualquer temática que seja relevante e de interesse da população, ainda mais em um país democrático, deve ser divulgada em meios de comunicação, não há dúvida que os Recursos Hídricos se enquadram nessa lista. Com isso, os membros foram consultados sobre a existência de formadores de opinião (jornais, revistas, televisão) envolvidos na questão da água, e se eles se manifestam, quando o fazem.

Dos entrevistados, dois informaram que não têm conhecimento do envolvimento da mídia, ou que ele inexistente. Um informou que sim, há envolvimento profícuo dos formadores de opinião na questão da água, que esse interesse ocorre sempre que há uma catástrofe:

**Eu acho que estão sim, há uma séria preocupação, a mídia, pelo menos na minha gestão eu acho que eu dei umas 50 entrevistas para rádio, televisão, ele que procuram, sempre que acontece uma catástrofe...** Por exemplo, aquela questão da BR que impactou que ficou interditado, quer dizer, aquilo causava um transtorno para a cidade né a voçoroca também que apareceu lá em Nova Parnamirim também foi uma questão (grifou-se).

Os demais oito entrevistados informaram que, apesar de perceberem certo envolvimento dessas instituições, o consideram muito incipiente, ou limitado a poucas datas comemorativas (dia da água, etc.) ou movido por interesses dos órgãos financiadores.

Não, eles se manifestam, agora... Engraçado, eventualmente, a cada semestre, umas duas vezes por semestre, uma mídia, dessa daí que eu não vou citar o nome agora, ele liga para cá, pede informação, é fornecido toda a informação... Aí logo em seguida sai uma matéria falando mal, não do Comitê, mas da questão ambiental. Vou lhe dar até um exemplo, mês passado a mídia ligou, perguntou informação como é que funciona e "pápápá". Bom, quando ele conseguiu a informação fez uma matéria mostrando que na lagoa do jiqui, nos finais de semana o pessoal vai para lá e faz a degradação... Perfeito, está correto, mas ele não faz a parte que eu questiono a mídia, por que que eles não fazem uma mídia educativa, de conscientização, de preservação, eles só fazem a mídia para denegrir a imagem? **Então assim, tem atuação na mídia, mas ela não volta para o benefício da bacia, ela faz uma crítica e muda de assunto.** Problema na lagoa do Jiqui, beleza, problema identificado, o que podemos fazer para resolver esse problema? Eles não trabalham essa linha. **A mídia desconsidera isso, eles só querem falar do que vende que é a parte negativa,** aí ele não vê a parte que a prefeitura de Natal, Macaíba, Parnamirim estão lá, os fiscais estão fiscalizando, mas final de semana o fiscal está em casa gente, ele não trabalha final de semana. Aí no final de semana o cidadão foi lá tomou a cachaça dele e deixou lá... Sim, agora precisaria de uma mídia que se voltasse pra educação, que fosse às escolas, levasse um cordel, levasse um instrumento que melhorasse em 10, 20 anos a cultura do povo, mas não, **a nossa mídia, infelizmente, ela é sensacionalista e só vende desgraça. Ela não está preocupada com a questão educativa. Geralmente quando há marcos positivos pro rio ela também não divulga.** Nós cobramos do DNIT o DNIT fez o trabalho de recuperação, o trabalho foi mal feito, nós cobramos para que eles refizessem, foi refeito, ou seja, houve todo um trabalho uma gestão do comitê sobre essa problemática, mas eles só divulgaram o desastre que aconteceu. A parte de recuperação ambiental, isso não foi divulgado (grifou-se).

**Existem, mas a manifestação é muito escassa, pontual, é como se fosse uma data comemorativa. 22 de março, dia da água, vamos colocar economize a água, aí propaganda... São Paulo tá com crise de água, vamos todo mundo falar um pouquinho da água, mas isso não é culturalmente implantado.** No reuso, na captação da água de chuva por exemplo, não é explicado, não é passado pra população, a importância de você ter a vegetação pra você manter o lençol freático cheio. Isso não é passado, então as pessoas não tem noção de como isso funciona (grifou-se).

**Hoje, é onde a gente vê a importância dos meios de comunicação de massa.** Eles têm trazido a questão de água constantemente, não voltada pra nossa região, do nosso sofrimento, mas em termos nacionais, principalmente a televisão, levando questões gerais. **Mas aqui o rio Pitimbu, ele tem até alertado na imprensa local.** Pra mim, eles hoje é quem tem a bandeira mais forte. **Agora, reduzida muitas vezes aos encontros de comemoração do dia da água, que ocorre em março, na semana de meio ambiente, mas assim, digamos pautados** (grifou-se).

Ah não, os jornalistas só procuram a gente quando eles querem fazer uma reportagem. Nós não somos em nenhum momento convocados, gostaria muito, porque **se a mídia fosse participativa né, ajudaria muito a gente, isso seria interessante porque se a gente pudesse ativar a mídia, porque tem tantas coisas que se poderia voluntariamente se eles quisessem fazer seria maravilhoso porque dinheiro nós não temos para gastar com mídia** (grifou-se).

**Se for relacionar isso com o Comitê aqui no estado, aparece muito mais na falta na crise, só aparece na hora da crise, é o que dá notícia outras ações que possam ser feitas não interessa.** Não é do Comitê mais você tira hoje o que tá ocorrendo na barragem de Oiticica, quando dá notícia é que os caras foram lá impediram a construção da barragem porque iam ser prejudicados, sem indenização, aí foi provocado o estado, pronto, aí da notícia. Aí o governador foi lá (...) estão negociando. **Aparece isso, outras ações menores não aparecem. O próprio estado esconde isso, as ações do Comitê.** Eu acho que pouca gente no estado sabe da problemática que está tendo da bacia do rio Piranhas-Açu com a Paraíba... isso não dá IBOPE, você dizer que a Paraíba tá querendo fechar lá em cima e nós vamos ficar sem água aqui em baixo, é muito mais fácil você dizer que a barragem armando ribeiro está secando, mas existe o conflito (grifou-se).

**Olhe, vez por outra você vê alguma matéria, assim, mas eu não creio que tenha uma sistemática entendeu?** é própria, às vezes é um interesse local, às vezes a mídia também a gente tem que filtrar, eles estão incluídos nessa máquina da politicagem, então quando se faz uma matéria do Pitimbu não é a seriedade de se fazer aquilo sistematicamente, **é porque aquela matéria naquele momento, embora ela expresse um problema do rio e tudo, mas quando você vai ver o jornal tem um interesse de alguém naquela cadeia, não é o Pitimbu.** Infelizmente o que você assiste na mídia é isso, você detonar de acordo com o ideal, a liberdade de imprensa hoje ela é tida pra isso, pra você usar, usar (grifou-se).

**Quando são provocados, geralmente. Existe, a TV, ela tem divulgado as ações, têm divulgado as intervenções, os problemas que o rio enfrenta.** De vez em quando, a gente é convidado a falar um pouco sobre as questões do rio, inclusive o Ministério Público, e quando o Ministério vai, você sabe que a imprensa vai junto né. **Então assim, tem tido uma boa divulgação** (grifou-se).

**Depende do interesse de quem financia esses meios de comunicação.** Quando tem interesse contrário, eles não divulgam. **Se for afetar algum**

**financiador do meio de comunicação, eles não divulgam, eles escondem a informação** (grifou-se).

Assim, em relação ao envolvimento da mídia na questão da água, majoritariamente se considera que há, mas ainda muito incipiente. O interesse da mídia nos recursos hídricos ocorre no dia mundial da água e quando há grandes catástrofes, ela atua muito mais divulgando a parte negativa, em vez de se ater à questão educativa, da qual a população tanto carece. Sabe-se que a mídia tem vários interesses por trás dela, os financiadores, em geral são as desgraças que mais têm ibope, trata-se de uma questão cultural negativa dos brasileiros.

Para caracterizar os impactos ambientais e o grau de degradação que hoje se encontra o rio Pitimbu na visão dos membros, foi feito um bloco de perguntas sobre qual grau de degradação que se considera que o rio se encontra, e quais as fontes poluidoras, se os problemas sociais como falta de saneamento, ligações clandestinas, e o crescimento urbano afetam o rio Pitimbu, e se o CBHRP tem discutido essa questão.

**Eu acho que ele está num grau de poluição, não muito alto, digamos médio**, ele é diferente dos outros... ele não está num grau de poluição muito alto. Existe? existe. Quais? **Esgoto, a drenagem urbana**, ela... a lei diz que não pode ir nenhum efluente ali, choveu, a água que drenou na rua não pode ir pra dentro dele não, ele não, a água choveu, escorreu vai pra dentro dele. A CAERN era para fazer o tratamento o reúso e não se faz, então assim, precisaria, obviamente, de algumas adequações, ele ainda tem poder de depuração, a contaminação que tá batendo dentro ele está depurando, ele tem poder de depuração, mas precisaria realmente um trabalho mais voltado aí.

(Crescimento urbano afeta o rio Pitimbu? O Comitê discute essas questões?)  
**Sempre, afeta com certeza e agente tem encaminhado essa denúncia para os órgãos competentes, afeta, por não cumprimento da legislação de proteção do rio Pitimbu. Então ele é o único Comitê no estado que tem uma legislação específica para protegê-lo.** E ela, apesar de a gente... Nós sempre cobramos do IDEMA e da SEMURB, SEMOB, mas a gente percebe que **a lei deveria ser cumprida com mais rigor** (grifou-se).

(Crescimento urbano afeta o rio Pitimbu? O Comitê discute essas questões?)  
**Afeta muito, (o Comitê) discute, mas acaba encontrando um grande entrave, que é o acesso através dos governantes porque tem coisa que pra você resolver depende do prefeito, do município que depende do estado, do governador que vai depender do governo federal e aí é uma esfera que praticamente não se consegue atingir.** Tenta, se discute, se.. mas dificilmente consegue. **Aqui na cidade a gente tem essa questão de que as nascentes tão numa área de assentamento**, então elas tão protegidas, elas têm varias atenções então aqui não tem tanto problema. **Mas quando ela vem passando pro meio urbano, que é Parnamirim e Natal, é quase que esquecido a importância do rio e vários dejetos são lançados, industriais, residenciais.. Tornando até ele quase impróprio né em alguns trechos.. quase impróprio não, impróprio mesmo pra o uso.** **Fonte poluidora principal, as duas principais né, é a construção civil, são os esgotos domésticos né que é lançado diretamente no lençol e os**

**resíduos industriais, os líquidos industriais que são lançados em muitos pontos em natura né, eles são lançados diretamente.** Eu acho o percentual do grau de degradação é uns 80%. (grifou-se).

Bom, é sempre uma polêmica, porque **a bacia sofre desde sua Nascente até a sua desembocadura ela sofre com agressões.** Mas eu cito assim... é lógico que o crescimento,  **você tem centro industrial avançado em cima da bacia, em Macaíba, você tem empresas, aterramentos,** eu achei muitas coisas que eu nem sabia fiquei sabendo semana passada. (...) Então, de aterramento, **esgotos in natura,** seguiam exatamente pelos condomínios inclusive hoje pelo principal gestor de São Gonçalo do Amarante, o prefeito, na gestão dele que foi a COPHAB, o esgoto da COPHAB, ele é o engenheiro foi ele inclusive que é o autor dos projetos, e várias outras coisas mais, tudo desemboca pra dentro do Rio, **o cemitério** eu falo muito né mas eu falo pra pessoas, e as pessoas assim olham de lado pra mim,  **porque eu digo que nós estamos tomando, estamos bebendo, estamos comendo, e tomando banho com água dos nossos entes queridos,** é verdade, (...) Você tá à margem do rio, e eu inclusive vou dizer uma coisa pra você, que fique gravado realmente é pra ficar que eu fiz uma entrevista com um coveiro lá do Morada da Paz, e ele disse pra mim o seguinte doutora aqui, o defunto morre duas vezes, eu falei assim: mas como assim? Uma é de morte morrida, e a outra ele é afogado, porque quando chovia, então o aquífero subia muito, não é, lógico, você está na cabeceira do rio, você tem uma recarga muito grande, e aí você tinha um afloramento já grandioso do rio o solo então aquilo ali, o que tinha no vácuo ali, no interior água entrava e o caixão era suspenso pela água, então tava afogado, então ficava ali... E aí, uma das problemáticas que eu fui levantando foi o seguinte, **o material daquilo, é o necrochorume,** aí você tem o seguinte, por exemplo, um paciente que vem na quimioterapia. O paciente que vem da quimioterapia ele tomou parte da vida restante final dele quimioterapia, aquilo ali altamente **radioativo, altamente contaminante, além disso, em contato com a umidade da Terra e do solo que existe na margem do rio, as peças de metais dos caixões, as alças e crucifixos vão se decompondo,** aquilo tudo vai descendo vai percolando, aí eles alegam que diz que tem uma laje, a laje toda cheia de fissuras, não existe concreto impermeável, então tem falhas ali grandiosas e aquilo penetra no solo, a água de tanto bater, a umidade, vai criando aberturas e aquilo vai percolando no solo, e depois que o metal se instala, não sai mais, não tem como neutralizar, então água desce vai para estação de tratamento mas a estação não tem como neutralizar. Não tem como você neutralizar metais, não tem mais, então vai se acumulando, ele é bioacumulativo, e aí se aquilo cai pra pessoas sensíveis, se você tem pré-disposição para ter um C.A. em determinado órgão,  **você potencializa.** Então assim, existe uma questão também, por que aquele cemitério se instalou ali,  **por que se deixou fazer o desmatamento da mata atlântica, por que houve um apelo, um colegiado todo a favor, o órgão ambiental ali chancelando aquilo ali,** né num empreendimento altamente criminoso, entendeu?  **Então assim, além das indústrias, o esgoto simples das fossas sépticas também que percola aquilo ali, essa questão das agressões do adensamento maciço da zona urbana, lógico que vem contribuindo com a morte do rio, tanto é que você vê a grande população de aninga, as plantas aquáticas que você sabe que elas só se fixam em áreas realmente altamente poluentes...**

(Crescimento Urbano)  **Afeta sim porque você tem crescimento desordenado,** você tem uma ocupação não somente de uma demanda populacional, mas tem também uma impermeabilização do solo, porque exatamente o solo todo adensado, isso impermeabiliza e aí você fica sem ter muitas áreas de recarga.  **Aí a gente vê outros problemas mais porque se a gente tem um grande adensamento, uma verticalização das cidades, um crescimento descontrolado das cidades, você tem também uma**

**pressão muito grande em cima dos recursos naturais e você já começa a trabalhar também com má qualidade dos recursos, então esse é um problema. E essas áreas livre para recarga do aquífero você não tem mais estão todas impermeabilizadas.**

(O Comitê discute essas questões?) Ah sim, **não só a gente discute, como se vai a campo**, a gente fotografa, faz os registros, se escreve, se pontua tudo, **se lava relatórios importantíssimos e a gente leva as discussões** (grifou-se).

A gente tem aí a questão do **desmatamento clandestino, o lançamento em terrenos baldios de lixo, o uso desordenado**. Apesar de a gente já ter todo um acúmulo, a gente tem que tá acompanhando diariamente a questão da ocupação nas margens dos rios.

(Crescimento urbano afeta o rio Pitimbu?) Diretamente, **a questão da impermeabilização das áreas, lançamento de efluente de esgoto doméstico, temos região próxima também de indústria e os parcelamentos, a pressão imobiliária ao longo da bacia**. Eu diria que essa é a principal questão e que vai ao longo do rio e intensificada em Parnamirim e Natal (grifou-se).

**O pessoal hoje não respeita mais a faixa, as cotas estabelecidas pra você construir**. Eu não sei nem se liberaram ainda, aquele condomínio. Impediram o condomínio mais do lado de cá da Cidade Satélite tem ginásios, tem casas, invadiram tudo o próprio Morada da Paz e os conjuntos que foram construído nenhum daqueles você pode pegar, tecnicamente **se você medir nenhum daqueles está na cota estabelecida distância que deveria ter o Rio, então assim O Impacto é monstruoso**.

Assim, degradação, o grau, como eu conheci só a nascente assim, eu não posso te dar essas partes aí, eu posso te dizer que uns 60% eu acho que o rio tá degradado. **E as fontes, eu acho que os próprios assentados lá , lava carro dentro do rio, lixo, tem um canto lá que o pessoal faz picnic, lava moto, essas coisas todas, e as próprias indústrias. O impacto né o assoreamento com as obras da Prudente, o impacto que essas moradias no entorno causam dentro do Rio**. Pelo que eu já vi eu considero isso um 60 por cento ou mais, se eu dissesse que está menos eu acho que eu estaria subestimando.

(O Comitê discute essas questões?) Tá posto na mesa, eu acho que a problemática não é de hoje, **eu acho que é ação existe o Comitê discute, mas é muito frágil pra botar na prática, ou você consegue Aliados e eu acho que é um aliado forte a questão do Ministério Público, O estado é provocado quando a justiça vem, um promotor desse vem. (...) Mas assim só é provocado quando entra na justiça, a ação do Comitê... Mas pelo menos é uma coisa que tá dentro do comitê, essa temática essa ação dentro do Comitê** (grifou-se)

Olhe, **há muitas fontes poluidoras**, a degradação eu acho que maior, **o lixo na beira do rio, o despejo de águas de esgotos diretamente, a água pluvial ela carrega lixo e poluição para dentro do rio no lugar de ser uma fonte de abastecimento e limpeza, podia ser, também virou fonte de problema**, ao ponto de você ter que hoje ter que ter estação, um pré-tratamento dessas águas pluviais e, **principalmente os empreendimentos licenciados à beira do rio**

(O Comitê discute essas questões?) Com certeza. Tem, tem discutido, **mas com pouca gestão sobre isso**.

(Crescimento urbano afeta o rio Pitimbu?) Com certeza o avanço e aí **os municípios com os planos diretores avançaram com os loteamentos lá, os empreendimentos, responsabilidade da prefeitura de Natal, de Parnamirim autorizaram posto de gasolina, cemitério, condomínio que está poluindo, jogando água, tudo na beira do Rio, na margem do rio pitimbu, agressões, o DNIT lançando a água das rodovias direto lá, aterrando, assoreando, eu podia passar o dia aqui listando e vem a**

**população jogando lixo**, porque também vê o DNIT aterrando o rio aqui, a prefeitura autorizar o moradia da paz, o outro lá tá autorizando o condomínio, a outra autoriza o posto de gasolina, tudo passando por órgãos ambientais com placas, estudos, mas ali o estudo é: aqui eu não autorizo nada (grifou-se).

(Ainda há fontes poluidoras?) Sim. Pra mim, **a pior fonte poluidora é a questão do esgoto** e... Talvez, eu não tenho a certeza de como está o lançamento hoje, atualmente, de efluentes industriais, esgoto, efluentes industriais e a questão de agrotóxicos.

(O comitê tem discutido essa questão?) Sim, tem.

(Crescimento urbano afeta o rio Pitimbu?) Aí sim, ele vai afetar se as condições para a expansão urbana, as condições de infraestrutura não existirem, não existir o saneamento, coleta de água, tratamento, o licenciamento, os instrumentos da política de meio ambiente não forem aplicados adequadamente, não adianta fazer a gestão de recursos hídricos lá, sozinho. **O instrumento da política nacional de meio ambiente influi diretamente lá, então vem aí o licenciamento ambiental, o estudo de impacto ambiental, a própria fiscalização do órgão ambiental.. então essa, esses instrumentos da PNMA, se eles não forem bem aplicados, se não existir uma infraestrutura bem adequada, aí sim é catástrofe, é caos, que é o nós temos em todo o Brasil.** Porque acaba que tem que conciliar com o uso ocupação do solo e é a prefeitura, que tem que fiscalizar. Aí você tem que fazer a associação de instrumentos da PNMA e da política de desenvolvimento urbano, que é outra política, então você colocou um ponto importante. Então num comitê desse por exemplo a gente não pode, que é isso que a gente se perde às vezes, não faz... **Não podemos desintegrar as políticas, trabalhar com elas desassociadas porque imagine são três municípios, cada um tem seu Plano Diretor. Isso tá convergindo pra uma.. para um adequado uso e ocupação do solo?** (grifou-se)

(Ainda há fontes poluidoras? Crescimento urbano afeta o rio Pitimbu?) **Tem muito. Hoje tá pior porque assim, foi construído nas margens do rio alguns condomínios e os condomínios**, finda que eles prejudicam né (...). Então assim, o crescimento urbano veio a prejudicar muito o rio. **A gente tem um cemitério próximo ao rio né**, que também tem uma estação de tratamento, nós já visitamos... Inclusive o grupo Vila faz parte do comitê, eles tem todo um cuidado. Mas as fontes poluidoras do **rio é esgoto em sua maioria e lixo**, tem muito lixo no rio, a gente tem problema mesmo.

(O comitê tem discutido essa questão?) No Comitê a gente sempre tá discutindo esses problemas, esses desafios e é uma questão assim, bem... que a gente vê que **precisa fazer uma educação com essa população ribeirinha.**

**O rio Pitimbu, aqui no Rio Grande do Norte, a bacia do Pitimbu foi a que sofreu mais com a questão do adensamento né porque assim**, como Natal não tinha pra onde crescer, cresceu pra Parnamirim e **esse crescimento de Natal pra Parnamirim se deu de forma desordenada e aí o rio ficou espremido.** Então, eu acho que quem mais sofreu com o adensamento urbano foi o rio e assim, eu acho que os órgãos não tiveram o cuidado de separar Parnamirim de Natal através do rio porque talvez tivesse sido melhor pra o próprio rio se Parnamirim tivesse ficado à esquerda do rio e Natal à direita, entendeu? Porque hoje, Nova Parnamirim é quase Natal e geralmente pela delimitação geográfica do IBGE, a delimitação se dá através de um rio e aqui foi diferente, quer dizer Satélite está em Natal e Nova Parnamirim não está em Natal e tá na frente do Satélite. **Aí tem também assim, o rio é totalmente urbano, pega pouca parte rural. Pega os três municípios né, Natal, Parnamirim e Macaíba e aí, bem urbano mesmo, sofreu muito com o adensamento** (grifou-se).

Principalmente hoje a construção de edifícios na encosta do rio, é de um risco tremendo. **O rio tá em processo de degradação, em processo de degradação porque tá aumentando a população no entorno, nas áreas de margem do rio que seria a área que não deveria ser ocupada.** A Ecocil conseguiu construir dentro da área de proteção da APA, você tem um buraco daqui foi um condomínio da Ecocil, dentro da área de proteção (grifou-se)

A questão de **esgotamento sanitário e da falta de drenagem** adequada em algumas áreas, **deposição do lixo, a falta de controle das licenças ambientais dessas obras, não se fiscaliza se tão sendo tomadas de fato as ações mitigados que são impostas, as condicionantes na licença, então volto dizer que é a questão da estruturação dos órgãos.** Afetam demais o rio. Essa questão da especulação imobiliária, esse boom de construção em Natal, afetam demais o rio. **Se bem que hoje, a legislação do Rio Pitimbu protege bem as áreas de preservação, então isso já minimiza bastante as agressões.** Mas é como eu tô dizendo, muitas vezes as pessoas não atendem à legislação ou fazem, aprovam projeto de um jeito e executam de outro, tá botando fossa lá perto. Acho que o próprio assentamento do INCRA foi lá nas nascentes que deram.

**Olha, eu acho que o problema maior é político,** porque a vontade de fazer alguma coisa né, então **se não partir dos órgãos que têm competência.** Porque não adianta só legislar, ter uma legislação bacana. **Na história do Brasil, tem a história da lei que pega e da lei que não pega.** Mas falta realmente aquela história de ter uma vontade política de colocar em prática e ter realmente um programa de cuidado maior com isso.

(O comitê vem discutindo isso?) Vem sempre, isso é um assunto sempre presente (grifou-se)

Esgotado o conteúdo das entrevistas que se quis enfatizar, parte-se para as discussões.

## 7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Das análises apresentadas resulta que na bacia hidrográfica em estudo ainda há fragilidades para que a governança e ação política em torno da água se viabilizem. Os requisitos fundamentais para tal que ainda carecem de efetividade são: a existência de um ambiente institucional adequado, com efetiva integração e mobilização social; capacidade de assimilação do Estado de decisões externas a ele e instrumentos jurídicos que assegurem a proteção dos recursos hídricos e a legítima participação social no processo decisório.

A compreensão da legislação nas esferas federal, estadual e municipal relacionada à proteção da BHRP evidencia a falta de integração entre as diferentes políticas e entre os entes federativos ao passo que foram identificados diferentes critérios para definição das áreas de proteção. Em nível local, há uma grave falta de atualização na lei que permite a expansão da ocupação dentro da faixa de proteção ambiental. Com isso, foram observados vários pontos de degradação exemplificativos ao longo do rio relativos a agressões ambientais endossadas pelo poder público.

O segmento estatal, a que é inerente a ação precípua de garantir a prevalência do interesse público sobre o privado, notadamente em relação a água que é um bem indispensável a sobrevivência dos seres vivos, atividades econômicas, etc., na verdade, tem falhado na execução e na continuidade das políticas, na atenção à legislação e na representação do interesse público, com sérias consequências aos recursos hídricos.

Assim, observa-se a necessidade urgente de atualização da legislação e efetivação do Plano de Gestão Integrada da Bacia que tenha a participação e respaldo do CBHRP, e seja compatível com os Planos Diretores dos Municípios e os Planos Municipais de Saneamento. Além disso, quanto mais transparentes e objetivas forem as diretrizes das normas, tanto melhor será a sua implementação, diminuindo possíveis equívocos nos licenciamentos e fortalecendo os critérios de fiscalização, sendo, ainda, melhor assimiladas pela população.

O órgão estratégico de gerenciamento dos recursos hídricos em nível de bacia, de acordo com os preceitos da lei das águas, são os Comitês de Bacia Hidrográfica. Através do estudo do CBHRP, foi possível compreender todo o arranjo institucional

envolvido na governança dos recursos hídricos da bacia, principalmente no que tange à articulação para efetivação da política.

O fato de o Comitê apresentar um terço das suas vagas sem representação é um forte indicador da sua baixa relevância enquanto organismo democrático perante a sociedade, pois não há interesse dos diversos atores sociais afetados pela disponibilidade hídrica em integrar esse fórum deliberativo. A divisão regulamentada entre membros das diferentes categorias de forma a assegurar o balanceamento de interesses nas negociações não está sendo seguida, havendo uma predominância quantitativa do segmento do poder público sobre os demais. O grupo dos usuários representam a maior abstenção em participar do comitê, atualmente há somente dois participantes, representantes dos grandes e médio usuários. Há uma descrença desse segmento em relação à efetividade do Comitê, associado à falta de informação acerca do seu funcionamento e suas possibilidades na governança das águas.

Problemas com a legitimidade e representatividade dos membros também foram coligidos, a maioria dos membros entrevistados declarou que começou a participar do Comitê por iniciativa própria. Se por um lado isso demonstra o interesse do membro na questão hídrica, por outro denuncia a falta de engajamento das instituições participantes em eleger representantes que de fato expressem suas demandas. Esse fator contribui com a militância individual do membro em detrimento da noção de representatividade de um grupo maior e vai de encontro aos preceitos de um processo democrático.

Ainda em relação ao perfil dos membros que compõem o Comitê, tendo em vista as informações de renda, faixa etária e nível de escolaridade dos membros entrevistados do Comitê, concluiu-se que estão excluídos da arena deliberativa os grupos historicamente fragilizados e desqualificados politicamente que representam grande parcela da população. Sendo assim, o perfil dos membros é privilegiado em relação à média local e nacional e não reflete em termos socioeconômicos a realidade da maioria da sociedade brasileira. Essa constatação reforça a ideia de perpetuação da predominância da elite detentora do conhecimento técnico e/ou poder aquisitivo nos processos decisórios.

O Comitê por si só não tem atribuições nem capacidade suficientes para mudar esse quadro, para isso, todo o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado precisa estar funcionando eficientemente, as instituições competentes devem

prover o cadastro de usuários, as outorgas e os demais instrumentos de gestão previstos na Política Nacional.

Em termos práticos, tem-se que melhorias na divulgação de informações que possam ser transmitidas até as categorias menos favorecidas, e na transparência e nas ações de mobilização surtiriam efeito a curto e médio prazo na convocação desses atores sociais para a participação no sistema de governança. Esse engajamento está intimamente ligado à institucionalização do controle social, facilitado com ações educativas e de divulgação.

Ao analisar o funcionamento do CBHRP através das atas das reuniões, o período avaliado revelou que suas ações se referem predominantemente à sua auto-regulamentação administrativa, isto é, realização de eleições, aprovação de atas, do regimento interno, etc. Tal elemento deveria ser acessório frente às outras responsabilidades definidas pela lei das águas, com destaque para o exercício da vocação deliberativa acerca do gerenciamento dos recursos hídricos. Os planos/estudos e projetos ocuparam a segunda colocação, em geral se referiam a discussões acerca de medidas de recuperação do rio, mas elas ocorriam de acordo com o sentimento dos membros do Comitê, sem uma sistemática de atuação e de continuidade. A inexistência de um Plano de Bacia cujo Comitê tenha participado da elaboração é o principal fator para essa desorganização na definição de prioridades de acompanhamento dos impactos ambientais ao longo da bacia.

Na percepção dos pesquisados, todavia, os principais objetivos das reuniões do Comitê referiam-se a estratégias para resolver problemas de degradação dos recursos hídricos, por iniciativa própria, uma vez que não é comum serem consultados quando da intervenção na bacia, em seguida, para a socialização de informações. Nenhum entrevistado mencionou a questão administrativa, demonstrada como majoritária pelo registro em ata, o que corrobora com a ideia de ser um elemento secundário da atuação do Comitê.

O baixo grau de discussão nas reuniões acerca dos instrumentos de regulamentação foi observado tanto na análise das atas quanto segundo a percepção dos membros, com a análise das entrevistas. Configurando-se como um novo indício de desvio da atuação do Comitê em relação às suas principais atribuições para garantir o adequado gerenciamento das águas.

Além do problema qualitativo dos assuntos tratados nas reuniões, quantitativamente, as reuniões realizadas em alguns anos sequer atingem o valor

mínimo previsto no regimento interno do Comitê. Indicando a dificuldade de manter engajados os membros em torno dos problemas do rio Pitimbu, membros já em número aquém do previsto para o Comitê.

Em relação aos processos decisórios do Comitê, constata-se que ele vem cumprindo seu papel de fórum democrático, uma vez que os membros declararam que têm abertura para expressar livremente suas opiniões. Não há como ocultar, no entanto, uma realidade que a composição do comitê já parecia denunciar. Os membros consideram que o poder público tem maior influência nos processos decisórios, indicando que de certa forma, comandam o Comitê e o utilizam para respaldar sua posição.

As propostas de melhorias para o Comitê mencionadas nas entrevistas refletem o emponderamento dos membros das dificuldades enfrentadas e das necessidades para avançar na governança. Foi sugerido: discussão e implantação dos instrumentos de gestão, priorização da água na agenda política, estruturação dos órgãos de recursos hídricos do estado, criação de câmaras técnicas, recuperação das nascentes, o cadastro dos usuários, participação do controle dos licenciamentos dos empreendimentos junto ao rio, maior participação dos usuários, promoção de pontos de visita pública ao rio Pitimbu.

Em se tratando das principais dificuldades enfrentadas pelo CBHRP, nas entrevistas ressaltou-se a falta de interesse na participação do Comitê, falta de recursos financeiros para aplicar em projetos e ações e dificuldades na efetivação das deliberações pelos órgãos competentes. Compreendem fatores externos e excedentes às possibilidades do Comitê de acordo com sua sistemática de funcionamento atual, dependente da vontade política do poder público.

Em termos gerais, evidencia-se a maior eficiência dos organismos de bacia em termos de abordagem deliberativa do que como espaços de inclusão social da sociedade ou de influência e controle das decisões do Estado e atores privados. Os comitês de bacias hidrográficas têm poderes significativos, mas meios limitados de implementação, ao contrário do poder público. Este conhece essas dificuldades, ainda assim, acaba por impor limites à atuação dos comitês.

Com isso, entende-se que, apesar das lacunas internas, o maior problema enfrentado atualmente pelo CBHRP é externo ao seu espaço institucional, alcançando sistemas mais amplos de gestão das águas, em níveis municipal, estadual e federal. Sérias falhas nos arranjos institucionais do Estado, como a questão da falta de

legitimidade do IGARN por mais de uma década, a falta de disponibilização de informações técnicas confiáveis e a inércia dos gestores públicos no enfrentamento dos problemas ambientais os vêm agravando.

Ao analisar intervenções que a bacia hidrográfica vem sofrendo ao longo dos anos, em detrimento das deliberações do CBHRP, é possível observar a sua irrelevância política e baixa visibilidade. Estruturas administrativas burocráticas e centralizadoras dos governos estadual e municipais, com baixa capacidade técnica, bem como desorganização administrativa, vêm fazendo com que a questão hídrica seja feita sem articulação com a temática do uso e ocupação do solo. (MOREIRA et al., 2014).

A priorização da governança dos recursos hídricos na agenda pública, a integração das políticas e a efetiva participação dos diferentes atores políticos em torno dela, com destaque para a sociedade civil realizando o controle social, são decisivos para avanços nesse sentido.

Não há como negar que o governo federal, ao lançar o PROGESTÃO tem buscado avançar na consolidação das políticas de recursos hídricos brasileiras. Para isso, tem enfatizado o fortalecimento dos órgãos gestores estaduais e a sua integração com o sistema nacional de gestão, considerados pontos fracos. Resta acompanhar seu principal desafio: se a implantação das metas nele definidas será priorizada pelos governos estaduais, em contrapartida ao que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos.

No âmbito do CBHRP também pode-se observar recentes mudanças que colocaram a frente da presidência do Comitê a sociedade civil, tida como a categoria mais atuante segundo os membros entrevistados. O teor das deliberações já começou a incluir mais os instrumentos de gestão, demonstrando que, apesar das dificuldades enfrentadas pelo organismo, parece haver expressivo esforço em superá-las.

É necessário um esforço de todas as instituições envolvidas no processo deliberativo acerca dos recursos hídricos da BHRP para que as ações de mobilização em torno da sua proteção sejam constantes, para que haja uma maior conscientização da população acerca da sua importância, bem como cobrem para que os órgãos responsáveis pela execução da Política Estadual tenham a estrutura necessária e se utilizem do que é discutido no Comitê para conduzir as ações na BHRP.

Esse estudo não pretende esgotar as possibilidades acerca do assunto, tampouco representa verdades absolutas, mas trata-se de um retrato do estado do

CBHRP encontrado à época da pesquisa. É fundamental que mais estudos nesse sentido sejam feitos, no sentido de estudar as modificações do arranjo institucional, estudar o processo de implementação dos instrumentos de gestão e serem propositivos para que os preceitos das Políticas Estadual e Nacional possam ser consolidados na BHRP.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, R. (org.). **Água e Política**. Editora Annablume. São Paulo, 2010.
- ABERS, R.; JORGE, K. D. **Descentralização da Gestão da Água**: Por que os comitês de bacia estão sendo criados? *Ambiente & Sociedade*, vol. VIII, n. 2, jul./dez, 2005.
- ABERS, R. e KECK, M. **Perspectivas de Desenvolvimento da Pesquisa**. In: Projeto Marca D'água: Seguindo as Mudanças na Gestão das Bacias Hidrográficas no Brasil/Rosa Formiga Johnsson, Paula Duarte Lopes (orgs.). Brasília: Finatec (2003), pp. 184 –198.
- ABRUCIO, Fernando Luiz; OLIVEIRA, Vanessa Elias de Oliveira. **A Governança do sistema de Recursos Hídricos**: Diagnóstico e Propostas de Aperfeiçoamento. Em publicação
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **O comitê de bacia hidrográfica**: o que é e o que faz? (Cadernos de Capacitação em Recursos Hídricos, v.1). Brasília: SAG, 2011. 64p.: il.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **O comitê de bacia hidrográfica**: práticas e procedimentos (Cadernos de Capacitação em Recursos Hídricos, v.2). Brasília: SAG, 2011. 64p.: il.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Institucional. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreaAna/Default.aspx>. Acesso em janeiro de 2016.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). PROGESTÃO. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/pactonacional.aspx>. Acesso em janeiro de 2016.
- BARBOSA, J.K.F. **Conflitos da Água e Ocupação do Solo da Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu no Município de Macaíba, RN**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Sanitária) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2006.
- BORGES, A. N. **Implicações Ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu (RN) Decorrente das Diversas Formas de Uso e Ocupação do Solo**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Sanitária) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2002).
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Lei federal n.º 9.433, de 9 de janeiro de 1997. **Institui a política nacional de recursos hídricos e cria o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1997.

CAMPOS, V. N. O.; FRACALANZA, A. P.. **Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso.** Ambiente e Sociedade, Campinas, v. III, n. 2, p. 365-382, jul./dez 2010.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PITIMBU. Disponível em <http://cbhriopitumbu.blogspot.com.br/> . Acesso em fevereiro, março de 2015, fevereiro, março, abril e maio de 2016.

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CAERN). **Relatório Anual 2015 – Qualidade da água**, Natal/RN – zona sul, leste e oeste. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/caern/DOC/DOC000000000069942.PDF>. 2015. Acesso em março de 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NATAL (CONPLAM/NATAL-RN). Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-618.html>. Acesso em março de 2016.

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN – CONPLUMA. Atualizado em 2010. Disponível em: <http://www.parnamirim.rn.gov.br/pdf/servicos/compluma01.pdf>. Acesso em março de 2016

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH). Disponível em [http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1:o-conselho-nacional-de-recursos-hidricos-cnrh&catid=1:o-conselho-nacional-de-recursos-hidricos-cnrh&Itemid=36](http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1:o-conselho-nacional-de-recursos-hidricos-cnrh&catid=1:o-conselho-nacional-de-recursos-hidricos-cnrh&Itemid=36) . Acesso em janeiro de 2016.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE (CONAMA). Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/>.. Acesso em janeiro de 2016.

COSTA, A. J. F. da. **Mosaicos de áreas protegidas e unidades de conservação.** Dificuldades e desafios num arranjo de governança híbrida: o caso do Mosaico Bocaina.(Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2015.

CHRISTOFOLETTI, A (1980). **Geomorfologia.** São Paulo. Edgard Blücher, 2ª edição, 1980, 185 p.

DE BRITTO JÚNIOR, A. F.; JÚNIOR, N. F. **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos.** Revista Evidência, v. 7, n. 7, 2012.

FERREIRA, R. S. & SILVA, S. K. **Avaliação da Qualidade da Água do Rio Pitimbu na Estação Chuvosa por Meio do IQA.** Monografia de Conclusão de Curso Técnico em Controle Ambiental. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, NATAL, RN, 2009.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução: Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

FRANCA, D. T., CARDOSO NETO, A. **Os múltiplos desafios da água: Água e sociedade.** *Plenarium*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Ano III, nº 3 p. 22-30. 2006.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009. 198 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 206p.

IBAM. **Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal do Município do Natal.** PRODUTO 9 – MÓDULO URBANÍSTICO. Subprojeto 2: Atualização e consolidação da legislação. PL22: Versões finais das ZPAs do Grupo 3 (ZPAs 3 e 4). Natal, 2010. Disponível em: [https://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/modernatal/ZPAS\\_3\\_4.pdf](https://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/modernatal/ZPAS_3_4.pdf) Acesso em maio de 2015.

HAASE, J. O Encontro Estado e Sociedade na Política Gaúcha das Águas. 315p. Tese de Doutorado em Ecologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/aceso-a-informacao/atribuicoes>. Acesso em fevereiro de 2016.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA/RN). Atualizado em 2013. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=481&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Instituti%E7%E3o>. Acesso em fevereiro de 2016.

INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO RIO GRANDE DO NORTE (IGARN). **Plano de Gestão Integrada da Bacia do rio Pitimbu.** Natal, 2005. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/IGARN/doc/DOC00000000031043.PDF>. Acesso em março de 2015.

INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO RIO GRANDE DO NORTE (IGARN). Disponível em: <http://www.igarn.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=23272&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Institui%E7%E3o>. Acesso em março de 2016

JACOBI, P. R.; BARBI, F. **Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil.** Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. 2. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-9802007000200012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-9802007000200012&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em: 10 Mar 2015.

KEMERICH, P. D. da C.; MARTINS, S. R.; KOBIYAMA, M.; BURIOL, G. A.; CRUZ, R. C.; RITTER, L. G.; DULAC, V. F. **Efetividade do comitê de gerenciamento de recursos hídricos na bacia hidrográfica dos Rios Vacacaí e Vacacaí-Mirim.** Recursos hídricos, v. 34, n. 2, p. 13-24, 2013.

KOBAYASHI, R. T.; MOREIRA, L. F. F. & ANDRADE, H. T. de A. **Pitimbu River lowland portion water and sediment monitoring data, Natal Brazil**. International Environmental Modelling and Software Society. Ottawa, Canadá, 2010.

LAU, T. and WOLFF, S. **Der Einstieg in das Untersuchungsfeld als soziologischer Lernprozeß**, Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie, 1983, 35: 417-37.

LIMA, A. J. R. et al. **Governança dos recursos hídricos**: propostas de indicadores para acompanhar sua implementação. São Paulo: WWF/FGV, 2014.

LIMA, A.; BENSUSAN, N.; RUSS, L. Código Florestal. Por um debate pautado em ciência. Brasília, IPAM, 75p. 2014. Disponível em: <http://www.ipam.org.br/biblioteca/livro/Estudo-do-Ipam-mergulha-na-producao-cientifica-existente-para-entender-importancia-das-florestas/761>. Acesso em maio/2015.

MACHADO, C. J. S. “**Recursos Hídricos e Cidadania no Brasil: Limites, Alternativas e Desafios**”. Ambiente & Sociedade, Ano VI, N. 2, Jul/Dez. 2003. p. 121-136.

MAXQDA. **Qualitative Data Analysis Software**. Disponível em: <http://www.maxqda.com/>. Acesso em: novembro de 2015.

MELO, K. R. T. de et al. **Implicações Ambientais Decorrente do Uso e Ocupação do Solo em Torno da Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu – Região Metropolitana de Natal (RN)**. IGARN. Natal, 2006.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio>. Acesso em março de 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Disponível em <http://www.mma.gov.br/institucional>. Acesso em março de 2016.

MOREIRA, L. F. F. ; ADAMOWSKI, J. F. ; GASKIN, S. ; SARAIVA, A. de O. **Reflexos da governança na qualidade da água e sedimento: caso da bacia do rio Pitimbu, Natal**. In: XII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, 2014, Natal. Água - Desenvolvimento Econômico e Sócio-ambiental, 2014. v. 1. p. 20-28. Disponível em: <<http://www.abrh.org.br/xiisrhn/anais/papers/PAP018196.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

OECD. **Governança dos Recursos Hídricos no Brasil**. OECD Publishing, Paris, 2015.

OLIVEIRA, A. S. de. **Uso e ocupação do solo e a concentração de metais pesados no sedimento e na água: bacia do rio Pitimbu**. – Natal, RN, 2012. 75 f.: il.

OLIVEIRA, M. A. de. **Governança na gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica Piranhas-Açu: uma investigação jurídica, institucional.** Campina Grande (PB), 2013.

RAUBER, D; CRUZ, J. C.. **Gestão de Recursos Hídricos: uma abordagem sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v.34, n.125, p.123-140, jun./dez. 2013.

RIBEIRO, W. C. (Org.). **Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar.** São Paulo: Annablume / Fapesp; CNPq, 2009.

SAILLARD, E. K. **Systematic versus interpretive analysis with two CAQDAS packages:** NVivo and Maxqda. Forum: Qualitative Social Research, 12(1), art. 34, 2011.

SANTOS, A.R.L.; MELO JÚNIOR, G.; GUIMARÃES SEGUNDO, J.E.A. **Concentração de Metais Pesados em Frações Granulométricas de Sedimento de Fundo do Rio Pitimbu, Região Sul da Grande Natal (RN):** Implicações para levantamentos ambientais. Revista de Geologia, v.15, p 01-08, 2002.

SCANTIMBURGO, André Luis. **O Banco Mundial e a política nacional de recursos hídricos.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (SEMARH). 2014. Disponível em: <http://www.semarh.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=17411&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=A+Secretaria#sthash.400sDNSI.dpuf> . Acesso em março de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE MACAÍBA (SEMURB/MACAÍBA-RN). Disponível em: <http://prefeiturademacaiba.com.br/secretaria.php?cod=12>. Acesso em março de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN (SEMURB/NATAL-RN). Disponível em: <http://natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-346.html> . acesso em março de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN (SEMUR/PARNAMIRIM-RN). Disponível em: <http://www.parnamirim.rn.gov.br/semur.jsp>. Acesso em março de 2016.

SILVA, H. P. da. **Faixas de Proteção Ambiental do rio Pitimbu/RN:** uma análise como subsídio ao planejamento e ordenamento desse território. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA JÚNIOR, I. S. da. **O princípio constitucional do desenvolvimento sustentável: análise da sua concretização no Estado do Rio Grande do Norte.**

2009. 326 f. Dissertação (Mestrado em Constituição e Garantias de Direitos) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

STRAUSS, A. L. and CORBIN, J. **Basics of qualitative Research**. London: SAGE, 2009.

WWF (Comp.). **“O problema da água é a má gestão”**. 2014. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/informacoes/?uNewsID=40468>>. Acesso em: 18 abr. 2015

## APÊNDICES

### TABELA DE ENTREVISTADOS

<b>Data</b>	<b>Horário</b>	<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>	<b>Profissão</b>
27/11/2014	15:44	Laélia Maria Lira F. de Melo	CAERN	Assessora de Saneamento Rural
15/12/2014	15:43	Marcelo Gomes de Araújo Leal	SEMARH	Assistente Social
15/12/2014	16:22	Rosimeire Dantas	ONG NAVIMA	Bióloga
05/02/2015	14:49	Jailson Damasceno Bezerra	CREA	Eng. Agrônomo
09/02/2015	14:42	Francisco Auricélio	ANEA	Eng. Agrônomo
16/03/2015	15:14	Heber Amorim Vila	Cemitério Morada da Paz	Eng. Civil
18/03/2015	15:46	Vera Lucia Lopes Castro	UFRN	Docente da UFRN (Geóloga)
07/05/2015	11:15	Carlos Magno Bezerra Cortez	DNPM	Geólogo
13/07/2015	15:01	Stephane Melina	Prefeitura de Macaíba	Gestora Ambiental
16/07/2015	10:57	Fabio Ricardo Silva Góis	Prefeitura de Natal	Bacharel em Diretor
31/07/2015	08:36	Maria Wagner de Araújo Dantas	FUNCERN	Economista

## QUESTIONÁRIO QUALITATIVO UTILIZADO

<b>I – CLASSIFICAÇÃO DA ATUAÇÃO DO MEMBRO NO COMITÊ</b>
I.1. Que Instituição você representa no Comitê?
I.2. Há quanto tempo você participa do Comitê? A resposta pode ser aproximada.
I.3. O que o/a levou a participar do Comitê?
I.4. Você acha que o Comitê melhora alguma coisa?
I.5. O que o Sr(Sra.) faz no Comitê? Acha isso importante?
I.6. Como o Sr. Recebe as notícias do comitê? Elas chegam antes da reunião?
I.7. O sr. Sente que pode tomar decisão em nome da sua entidade mas reuniões?
I.8. Você se reúne na sua instituição para discutir sobre assuntos do Comitê? E sobre as questões tratadas nas reuniões?
I.9. Quando há uma questão que você não concorda, você fala sua opinião? Se não por que?

<b>II – VISÃO EM RELAÇÃO AO COMITÊ</b>
II.1. O que você sabe sobre o processo de criação do Comitê? Como atores do governo, sociedade civil e usuários se organizaram para criar o organismo? Houve mobilização da sociedade?
II.2. Na sua opinião, para que servem as reuniões do Comitê? *qual o objetivo?
II.3. Na sua opinião, quem tem maior influência nos processos decisórios do Comitê?
II.4. Na sua opinião, quem participa mais do Comitê?
II.5. Tem pessoa(s) que deixam de ir em várias reuniões do Comitê? Cerca de quantas?
II.6. Na sua opinião, quais são as principais decisões/ações do Comitê do qual você participa?
II.7. O Sr.(Sra) acha que o Comitê tem problema(s)? Poderia falar mais sobre isso?
II.8. Quais as prioridades desejadas para o Comitê na sua visão?

<b>II.9. Você acha que decide o que sobre a água no Comitê? A atuação do Comitê já ajudou a solucionar problemas na gestão de recursos hídricos? (dê exemplos)</b>
<b>II.10. Você considera que o Comitê é importante na gestão de recursos hídricos? Ele influencia na atuação do Poder Público como deveria?</b>
<b>II.11. As reuniões realizadas são suficientes para garantir a gestão adequada à bacia do Rio Pitimbu?</b>
<b>II.12. Na sua opinião, o Comitê se manifesta na atuação do poder público quando deveria?</b>
<b>II.13. Há acesso à informação do que é discutido no Comitê para os usuários e sociedade civil?</b>
<b>II.14. Existe relação do organismo com outros fóruns participativos? (conselhos de saúde, educação, c.)</b>
<b>II.15. Quais as sugestões você tem para melhorar a atuação do Comitê como órgão de gestão?</b>

<b>III – CONTEXTO AMBIENTAL, SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO</b>
<b>III.1. Como você percebe a questão da água?</b>
<b>III.2. Na sua opinião, crescimento urbano e afeta a gestão dos recursos hídricos no Rio Pitimbu? Como?</b>
<b>III.3. Há líderes políticos envolvidos na gestão do rio? Eles se envolvem com a questão da água como deveriam? Tem projetos relacionados? Qual(is)</b>
<b>III.4. Existem formadores de opinião (jornais, revistas, televisão) envolvidos na questão da água? Eles se manifestam? Quando?</b>
<b>III.5. Qual grau de degradação você considera que o rio se encontra? Há fontes poluidoras? Quais?</b>
<b>III.6. Na sua opinião, os problemas sociais como falta de saneamento, ligações clandestinas afetam o Rio Pitimbu? O Comitê tem discutido essa questão?</b>
<b>III.7. Qual o principal fator envolvido na degradação do rio na sua opinião, político, econômico ou social? Explique.</b>
<b>III.8. Como você vê o rio Pitimbu daqui a 50 anos?</b>

Após a entrevista...

#### IV – IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS MEMBROS DO COMITÊ DA BACIA DO RIO PITIMBU

<b>Nome:</b>			
<b>Comitê que participa:</b>			
<b>Município em que reside:</b>			
<b>Profissão:</b>			
<b>Bairro em que reside:</b>			
<b>Sexo:</b>	<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino	
<b>Idade:</b>	<input type="checkbox"/> Até 20 anos <input type="checkbox"/> 20 a 30 anos	<input type="checkbox"/> 30 a 40 anos <input type="checkbox"/> 40 a 50 anos	<input type="checkbox"/> 50 a 60 anos <input type="checkbox"/> Acima de 60 anos
<b>Escolaridade:</b>	<input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental completo <input type="checkbox"/> Médio incompleto	<input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo	<input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado
<b>Renda mensal:</b>	<input type="checkbox"/> Até 1 salário mínimo (R\$ 724) <input type="checkbox"/> De 1 a 3 salários mínimos (de R\$725 a R\$ 2171)	<input type="checkbox"/> De 3 a 5 salários mínimos (de R\$2171 a R\$ 3620) <input type="checkbox"/> De 5 a 7 salários mínimos (de R\$3620 a R\$ 5068)	<input type="checkbox"/> De 7 a 10 salários mínimos (de R\$ 5068 a R\$ 7240) <input type="checkbox"/> Acima de 10 salários mínimos (Acima de R\$ 7240)